UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

MATEUS SANTOS SOUZA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO": CONTRIBUIÇÃO PARA UMA POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Salvador/BA
2019

MATEUS SANTOS SOUZA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE “INTERNACIONALIZAÇÃO”: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte do requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.
Área de Concentração: Educação.
Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
Orientador: Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim

Salvador/BA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S729r Souza , Mateus Santos

Representações Sociais Sobre "Internacionalização": Contribuição para uma Política Institucionalizada na Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Mateus Santos Souza .-- Salvador, 2019.
116 fls.

Orientador(a): Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim .
Inclui Referências
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Câmpus I. 2019.

1.Internacionalização . 2.Educação Superior . 3.Representações Sociais . 4.Universidade do Estado da Bahia - UNEB . 5.I. Título .

CDD: 107

FOLHA DE APROVAÇÃO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO": CONTRIBUIÇÃO PARA UMA POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

MATEUS SANTOS SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 13 de dezembro de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Natanael Reis Bomfim
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Université du Québec à Montréal – UQ, Canadá

Profa. Dra. Gionara Tauchen
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Doutorado em Educação
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil

Profa. Dra. Gabriela Sousa Rego Pimentel
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade de Lisboa, UL, Portugal

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação é um trabalho com algumas características contraditórias: é extremamente solitário e precisa contar com a colaboração de muitas instituições e pessoas, no campo profissional e pessoal. Sendo assim, registro de forma singela, neste espaço, um agradecimento sincero a todos aqueles que contribuíram para que este percurso se realizasse e este resultado pudesse se concretizar.

Agradecer. Agradecer parece tão pouco diante de tanto. Dizer "obrigado" não traduz corretamente o sentimento que predomina ao final dessa jornada. "Obrigado" sugere "obrigação". Agradecer nada tem a ver com obrigação. Agradecer é ter consciência de que se recebeu algo valioso, porém, de graça. É algo que transborda. Recebi mais do que imaginava, ganhei mais do que merecia, aprendi mais do que esperava.

Desse modo, nesta caminhada específica de minha vida, meu muito obrigado, ao meu orientador, Prof. Dr. Natanael Bomfim por me aceitar. Conviver durante esse tempo com ele, foi uma das coisas mais importantes para mim, nessa trajetória acadêmica e na vida, esse grande educador e pesquisador, agora amigo, despertou mais em mim, entre muitas coisas, a reflexão acerca das sutilezas e da força das palavras. Um verdadeiro inspirador, instigador e mobilizador do meu processo formativo para construção dessa pesquisa. Ainda aprendi com ele o cuidado que se deve ter ao se buscar construir um conhecimento pela fragilidade e pelos meandros que permeiam a ação devido à subjetividade, à influência do meio e ao próprio controle que se quer estabelecer. De fato, um aprendizado para vida! Assim, agradeço com o coração, esse presente de Deus.

Foram muitos os percalços pelos os quais passei para chegar até aqui. No entanto, ao lembrar do meu orientador, não poderia deixar de agradecer a mais três pessoas importantes na vida acadêmica (claro, em outras também), os amigos Alessander Ferro, Oton Magno e Rogério Soares, pois é, formamos um quarteto fantástico e dividimos conversas ímpares. Eles confiaram em mim muito antes do mestrado se concretizar, estamos sempre juntos e, entre muitas conversas, discussões e risadas me ajudaram a escrever o projeto de pesquisa científica, leram e releram e me encorajaram a participar do processo seletivo, mesmo sem saber se aquele esforço daria certo, tudo isso recheado de muito apoio. Todas as palavras seriam ainda insuficientes para expressar minha gratidão a eles.

Milhões de vezes agradecido ao meu amado marido Ricardo Freitas, por sempre me apoiar nos momentos que necessitei e pela compreensão por tantas vezes que tive que me

ausentar. Infinitamente agradecido pelo apoio e toda assistência quando precisei de ajuda com formatação de gráficos, tabelas e planilhas noites à dentro.

Estendo meus agradecimentos a todos os docentes com os quais tive contato durante o mestrado, admiro-os. Aos colegas de aula, cada um com sua personalidade e todos com um objetivo em comum, superar-se.

E finalmente, Àquele que habita no lugar onde se encontra nosso maior tesouro e onde a ferrugem não corrói. Àquele cujo nome é **FORÇA** e **FÔLEGO DE VIDA**... Receba, a minha mais profunda gratidão SEMPRE!

Somos assim. Sonhamos o voo, mas tememos as alturas. Para voar é preciso amar o vazio. Porque o voo só acontece se houver o vazio. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Os homens querem voar, mas temem o vazio. Não podem viver sem certezas. Por isso trocam o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram.

(Rubem Alves, Religião e Repressão, 2005, p. 09)

RESUMO

Esta dissertação, como trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade busca responder a seguinte questão: como o pensamento social de gestores e docentes sobre o objeto social representado – "internacionalização" – pode contribuir para o fortalecimento dessa política na UNEB? O objetivo geral desta pesquisa foi investigar como o pensamento social de gestores e docentes sobre o objeto social representado – "internacionalização" – pode contribuir para o fortalecimento desta política na UNEB. Complementarmente, os objetivos específicos foram: a) discutir, a luz dos autores, sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras no contexto das globalizações; b) analisar o conteúdo e o processo das representações sociais construídas pelos gestores e docentes sobre "internacionalização"; c) apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior. Para obtenção dos resultados, primeiramente, procedeu-se uma revisão bibliográfica da produção acadêmica brasileira na área da internacionalização. Em seguida, é apresentada contextualização do processo de internacionalização e representações sociais, abordando os seguintes aspectos: globalizações, desafios e possibilidades na universidade, internacionalização, bases conceituais do estudo representações sociais sobre "internacionalização" apresenta as abordagens e processos teórico-metodológicos do estudo para apreender o conteúdo das RS e sua possível aplicação para uma política de internacionalização institucionalizada. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa baseada na análise de conteúdo de documentos ligados à UNEB. Para a interpretação destas fontes, as obras de Souza Santos (2010, 2013), Santos (2015), Mézáros (2008), Giddens (1991), Miura (2006), Morosini (2006, 2011), Stallivieri (2004, 2009) Moscovici (1978, 2003), Jodelet (2001) Abric (2000), Vergés (1994), dentre outras, são empregadas como apoio teórico. Da mesma forma, para identificar, analisar e discutir os dados utilizamos os métodos e técnicas específicos da Teoria das Representações Sociais para a apreensão das imagens cognitivas a partir de dois instrumentos: teste de evocação livre de palavras (TALP) e entrevistas semi-estruturadas com gestores e docentes da instituição. O tratamento dos dados das evocações se deu de forma estruturada por meio de um quadrado composto de quatro quadrantes que representam os conceitos de núcleo central (elementos centrais), elementos intermediários I e II e elementos periféricos e, posteriormente, foram superpostos com a entrevista semi-estruturada. Após dados analisados e contrastados, os resultados demonstraram que as representações sociais sobre "internacionalização" na UNEB se constroem num processo em que os docentes e gestores ancoram seus saberes a partir da mobilidade acadêmica desencadeada pela cooperação e convênios que, por sua vez, pode contribuir a produção e difusão do conhecimento globalizado. No entanto, também sugere pontos importantes que contribuam para institucionalizar a política de internacionalização, como: Melhorar o processo de ensino, pesquisa e extensão na educação superior; Considerar o conjunto de políticas e programas que as universidades e governos implementam; Esclarecer e definir um conceito coletivo de "internacionalização" para a universidade; Transcender a forma reativa no contexto institucional para alcançar o nível estratégico; Formalizar convênios mais específicos, por meio de ações e metas; Fomentar a produção e publicação de artigos em revistas internacionais indexadas pela CAPES; Fomentar a mobilidade discente na graduação e pós-graduação; Criar uma política linguística institucionalizada.

Palavras chave: Internacionalização. Educação Superior. Representações Sociais. Universidade do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This study, as a concluding work of the master in Education and Contemporary course, seeks to answer the following research question: How can the social thinking of managers and teachers about the represented social object - "internationalization" - contribute to the strengthening of this policy at UNEB? The general objective of this research was to investigate how the social thinking of managers and teachers about the represented social object - "internationalization" - can contribute to the strengthening of this policy at UNEB. In addition, the specific objectives were: a) to discuss, in the light of the authors, the internationalization policy in Brazilian universities in the context of globalization; b) analyze the content and process of social representations built by managers and teachers on "internationalization"; c) apprehend clues about the relevance of its use in the construction of an institutionalized internationalization policy in Higher Education. To obtain the results, a bibliographical review of the Brazilian academic production in the internationalization area was performed. Then, the contextualization of the internationalization process and social representations is presented, addressing the following aspects: globalizations, challenges and possibilities in the university, internationalization, conceptual bases of the study. Social representations about "internationalization" presents the theoretical and methodological approaches and processes of the study to grasp the content of SR and its possible application for an institutionalized internationalization policy. The study used a qualitative approach based on content analysis of documents linked to UNEB. For the interpretation of these sources, the works of Souza Santos (2010, 2013), Santos (2015), Mézáros (2008), Giddens (1991), Miura (2006), Morosini (2006, 2011), Stallivieri (2004, 2009) Moscovici (1978, 2003), Jodelet (2001) Abric (2000), Vergés (1994), among others, are used as theoretical support. Similarly, to identify, analyze and discuss the data we use the specific methods and techniques of the Social Representation Theory for the apprehension of cognitive images from two instruments: free word evocation test (TALP) and semi-structured interviews with managers and teachers of the institution. The treatment of the evocation data was structured through a square composed of four quadrants that represent the concepts of central core (central elements), intermediate elements I and II and peripheral elements and, later, were superimposed with the semi interview. structured. After analyzing and contrasting data, the results showed that social representations about "internationalization" at UNEB are built in a process in which teachers and managers anchor their knowledge based on academic mobility triggered by cooperation and agreements that, in turn, can contribute the production and diffusion of globalized knowledge. However, it also suggests important points that contribute to institutionalize the internationalization policy, such as: Improve the teaching, research and extension process in higher education; Consider the set of policies and programs that universities and governments implement; Clarify and define a collective concept of "internationalization" for the university; Transcend the reactive form in the institutional context to reach the strategic level; Formalize more specific covenants through actions and goals; Promote the production and publication of articles in international journals indexed by CAPES; Encourage student mobility at undergraduate and graduate levels; Create an institutionalized language policy.

Keywords: Internationalization. College education. Social Representations. State University of Bahia.

RÉSUMÉ

Cette thèse, en tant que travail de clôture du cours de master en Sciences de l'Éducation et de l'art Contemporain, cherche à répondre à la question suivante: Comment la réflexion sociale des responsables et des enseignants sur l'objet social représenté - «l'internationalisation» - peut-elle contribuer au renforcement de cette politique à la UNEB? L'objectif général de cette recherche était d'examiner comment la pensée sociale des gestionnaires et des enseignants sur l'objet social représenté - l'internationalisation - pouvait contribuer au renforcement de cette politique à la UNEB. En outre, les objectifs spécifiques étaient les suivants: a) discuter, à la lumière des auteurs, de la politique d'internationalisation des universités brésiliennes dans le contexte de la globalisation; b) analyser le contenu et le processus des représentations sociales construites par les gestionnaires et les enseignants sur «l'internationalisation»; c) appréhende des indices sur la pertinence de son utilisation dans la construction d'une politique d'internationalisation institutionnalisée dans l'enseignement supérieur. Pour obtenir les résultats, une revue bibliographique de la production universitaire brésilienne dans le domaine de l'internationalisation a été réalisée. Ensuite, la contextualisation du processus d'internationalisation et des représentations sociales est présentée, abordant les aspects suivants: globalisations, défis et possibilités de l'université, internationalisation, bases conceptuelles de l'étude.Les représentations sociales sur «l'internationalisation» présentent les approches et processus théoriques et méthodologiques de saisir le contenu de SR et son application possible pour une politique d'internationalisation institutionnalisée. L'étude a utilisé une approche qualitative basée sur l'analyse du contenu de documents liés à l'UNEB. Pour l'interprétation de ces sources, les travaux de Souza Santos (2010, 2013), Santos (2015), Mézáros (2008), Giddens (1991), Miura (2006), Morosini (2006, 2011), Stallivieri (2004, 2009) Moscovici (1978, 2003), Jodelet (2001), Abric (2000), Vergés (1994), entre autres, sont utilisés comme support théorique. De même, pour identifier, analyser et discuter les données, nous utilisons les méthodes et techniques spécifiques de la théorie de la représentation sociale pour appréhender les images cognitives à partir de deux instruments: le test d'évocation de mot libre (TALP) et les entretiens semi-structurés avec gestionnaires et enseignants de l'institution. Le traitement des données d'évocation a été structuré selon un carré composé de quatre quadrants qui représentent les concepts de noyau central (éléments centraux), d'éléments intermédiaires I et II et d'éléments périphériques et, plus tard, ont été superposés à la semi-interview. structuré. Après avoir analysé et comparé des données, les résultats ont montré que les représentations sociales sur «l'internationalisation» à la UNEB s'inscrivent dans un processus dans lequel enseignants et gestionnaires ancrent leurs connaissances sur la base de la mobilité académique déclenchée par la coopération et les accords qui peuvent, à leur tour, contribuer la production et la diffusion de connaissances mondialisées. Cependant, il suggère également des points importants qui contribuent à institutionnaliser la politique d'internationalisation, tels que: améliorer le processus d'enseignement, de recherche et de vulgarisation dans l'enseignement supérieur; Examiner l'ensemble des politiques et des programmes mis en œuvre par les universités et les gouvernements; Clarifier et définir un concept collectif d'internationalisation pour l'université; Transcender la forme réactive dans le contexte institutionnel pour atteindre le niveau stratégique; Formaliser des alliances plus spécifiques par des actions et des objectifs; Promouvoir la production et la publication d'articles dans des revues internationales indexées par CAPES; Encourager la mobilité des étudiants au premier cycle et aux cycles supérieurs; Créer une politique linguistique institutionnalisée.

Mots-clés: Internationalisation. Éducation Universitaire. Représentations Sociales. Université d'État de Bahia.

LISTA DE ABREVIATURAS

CSF	Ciência Sem Fronteiras
BM	Banco Mundial
CAL	Casa da América Latina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAUBAI	Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIPRES	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Representações Sociais
SERINT	Secretaria Especial de Relações Especiais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TRS	Teoria das Representações Sociais
TPS	Teoria do Pensamento Social

UE	União Europeia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Pesquisa do período 2015 – 2019..... 23

QUADRO 2 - Autores mais citados e seus conceitos 32

QUADRO 3 - Abordagens para Internacionalização no nível nacional – setorial..... 39

QUADRO 4 - Abordagens para Internacionalização no nível institucional..... 39

QUADRO 5 - Palavras Evocadas..... 73

QUADRO 6 - Quadro de casas das evocações livres de gestores e docentes para o termo indutor “internacionalização” 75

QUADRO 7 - Abordagens sobre internacionalização segundo os gestores e docentes UNEB..... 71

QUADRO 8 - Critérios de internacionalização UNEB 86

QUADRO 9 - Pistas e abordagens para pensar uma política de internacionalização na\da UNEB..... 91

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Modo de articulação psicossocial para o fenômeno..... 59
FIGURA 2 - Foto UNEB 66
FIGURA 3 - Organograma UNEB..... 68
FIGURA 4 - Multicampi da UNEB nos Territórios de Identidade da Bahia 70
FIGURA 5 - Imagem da “internacionalização” sob a ótica das palavras 78
FIGURA 6 - Pensamento social sobre “internacionalização”..... 89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 17
A motivação para o estudo sobre internacionalização..... 17
O contexto político da "internacionalização" no cenário brasileiro..... 20
As pesquisas sobre o tema internacionalização no cenário brasileiro..... 23
Problema, objetivos e relevância do estudo..... 24
CAPÍTULO I - GLOBALIZAÇÕES E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR..... 26
1.1 Discursos globais para a educação superior..... 26
1.2 Internacionalização na educação superior: conceitos fundantes, abordagens, razões, motivações, estratégias, benefícios, riscos e obstáculos..... 31
1.3 Interculturalidade e internacionalização do currículo nas universidades brasileiras.. 45
CAPÍTULO II - BASES CONCEITUAIS DO ESTUDO: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS RS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO"..... 54
2.1 A teoria que instigou a inspiração..... 54
2.2 Breve histórico da TRS e seu desenvolvimento..... 55
2.3. Abordagens e processos que orientam as RS para apreender o objeto social: "internacionalização"..... 59
CAPÍTULO III - IMAGENS MANIFESTOS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO"..... 64
3.1 Postura epistemológica do pesquisador frente ao objeto social estudado..... 64
3.2 Percurso metodológico da investigação..... 65
3.3 Lócus, constituição e características dos sujeitos participantes..... 66
3.4 Instrumentos de colheita de informações e técnicas de análise das informações..... 71
3.4.1 Técnicas de Associação de Livres Palavras..... 72
3.4.2 Entrevistas semi-estruturadas..... 75
CAPÍTULO IV - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GESTORES E DOCENTES DA UNEB SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO"..... 77
4.1 Imagem da "Internacionalização" sob a ótica das palavras..... 77
4.2 Imagem da "Internacionalização" sob a ótica do discurso..... 80
4.2.1 Natureza do Pensamento Social sobre Internacionalização..... 81
4.2.2 Práticas, política de Internacionalização exercidas na UNEB...... 86
4.3 Possibilidade de uma Política Institucionalizada de Internacionalização na e da UNEB..... 90
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 92
REFERÊNCIAS..... 98

ANEXO 1 - QUADRO DE ACORDOS E CONVÊNIOS INTERNACIONAIS DA UNEB..... 103
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.... 105
APÊNDICE 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO..... 107
APÊNDICE 3 - TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS..... 109
APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS..... 110
APÊNDICE 5 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP..... 112

INTRODUÇÃO

A motivação para o estudo sobre internacionalização

Compartilhar este estudo é narrar à aventura que foi lançar-me a esta pesquisa. Discutir teorias, escolher linguagens, organizar procedimentos, entre outras ações que fazem parte do processo formativo, são passos para a construção deste estudo. Tudo isso se transversaliza pelas marcas, lembranças, memórias, histórias de vida e, especialmente, pelas representações sociais (RS's).

Reconstruir os caminhos percorridos por mim significa não apenas trazer ao conhecimento de outras pessoas minha história de vida, mas, acima de tudo, confortar-me no sentido de refletir o porquê de minhas escolhas, da minha maneira de ser, pensar e agir, isto é, de como me constitui como pessoa e profissional. Ao remexer nos guardados de minha memória para relembrar de momentos que foram marcantes em minha vida, reencontro pessoas, lugares e acontecimentos que retomam uma vivência um tanto distante, mas que por um momento torna-se muito presente.

Rememorar este período de minha vida é fazer emergir experiências que ora estão muito vivas e ora encontram-se quase apagadas. Revisitá-las no processo de escrita desse material possibilitou um encontro comigo nas diferentes situações de uma trajetória composta por idas e vindas, encontros e desencontros, sabores e dissabores, silêncio e conversa com meus pensamentos. Experiências que me constituíram como sujeito, que me tornaram o que sou hoje e que, portanto, qualificam a forma como entendo o ser humano, a educação, a própria vida. Para falar dessas experiências é preciso primeiro me apresentar. Voltar no tempo e resgatar o primeiro começo.

Nasci em Itambé, uma cidade do interior, localizado na região sudoeste da Bahia. Logo na minha primeira infância meus pais decidiram ir morar em Rio Branco, capital do Estado do Acre, infância feliz com pai, mãe e irmãos amorosos e brincalhões. Ao revisitar as lembranças dessa infância, ressalto as férias que sempre eram curtidas na casa dos meus avôs, no interior baiano, os quais sempre nos estimulavam brincar e descobrir o mundo que nos cercava. As paredes da casa da "vó" Zuína, por exemplo, foram nossa grande tela, principalmente as do corredor. Essas paredes estavam sempre desenhadas, rabiscadas e com muitas figurinhas decalcadas, nelas criávamos nossos desenhos e rabiscávamos nossas primeiras letras.

Creio que o interesse pela área internacional tem seu cerne quando iniciei meus estudos em uma escola internacional. Não lembro quantos anos tinha. Acho que 08 anos. Foi nas

primeiras aulas naquela escola, o primeiro contato que tive com uma pessoa “estrangeira” a professora Susan. Era uma inglesa sisuda, cabelos ruivos e crespos e pele sardenta. A partir de então, o contato com outras crianças de várias nacionalidades e culturas tão diferentes passou a exercer um fascínio enorme sobre mim. Passei a me interessar pelas culturas e imaginar que gostaria de viver em outro país. Bem, eu poderia ficar um bom tempo revisitando esses momentos, mas é preciso continuar.

Dois anos mais tarde, veio novamente a mudança de residência, desta vez para Itu, cidade do interior paulista. No colégio Objetivo, comecei a cursar o ensino fundamental (5º a 8º série), nessa época, tínhamos diferentes professores. Aqueles que transmitiam, passavam o conteúdo e aqueles que nos instigavam, que nos provocavam e trabalhavam o conteúdo de maneira criativa e significativa. No decorrer desses anos, não abandonei o fascínio que tinha por estudar novos idiomas e paralelamente eu fazia curso de inglês e francês, idealizava morar em outras nações no futuro.

Ao longo do segundo grau, no mesmo colégio, as atenções eram voltadas ao vestibular, sinceramente não tinha em mente qual carreira seguir, o meu foco era estudar em outro país ou desenvolver uma carreira que tivesse contado frequente com o exterior, desta forma o “fantasma do que ser quando crescer”, sempre esteve presente em meus pensamentos e nessa época eles eram muitos e cada vez mais insistentes. Gostaria de cursar inúmeros cursos, mas não conseguia decidir por um. Nessa fase de indecisão, ao ler uma reportagem sobre comissários de voo e o mundo da aviação, acabo optando por esse caminho, afinal iria viajar o mundo, ou seja, era o que sempre esteve nos meus planos.

Aos 20 anos, começo a trabalhar como aeronauta, foi com o que eu escolhi viver e desbravar o desconhecido; vida social dividida com o compromisso profissional; o mês se resumia em uma palavra chamada escala de voo; minutos eram horas, horas eram ansiosamente desejadas; decolar era estar no céu vendo tudo “pequenininho”; pousar era sensação de trabalho cumprido. Passados alguns anos vivendo sem rotina e com um desejo recheado pelas inquietudes, vislumbrei cursar uma faculdade com o objetivo de novas possibilidades, alargar fronteiras e apostar em novas investidas como um exercício libertador.

Foi nesse momento que, realmente precisava decidir por algum curso de nível superior. Como isso foi difícil! Após leituras, argumentações consistentes e trocas de ideias com familiares e amigos, decidi pelo curso de Administração com ênfase em Comércio Exterior, fui aprovado no vestibular da Universidade privada Ibirapuera no final do ano de 2002. Em fevereiro de 2003 iniciei os estudos na instituição de ensino superior e logo me identifiquei com

a atmosfera de ser aluno novamente, as leituras e o desejo de produzir. As leituras? Nossa! Foram diversas.

No primeiro semestre de 2006, decidi trancar o curso, precisava pensar, ou melhor, ficar em silêncio para oxigenar-me. No segundo semestre do mesmo ano, senti-me desafiado e retomei o curso no sétimo semestre, mesmo com as limitações, sempre me esforcei, procurei fazer o melhor que pude, embora tivesse (e ainda tenho) muitas falhas. Fiquei satisfeito com o curso e, ao final, em 2007, conclui que, fiz a escolha mais feliz: Estava formado, ou seja, bacharel em Comércio Exterior.

Mais uma vez as escolhas fizeram-se presentes em minha vida: continuar trabalhando como aeronauta ou dedicar-me a carreira acadêmica? O trabalho como aeronauta estava consolidado, mas e a especialização *lato ou stricto sensu*, o que fazer? Interrompi esse caminho, veja bem: interrompi, mas não desisti! Minha procura continuou pelo melhor e decidi pela especialização *lato sensu* em Política e Relações Internacionais, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), iniciou um percurso intenso. Ao final do curso, apresentei ao programa o projeto de pesquisa científica que buscava investigar a participação dos diplomatas de carreira na formulação da política externa brasileira (1964-1985), projeto esse que por sugestão da professora Suhayla Khalil[1] fosse construído um artigo que posteriormente seria publicado na revista da fundação.

Foi nesse período – até a construção da monografia de especialização – que tive contato com outra visão de mundo e de Brasil, que era até então desconhecida para mim. Como estudante, pude perceber mudanças no perfil das Universidades brasileiras como um todo, não apenas o perfil dos estudantes. Para citar duas vivências, na FESPSP tive a oportunidade de ser aluno do professor Dieu Toko, africano, originário da costa do marfim, que morava no Brasil há pouco mais de três anos, por meio da cooperação acadêmica internacional entre fundações de ambos países ele tinha permissão para lecionar na unidade até o final de 2016, nas mesmas condições havia uma professora, brasileira, da instituição que lecionava, pelo mesmo período, em uma instituição em Abidjan, cidade mais populosa da costa do marfim. Durante a apresentação em um seminário na Unesp, em 2016, percebi a presença de três professores estrangeiros, dois ingleses e um francês, que estavam apresentando trabalhos orais com seus respectivos orientandos brasileiros. Era uma evidência que inclusão e cooperação internacional estavam fazendo parte do cotidiano das universidades brasileiras.

[1] Profª. Drª Suhayla Mohamed Khalil Viana <http://lattes.cnpq.br/6749284361099239>

Em 2017, cheguei, então, com uma certeza: queria estudar a cooperação internacional em educação, mas de uma maneira diferente, que contemplasse minha experiência – cultural, profissional, acadêmica – e me permitisse fazer uma pesquisa que fosse inovadora e autoral. Assim, por meio dessas vivências, afastei-me das terras firmes, para seguir meus estudos, em nível de mestrado, em uma área até então desconhecida para mim: Educação. Fui aprovado como aluno especial 2017.2 no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para assistir a disciplina Educação e Pesquisa em Representações Sociais, momento recheado de aprendizagens, novas leituras, novos autores, tais como: Moscovici (2007), Jodelet (2001), Guimelli (1989) e Jean Claude Abric (1994).

Em seguida, a minha entrada no programa e participação no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES), que me permitiram aprofundar os estudos sobre a teoria do pensamento social e amadurecer as discussões coletivas sobre o tema internacionalização e seus desdobramentos: Mobilidade e Intercâmbio de docentes e discentes; Implicações do ideal neoliberal na educação e Conhecimento internacional e intercultural.

O contexto político da "internacionalização" no cenário brasileiro

Sempre tinha encarado a ideia do internacional na formação pessoal, acadêmica e profissional como um processo civilizatório, em que sairíamos de um país atrasado como o Brasil para outro desenvolvido para recebermos conhecimento. Afinal, é essa a visão que nos é passada pela mídia, pelos filmes, pela música, pela cultura. É nosso "complexo de vira-latas"[2], do qual já nos alertava Nelson Rodrigues.

Essa mesma expressão foi usada diversas vezes por Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, de 2003 a 2010. Exemplo desse discurso foi percebido em 2011, quando, em um artigo[3] publicado em uma revista de circulação nacional, Amorim alertou que o Brasil buscava um novo posicionamento no cenário mundial, de liderança, e que, para isso, deveria superar esse complexo de vira-latas e assumir os bônus e ônus da sua liderança. Para corroborar esse pensamento, o ex-ministro cita um relatório de autoria do governo dos Estados Unidos em

[2] Criado pelo escritor Nelson Rodrigues, o termo "complexo de vira-lata" define a falta de autoestima dos brasileiros. Tudo teria começado com a derrota da seleção brasileira na copa de 1950.

[3] Disponível em www.cartacapital.com.br/politica/aobsessao-e-ocomplexo-de-vira-lata. Acesso em 12 de dezembro 2018

que diz que eles deverão adaptar-se à nova postura do Brasil no cenário internacional. Ou seja, o Brasil passava a ser demandado a ter maior proeminência mundial.

O discurso de Amorim alinhava-se ao do governo do presidente Luiz Inácio Lula Da Silva à época, de empoderamento das classes menos favorecidas por meio de ações afirmativas, como o Bolsa Família, reconhecido mundialmente pela sua efetividade em reduzir drasticamente a pobreza extrema[4]. Ações essas que, no âmbito universitário se mostravam com iniciativas como o Programa Universidades para Todos (Prouni), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e, no que tange à cooperação acadêmica internacional, o programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Demonstrando na história do Brasil que a internacionalização nas instituições de ensino, no âmbito do Ministério da Educação, passava a ser tratada como política pública.

Do ponto de vista da educação, a experiência política recente do Brasil é um exemplo que ilustra à perfeição, as implicações e retrocessos da implantação de um projeto neoliberal de alta intensidade. Refiro-me, aos fatos ocorridos no país, desde maio de 2016, quando Michel Temer assume interinamente a Presidência da República, após o, no mínimo controverso, *impeachement* da Presidenta eleita Dilma Rousseff. Os reflexos dessa guinada neoliberal se verificam, tanto do ponto de vista objetivo, quanto da perspectiva subjetiva e simbólica.

Objetivamente, o governo Temer impôs limites ao gasto público através da PEC 241/55 que congelou as despesas governamentais por um prazo de vinte anos, afetando diretamente áreas sensíveis como a educação, a segurança, a saúde, a agricultura familiar, a gestão ambiental, as unidades de conservação, o salário mínimo e os diversos programas sociais em um país carente e repleto de demandas (EL PAÍS, 2016). Nesse sentido, o governo sancionou por medida provisória, sem um significativo debate com a sociedade, comunidade científica e educadores, um projeto de reforma do ensino médio a ser implantado pelo Ministério da Educação. O projeto teve motivações controversas, quando inicialmente retirou a obrigatoriedade dos conteúdos de sociologia e filosofia do currículo do ensino médio e quando inseriu a formação técnica e profissional como área obrigatória. A suspeita dos especialistas é a de que a reforma favoreça, por um lado, um sistema de ensino dual que oferece uma formação ampla e de qualidade, que conduz ao ensino superior e, uma formação profissionalizante e técnica, que conduz ao mercado de trabalho. Ou seja, uma educação ampla para a elite e uma

[4] Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, sigla derivada do inglês) indicou que pela primeira vez, em 2014, o Brasil não estava no mapa da fome. Entre os principais fatores para esse resultado estão os programas do Governo Federal de acesso à renda. O documento em seu inteiro teor pode ser consultado no site da FAO.

educação estreita e pragmática para a classe trabalhadora que, por sua condição inerente, precisa trabalhar mais cedo.

Quando se considera o limite orçamentário instituído pela PEC 241/55 e seu cruzamento com outras reformas sancionadas pelo governo, como a trabalhista, a lei da terceirização irrestrita e a recente portaria que flexibiliza o conceito de trabalho escravo, em minha opinião é fácil concluir que a educação, nunca esteve na agenda prioritária do Brasil, sofreu, com essas medidas, um novo revés que impacta os educadores, a qualidade da educação pública, a pesquisa científica e as políticas educacionais, desde a educação básica até a educação superior que afeta, sobremodo, as parcelas mais vulneráveis da população incapazes de recorrer à educação privada ou outros recursos educativos suplementares.

Se os primeiros anos, dessa década, foram de intensa expansão da Universidade brasileira, os últimos anos tem trazido novos desafios para a Academia. A partir do ano de 2018 a crise da educação no Brasil tem se intensificado, principalmente para o setor da educação superior brasileiro. O pano de fundo para análise é o programa de governo do presidente eleito no pleito de 2018, Jair Bolsonaro, citado várias vezes sobre as tratativas acerca da educação, especificamente sobre o ensino superior. Percebe-se que o presidente faz uma crítica velada à expansão das Universidades e Instituições de nível superior, a gratuidade do ensino superior, prevista na Constituição Federal 88 (Art. 206, VI) não está previsto em seu plano de governo, o qual visa a pesquisa como fator de desenvolvimento econômico e não social. Sinto falta de proposições efetivas, de ações que garanta, efetivamente, o ensino de qualidade, com igualdade nas condições de acesso, permanência e formação para todos.

Entre esses novos desafios, para as universidades brasileiras, está a internacionalização da educação superior considerada como um fenômeno psicossocial, pois o mesmo é revestido de sentidos e significados e passível socialmente de construção e representação. Essas ideias são corroboradas por Stalliveri (2017), quando ela afirma que a internacionalização é um fenômeno, não é uma opção, o qual as instituições devem aprender a lidar. Nesse entendimento, o objeto representado - « internacionalização » - se transversaliza nos processos de ancoragem e objetivação, pela passagem de fenômeno psicossocial para fenômeno educacional como um objeto social revestido de opiniões (eu penso), de saberes (eu sei) e de crenças (eu acredito), (SÁ, 1998).

De Wit (2011) declara que a educação superior não é internacional por natureza e que, por isso, a internacionalização deve ser introduzida nas instituições. Esse pensamento do autor,

nos impele a entender melhor como se dá esse processo nas universidades, e em particular na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

É nesse contexto que minha pesquisa está ancorada para desenvolver-se e a partir dele, tento em uma breve justificativa demonstrar a escolha da Teoria do Pensamento Social (TPS), dentro da grande Teoria das Representaçõe Sociais (TRS), criada por Moscovici (1978).

As pesquisas sobre o tema internacionalização no cenário brasileiro

O tema da internacionalização ainda gera mais perguntas do que respostas, mas percebe-se que o assunto é emergente. A realização deste trabalho gerou a necessidade de se estabelecer um diálogo com outras pesquisas que também partiram da temática internacionalização da educação superior. Para avaliar a produção científica brasileira sobre o assunto, durante os últimos cinco anos (2015-2019), realizei um levantamento no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de verificar as abordagens e lacunas, bem como nortear o processo de formulação do problema dessa pesquisa. Para tal, utilizei os seguintes descritores: “internacionalização”, “ensino superior” ou “educação superior” e “representações”. Também considerei apenas produções em português do Brasil, no marcador país, quando presente, foi marcado a opção Brasil apenas. Como o tema da internacionalização é recente, não foi estipulada uma data de início para as buscas.

Quadro 1 - Pesquisa do Período 2015-2019

ANO	**QUANTIDADES**	**ABORDAGEM**
2015	04	Estratégias utilizadas pelas universidades (MUCKENBERGER, 2015); (PETRILLO, 2015); (LAGE, 2015) e (SILVA, 2015).
2016	04	Identificação das ações (DIAS, 2016); (EGREGGIO, 2016); (CRUZ, 2016); (ROCHA, 2016)
2017	05	Análise de conceitos (VARNER, 2017); (SCHARDONG, 2017); (MARSON, 2017); (SANTOS, 2017) e (ORTELANI, 2017)
2018	05	Estudo da mobilidade discente (OLIVEIRA, 2018); (PASSONI, 2018); (NOGUEIRA, 2018); (ASSENZA, 2018) e (NUNES, 2018)
2019	02	Estudo sobre a legislação e políticas (GALDINO, 2019) e (FILARDI, 2019)
TOTAL	**20**	

Fonte: Elaborado pelo autor -2019

Os resultados apontam que no campo da produção científica brasileira, a temática da internacionalização da educação superior apresentou crescimento exponencial desde o ano de 2010, como observado no levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações da Capes – ainda que a pesquisa aponte um intenso cruzamento dos resultados com pesquisas realizadas acerca da internacionalização da economia e da internacionalização dos territórios agrícolas.

Destacamos acerca desta produção as vertentes de análise que se pautam em analisar as iniciativas institucionais e observar a evolução histórica do fenômeno de internacionalização da educação superior, entretanto, elas apontam a necessidade de ir a escuta dos sujeitos como forma de entender como eles sentem, pensam e agem em relação ao objeto social – "internacionalização". Assim, necessidade de se estabelecer um diálogo com outras pesquisas que também partiram da mesma temática, existe uma lacuna no campo da internacionalização da educação superior – e sabemos que existe - , esta não é simplesmente conceitual, mas dos sentidos e significados atribuídos à "internacionalização" É diante dessa problemática que proponho investigar o pensamento social sobre "internacionalização" na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), buscando compreender as características e particularidades desse processo nas dinâmicas, funcionalidades e objetivos institucionais a fim de se construir de fato uma política de internacionalização.

Problema, objetivos e relevância desse estudo

Diante do exposto, surgem as seguintes questões norteadoras deste estudo: Quais as RS's construídas sobre "internacionalização", por gestores e docentes da UNEB? Como essas RS's podem contribuir com o processo de construção de uma política de Internacionalização Institucionalizada? Assim, o **objetivo geral** é investigar como o pensamento social de gestores e docentes sobre o objeto social representado – "internacionalização" – pode contribuir para o fortalecimento desta política na UNEB. Em seguida, elaborei os **objetivos específicos** que orientam a investigação científica. Discutir, à luz dos autores, sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras no contexto das globalizações; analisar o conteúdo e o processo das Representações Sociais construídas pelos gestores e docentes sobre "internacionalização"; apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior.

A escolha pela TRS se fundamenta, pois os fenômenos de representação social (RS) estão "espalhados por aí": na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais (SÁ, 1988). Logo, faz-se necessário

identificar os seus conteúdos para em seguida buscar compreender sua possível aplicabilidade (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001).

Para além da introdução, esta dissertação se divide em cinco capítulos. O primeiro, **Globalizações e Internacionalização da Educação Superior**, no contexto das globalizações, busca discutir sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras a fim de situar conceitos fundantes, legislação, estratégias e ações que possibilitam a internacionalização do currículo e interculturalidade, nos contextos locais, regionais e globais.

O segundo capítulo, **Bases conceituais do estudo: RS sobre "internacionalização**" apresenta as abordagens e processos teórico-metodológicos do estudo para apreender o conteúdo das RS e sua possível aplicação para uma política de internacionalização institucionalizada.

O terceiro capítulo**, Imagens manifestos sobre "Internacionalização"** expõe minha postura epistemológica e o percurso metodológico: a descrição e justificativa da escolha do lócus, dos participantes, os instrumentos de colheita de informações.

O quarto capítulo, **Representações Sociais de Gestores e Docentes da UNEB Sobre "Internacionalização"** os métodos e técnicas de análise do material empírico necessários à realização desse estudo, os resultados e discussão.

Nas **Considerações finais** fazemos um retorno sobre o estudo, lembrando as fases do processo de construção da pesquisa. Apresentamos as sugestões e recomendações a partir dos achados/resultados. Em seguida, introduzimos os limites do estudo bem como algumas reflexões para as futuras pesquisas.

CAPÍTULO I - GLOBALIZAÇÕES E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo apresenta o contexto das globalizações e centra a discussão sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras a fim de situar conceitos fundantes, legislação, estratégias e ações que possibilitam a internacionalização do currículo e interculturalidade. Nesse sentido apresento um panorama dos discursos na educação superior, abordo sobre a internacionalização e seus temas fundantes e finalizo com a interculturalidade e internacionalização nas universidades.

1.1. Discursos globais para a Educação Superior

"Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido" (SANTOS, 2015, p.17), creio que essa expressão nos dá uma descrição apurada deste início de século. Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grande insegurança, crise permanente e ausência de qualquer tipo de *status quo*, ou seja, grande parte das certezas construídas ao longo do século XX já não existem mais. O pano de fundo para esse cenário é o processo de globalização.

Processo esse que reconhecidamente, não é um fenômeno novo. Segundo afirma Hall (2005, p. 67), "sua história coincide com a era da exploração e da conquista europeia e com a formação dos mercados capitalistas mundiais". Porém, com o avanço científico-tecnológico, as relações de mobilidade de todo tipo – movimento e fluxo de pessoas, informação, objetos, tecnologias e capital – foram reconfiguradas a partir da compressão espaço-tempo e, com isso, o processo globalizador tornou-se avassaladoramente rápido.

Para Santos (2015), essa globalização pode ser entendida a partir de três perspectivas. A primeira seria o mundo tal como nos fazem vê-lo, ou seja, a globalização apresentada como "fábula", a qual é contada e propagada de forma capciosa de acordo aos interesses do Estado e das grandes empresas transnacionais pelas as quais transitam fluxos de mercadorias, serviços, capitais e informações etc. A segunda seria o mundo tal qual como ele é, a globalização como um espaço de "perversidade" sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas; já a terceira trata-se do mundo como pode ser, "uma outra globalização", mediante uma globalização mais humana. Trazer uma definição sobre o fenômeno é um desafio, a começar pela declinação de número: seria uma globalização ou muitas globalizações?

Sousa Santos (2010) alerta para como a globalização oferece papéis distintos aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para o autor, não existe globalização genuína. O que se conhece por globalização é sempre o sucesso de um determinado local, pois não existe uma condição global sem raízes locais, sem cultura específica. Para problematizar a questão, o autor, teoriza quatro processos de globalização que dão origem a dois modos de produção de globalização. O primeiro trata dos processos de *localismos globalizados* e de *globalismos localizados*, que operam em conjunção e se caracterizam pela globalização hegemônica, ou também conhecida por neoliberal, isto é, a versão mais recente do capitalismo.

> O *localismo globalizado* é o processo pelo qual determinado fenômeno, entidade, condição ou conceito local é globalizado com sucesso, seja a transformação da língua inglesa em língua fraca, o ajustamento estrutural, a globalização do fast food ou a adopção mundial das leis de propriedade intelectual dos EUA. Neste processo de globalização o que se globaliza é o vencedor de uma luta pela apropriação ou valorização de recursos, pelo reconhecimento hegemônico de uma dada diferença cultural, racial, sexual, étnica, religiosa ou regional, ou pela imposição de uma determinada (des)ordem internacional. Esta vitória traduz-se na capacidade de ditar os termos da integração, da competição/negociação e da inclusão/exclusão. [...] *globalismo localizado* consiste no impacto específico de condições locais das práticas e imperativos transnacionais que emergem dos localismos globalizados. Para responder a estes imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, marginalizadas, excluídas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna. Tais globalismos localizados incluem: a eliminação do comércio tradicional e da agricultura de subsistência como parte do "ajustamento estrutural"; a criação de enclaves de comércio livre ou zonas francas; desflorestamento e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento de dívida externa; o uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimônias religiosas, artesanato, e "reservas naturais" à disposição da indústria global do turismo; desemprego provocado pela deslocalização de empresas. (SOUSA SANTOS, 2010, p. 438)

O resultado dessa trama entre globalismos localizados e localismos globalizados, segundo o autor, está no fato dos países desenvolvidos especializarem-se em localismos globalizados, enquanto aos países subdesenvolvidos cabe apenas a escolha de globalismos localizados (SOUSA SANTOS, 2010). Tal trama "determina ou condiciona de forma crescente as diferentes hierarquias que constituem o mundo capitalista global" (SOUSA SANTOS, 2010, p. 437).

Em contraposição a esse primeiro modo de produção da globalização temos o segundo modo, que são as globalizações contra-hegemônicas, alternativas que surgem de baixo para cima, definidas por Sousa Santos (2010) como *cosmopolitismo insurgente e subalterno* e *patrimônio comum da humanidade*. Esses dois últimos processos ocorrem, de acordo com o autor, pelo fato das formas predominantes de dominação não excluírem a possibilidade de locais, supostamente subordinados, usufruírem das lógicas transnacionais em defesa de seus

próprios interesses e, assim, beneficiarem-se das possibilidades que emergem do sistema-mundo.

Reside no cosmopolitismo insurgente e subalterno o espaço das comunidades invisíveis que se mantém vivas e desenvolvem estratégias de sobrevivência. Para exemplificar, Sousa Santos (2010) menciona algumas atividades cosmopolitas, como os diálogos e as organizações Sul-Sul, as organizações mundiais de trabalhadores, as práticas de filantropia transnacional, as redes internacionais de assistência alternativa, as organizações transnacionais de direitos humanos, as redes mundiais de movimentos feministas, as militâncias anti-capitalistas, os movimentos ecológicos, entre tantos outros.

O patrimônio comum da humanidade trata da sustentabilidade da vida humana na Terra, ou seja, diz respeito a questões tão globais como o próprio planeta, envolvendo assim temas ambientais, de preservação e de biodiversidade. Sousa Santos (2013) explica que esse processo de luta em defesa do patrimônio comum da humanidade pode vir a integrar práticas de globalização contra-hegemônicas, entretanto, isso não significa que seus sentidos ocorram de forma consensual.

Pelo exposto, é possível afirmar que o pensamento tanto de Santos (2015) quanto de Sousa Santos (2013), evoca a percepção de um movimento de resistência que vem se articulando, e esse movimento emerge daqueles grupos marginalizados pelos processos vigentes de globalização. Mas o discurso gerado por essas minorias não fica restrito ao seu local: ganha importância numa agenda global e passa a fazer parte dela. E essa agenda passa a influenciar, internamente, o processo político dos Estados.

O local, portanto, pode ser entendido como agente ativo no contexto da globalização, e a cultura nacional como um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade (HALL, 2000). Portanto, a articulação entre o local e o global não devem ser entendidos como opostos ou excludentes, mas estritamente ligados, de modo que as transformações locais são tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço (GIDDENS, 1991).

Assim, a agenda internacional pode influenciar a formulação de políticas. Para Giddens (1991), a influência internacional se dá por pelo menos duas maneiras: direta – fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais – e outra que contempla o patrocínio de soluções por parte de agência multilaterais e organizações internacionais. O autor interpreta esse movimento descrito como uma influência limitada, pois as influências externas são sempre recontextualizadas no local.

Implicada em processos de globalização hegemônica, a função da educação na contemporaneidade vem sofrendo profundos impactos. A educação torna-se uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada, importada e exportada, pois entra no jogo das lógicas de mercado e oferta e de demanda; a internacionalização da educação surge em meio a um cenário em que práticas de conhecimento e de aprendizagem interagem com práticas de economia. Diante do desinvestimento público da educação e do avanço do capitalismo global em sua forma neoliberal, outras alternativas são aventadas no cenário educacional, sendo a internacionalização uma delas, especialmente em universidades do Norte Global onde o recrutamento de estudantes internacionais cresce de maneira exponencial como uma fonte altíssima de recursos financeiros (MÉZÁROS, 2008).

Santos (2010) explica que a mobilidade transfronteiriça tem raízes na globalização, mas também em políticas e forças de mercado. Enquanto em um passado não muito distante, políticas públicas tinham o objetivo de promover e de alimentar laços acadêmicos, culturais, sociais e políticos entre diferentes países, enfocando assim lógicas de troca, atualmente as forças que pressionam esses encontros são de natureza econômica; ou seja, ocorreu aí mudança de concepção em relação ao papel da educação internacional em sua passagem de *aid* (práticas de assistência) para *trade* (lógicas de mercado).

Vale ressaltar, entretanto, que tal distinção entre assistência e mercado não é tão nítida quanto possa parecer. Knight (2004) entende que internacionalização significa coisas diferentes para pessoas diferentes, em uma variedade de maneiras; o que acaba gerando, na perspectiva da autora, certa confusão,

> [...] para alguns, significa atividades internacionais, como mobilidade acadêmica para estudantes e professores; relações, parcerias e projetos internacionais; e novas iniciativas de pesquisa e programas acadêmicos internacionais. Para outros, significa o fornecimento de educação para outros países através de novos tipos de estruturação, tais como campi e franquias internacionais, e o uso de uma série de técnicas presenciais e a distância. Para muitos, significa a inclusão de uma dimensão internacional, intercultural ou global no currículo e no processo de ensino/aprendizagem. Além disso, outros enxergam projetos de desenvolvimento internacional e a crescente ênfase no comércio do Ensino Superior como internacionalização (KNIGHT, 2004, p. 02).

Mesmo assim, a autora percebe que a internacionalização tem sido um termo usado para descrever três grandes tipos diferentes de atividades transfronteiriça: trocas e parcerias internacionais, empreendimentos comerciais transfronteiriços e desenvolvimento de projetos internacionais. É interessante observar que mesmo fazendo menção aos termos trocas, parcerias e projetos, esses podem também fundamentar-se em aspectos mercadológicos da internacionalização.

Nesse sentido, para o estudo da educação e sua internacionalização, é importante destacar três atores internacionais: Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Cada uma dessas agências tem diferentes propostas para educação, de forma geral, pode-se dizer que o Banco Mundial trabalha com a parte financeira (ênfase no capital), a Unesco com foco humanista e a OCDE é um meio termo entre ambos. Esses papéis não são engessados, e seus efeitos são complementares e diferentes dependendo do país que será receptor da ajuda. Soma-se a isso o papel de outras organizações multilaterais, ou supranacionais, na atualidade, tais como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) e União Europeia (EU).

Com base em dados publicados pela OCDE, Sousa Santos (2013) esclarece que para o Banco Mundial e para a própria OCDE, a educação internacional é um meio de expansão da oferta de serviços para nações que a importam, a partir do entendimento de que suas ofertas internas não atendem a todas as necessidades locais e/ou são consideradas inadequadas em termos de qualidade; reflexo da forma hierárquica de relação entre diferentes nações. Além disso, o autor enfatiza que o recrutamento de alunos estrangeiros, em muitos países da OCDE, faz parte de uma estratégia mais ampla de recrutar imigrantes altamente qualificados. Isso mostra que serviços educacionais têm sido exportados e alunos internacionais importados, sendo que metade dessas importações é para países de língua inglesa. A educação de alunos estrangeiros e o treinamento internacional são a quinta maior indústria de exportação no mundo (SOUSA SANTOS, 2013).

Com relação ao Brasil, os principais atores na internacionalização do ensino superior são: o Ministério da Educação (MEC), através das agências de fomento – Capes e CNPq – as quais tratam de regulações específicas acerca do tema e também normas internas das instituições; O Ministério da Ciências, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Os outros atores menores como: Banco Itaú, Santander, Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, entre outros, têm papéis importantes. Um exemplo recente desse cenário está na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atrelada a instituições como Fundação Lemann, fazendo assim, suscitar a

óbvia pergunta: “por que uma elite financeira estaria interessada em promover iniciativas na educação em âmbito nacional?”[5]

A polarização entre as dimensões globais e locais permeia, e torna-se componente dos estudos que visam compreender a globalização enquanto fenômeno e ideologia, perpassando, portanto, a temática da internacionalização haja vista a correlação entre os dois fenômenos. Neste sentido, faz-se necessário que compreendemos as implicações da escala global e da escala local de intervenção em uma localidade, bem como as concepções políticas, e ideológicas, que derivam do privilégio de uma sobre outra. É preciso entender que globalizar, e por consequência internacionalizar, envolve reconhecer mudanças no papel dos estados-nação na sociedade contemporânea.

Apesar da limitação imposta pelo espaço e por tempo, buscamos demonstrar que, mesmo em aspectos diferentes, o que há realmente em um discurso global sobre educação. Palavras como desenvolvimento, padrões de qualidade, *rankings* e empregabilidade parecem relacionar-se e confirmar uma convergência de ideias. Nesse sentido, a internacionalização aparece como resposta àqueles critérios e passa a ser palavra de ordem nas instituições e na formulação de políticas educacionais.

1.2 Internacionalização na Educação Superior: conceitos fundantes, abordagens, razões, motivações, estratégias, benefícios, riscos e obstáculos

Somando discursos às necessidades institucionais e às crises internas e conjunturais, a universidade é chamada a participar do fenômeno global. Para ex-presidenta do Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI), Luciane Stallivieri, a Universidade é, em sua origem, internacional[6]. O conhecimento não pode ser restringido por fronteiras físicas ou de idiomas. Portanto, não é surpresa que em um período em que a informação é instantânea, devido aos novos meios de comunicação, a Universidade busque ir além das suas fronteiras para construir conhecimento.

Para buscar conceitos de internacionalização para este trabalho, recorri aos textos coletados na elaboração do Estado da Arte. Assim, após eliminar os trabalhos anteriores a 2011; e/ou cujos *cases* não fossem brasileiros; e/ou cujos temas centrais não fossem internacionalização, foi feito um levantamento dos conceitos citado nas produções – tanto

[5] Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/educacao-banqueira. Artigo de Alexandre Freitas, “A Base Nacional Comum Curricular e a educação banqueira”, publicado em 11 mar. 2016. Acesso em: 27 nov. 2018.
[6] Disponível em: <http: //www.faubai.org.br/pt-br/>

conceitos próprios quanto de terceiros. A partir desses dados, foi elaborado um quadro-resumo, para melhor sistematização.

Quadro 2 – Autores mais citados e seus conceitos

AUTOR	CONCEITOS
Altbach (2004)	Internacionalização é a forma como as Universidades encontraram para lidar com a globalização e permitiria as instituições agirem com autonomia, iniciativa e criatividade no novo cenário global. Admite que há desigualdades na internacionalização em ambientes diversos e alerta para a possibilidade de um neocolonialismo. Autores consideram os processos de internacionalização como políticas e práticas desenvolvidas tanto em nível sistêmico como individual. Classificam quarto "tipos": tradicional, europeia, dos países em desenvolvimento e a individual. Também citam possíveis motivações e fontes da internacionalização acadêmica.
Bartel (2003)	Conceitua a Internacionalização como trocas internacionais relacionadas à educação e a Globalização como uma avançada fase no processo que envolve a internacionalização e, como tal, deve permear os mais diversos aspectos da vida acadêmica – ensino, pesquisa, cultura
De Wit (2005 e 2011)	A internacionalização deve ser interpretada no contexto local da Instituição onde as atividades acontecem. Discute o conceito de imperialismo-colonialismo acadêmico que pode ocorrer através das atividades de internacionalização. A internacionalização deve ser desenvolvida para ser uma resposta aos processos perversos de globalização e acontecer em diversos setores em que a universidade atua. Relacionam as atividades de internacionalização à melhoria da qualidade e à capacitação de pessoal de nível superior
Gácel-Ávila (2003)	Processo integrativo que envolve mudanças em todas as estruturas da Universidade, sendo que esta deve ter papel proativo nas mudanças no cenário global. Nesse sentido, enfatiza os processos latino-americanos. Questiona a formação internacional e seus objetivos, que devem ser adequados tanto ao mercado como à formação de uma sociedade (cidadãos críticos e bem preparados).
Hudzki (2011)	Elabora proposta de *rationales* composta de quatro dimensões, que transitam entre posições estratégicas e humanistas
Jesús Sebastian (2004)	Salienta que o processo deve ocorrer no âmbito da pesquisa, ensino e extensão. É um componente estratégico para as instituições. Salienta, porém, que o processo ultrapassou a Instituição para se tornar também política educacional, tendo assim, que lidar com objetivos heterogêneos que abrangem fatores culturais, educativos e econômicos.

Knight (2003, 2004 e 2007)	Seu conceito inicial foi aprimorado por ela mesma. Enfatiza os aspectos interculturais das trocas internacionais. Também propõe um modelo para praticar a internacionalização nas instituições (ciclo de internacionalização). Propõe *rationales* que conjuga ambas visões mercadológica e acadêmica.
Lima e Maranhão (2009)	Definem internacionalização como sendo ativa e passiva, sendo que ambos os conceitos se relacionam com a ideia de globalização hegemônica e contra hegemônica.
Morosini (2006 e 2011)	Trabalha os seguintes conceitos: Cooperação Internacional Tradicional e Cooperação Internacional Horizontal; Modelo Central de Internacionalização e Modelo Periférico de Internacionalização; Cooperação Internacional Inicial e Cooperação Internacional Avançada.
Miura (2006)	Conceito baseado nos fluxos internacionais de cultura, pesquisa, conhecimento. Não há um padrão em como a internacionalização afeta os países, depende do contexto de cada Estado.
Rudzki (1998)	Modelo de internacionalização proposto engloba quatro aspectos: mudança organizacional, inovação curricular, mobilidade estudantil e desenvolvimento pessoal.
Santos (2010)	Não traz conceito, mas ressalta a importância da valorização da cultura local\popular na mudança de práticas sociais, incluindo aí a educação.
Laus (2012)	Internacionalização é composta pelos diálogos da Instituição com outros entes além das fronteiras nacionais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.
Stallivieri (2004 e 2009)	É a presença internacional nos aspectos culturais e institucionais em uma Instituição, abrangendo a tríade pesquisa, ensino e extensão.
Van der Wende (1997)	Apresenta um modelo que considera a influência das políticas públicas na definição das estratégias de internacionalização, que seria a forma que as instituições recebem as novas demandas da sociedade e do mercado.
Sousa Santos (2011)	Chama a atenção para a diferenciação entre internacionalização e transnacionalização da educação superior. Vê a internacionalização como nova função da Universidade

Fonte: Elaborado pelo o autor, adaptado de Marina Schardong (2017)

Desse apanhado de conceitos, destaco alguns pontos convergentes e/ou interessante entre eles. O primeiro refere-se à relação que a maioria dos autores faz entre globalização e internacionalização. Seja como resposta, como resistência ou como alternativa, os fenômenos estão intrinsicamente ligados e, portanto, devem ser compreendidos em suas relações.

Contudo, embora os avanços nessa área tenham sido positivos no que diz respeito à elaboração de seu quadro conceitual, expõe que as pesquisas sobre internacionalização ainda têm focado suas abordagens apenas na conceitualização do campo de estudo (DE WIT, 2011). Segundo o autor, essas abordagens estão pautadas pela recorrência do entendimento puramente teórico, o que deixa um vazio nas interpretações simplistas feitas pelos pesquisadores desta linha de investigação. O foco dado por essas pesquisas está mais direcionado às razões e motivações para a internacionalização, incluídas aí as orientações do mercado predominante, pouca atenção aos currículos, quase nenhuma sobre as questões pedagógicas, a ausência de ações e as perspectivas dos estudantes.

Se considerarmos que os fenômenos globais são inconstantes e imprevisíveis e que possuem características próprias, a depender do contexto onde ocorrem, isso significa conceber que a internacionalização também é única e não é um fenômeno estático, devendo ser, por isso, (re)planejada, (re)executada e (re)monitorada constantemente.

Fator comum observado foi a necessidade que os processos de internacionalização perpassem toda a Universidade e não se detenham em apenas aspectos isolados. É necessário criar uma cultura de internacionalização. Gácel-Ávila(2003) fala em um processo integrativo; já Bartel (2003) tem uma "visão de internacionalização como complexa, de ampla abrangência, orientada por políticas e que permeia a vida, a cultura, o currículo, o ensino assim como atividades de pesquisa, da Universidade e seus membros"(p.46); as estudiosas como Knight (2004) e Stallivieri (2009) citam ensino, pesquisa, extensão, currículo, docência como alvos dos processos de internacionalização.

Para que as instituições universitárias possam lidar com o fenômeno internacional, seja como cultura, como atividades isoladas ou como nova função, alguns autores propõem modelos. Eles podem ser voltados aos processos institucionais como Rudzki (1998), Knight (2004); ou mais conceituais, ao indicarem as dicotomias do processo, como Altbach (2004). Nos modelos de Rudzki e Knight, percebe-se convergência em alguns pontos, como, por exemplo, a importância da contextualização e da avaliação dos processos. Apesar de ser um fenômeno internacional, o fator local e sua compreensão são imprescindíveis para iniciar o

processo. No mesmo sentido, os modelos de Altbach (2004) analisam o processo a partir de seu local de origem.

Na busca de conceitos de internacionalização surgiu a problemática da acreditação. Esse debate é pertinente, já que a avaliação pressupõe o estabelecimento de um padrão de referência de qualidade. Porém, se vamos considerar a internacionalização como fenômeno particular de cada instituição, é possível estabelecer o que seria uma boa e uma má internacionalização? Ou, ainda mais, como medir uma boa internacionalização? Seja como foco da avaliação ou como critério de qualidade a internacionalização precisa ser avaliada.

O reconhecimento do fator local também foi constante nas definições analisadas. O embate entre o local e o global é um fator importante, em especial nas experiencias de mobilidade. Se, por um lado, busca-se na experiência internacional o desconhecido, o inédito, o diferente, por outro é também desejável que haja certo grau de equivalência entre as práticas locais e internacionais. Nesse sentido, termos como imperialismo cultural ou acadêmico, neocolonialismo também foram citados pelos autores analisados. Assim, é dever da Universidade estar atenta a suas práticas para que o internacional e o local sejam complementares, e não excludentes. De Wit (2011) defende que a internacionalização deve, assim, estimular o desenvolvimento de habilidades interculturais, mesmo que por meio de atividades do que ele chama de internacionalização "*at home*".

Seguindo esse raciocínio, de valorização das características locais, optamos por detalhar em maior profundidade os conceitos dos autores brasileiros que foram citados no levantamento: Laus (2012), Lima e Maranhão (2009), Miura (2006), Morosini (2006) e Stallivieri (2009). Acredito que, por basearem suas definições em práticas e contextos nacionais – embora em instituições distintas -, se mostraram mais adequadas ao estudo, que também ocorre em uma Instituição brasileira.

O trabalho de Stallivieri (2004; 2009) tem abordagem mais institucional, que se volta à proposição de modelos ou de atividades que a instituição deve seguir. Por ter experiência na coordenação de uma assessoria de assuntos internacionais de Universidade, privilegiou a questão institucional. Para a autora:

> [...] a manifestação da internacionalização passa a ser percebida em todos os ambientes das instituições de Ensino superior, ou seja, ela é necessariamente uma manifestação transversal que contempla, além do conhecido tripé da educação superior, ensino, pesquisa e extensão, também as atividades de gestão (STALLIVIERI, 2009, p. 31).

Isso significa dizer que a internacionalização deve estar no planejamento das instituições. As implicações desse conceito são profundas, pois acarretariam mudanças em toda

a organização universitária. Não se pode querer conceber um fenômeno característico do século 21 em uma Instituição que se organiza da mesma forma há séculos (no caso do Brasil, há décadas, na maioria dos casos). Exemplo dessa mudança necessária é a internacionalização do currículo, citado pela autora. Como sua pesquisa foi desenvolvida em uma instituição privada, Stallivieri (2009) concebe a internacionalização também como diferencial competitivo, visando a "o desenvolvimento de competências globais, uma inserção legítima no competitivo mercado de trabalho".

Laus (2012) inicia seu trabalho conceitual com uma provocação interessante: internacionalizar para que e para quem? Nesse sentido, analisar o contexto (políticas públicas, história e geografia locais e mundiais) e os atores (Unesco, OCDE, Banco Mundial, por exemplo) envolvidos em um processo de internacionalização faz-se necessário. Assim. Ela realiza sua pesquisa com base no seguinte conceito:

> A internacionalização de uma Universidade corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, conflitos e problemas surgidos) com outras Universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão (LAUS, 2012, p.81).

Lima e Maranhão (2009), tecem a ideia de internacionalização ativa e passiva. A primeira seria a forma como os países centrais praticam a internacionalização e traz consigo a ideia de dominação de supremacia. Nesse conceito, cabe aos países como Estados Unidos e os da Europa ocidental atrair estudantes a fim de que possam ser qualificados a ingressarem no mercado de trabalho mundial, desenvolvendo habilidades que servem a esse propósito. As autoras alertam que esse processo é duplamente benéfico aos países do Norte, já que receber estudantes implica o recolhimento de taxas e impostos, além da manutenção de um modo de produção que lhes é conveniente. Em um primeiro momento, para os alunos que buscam esses países também há vantagens, pois há em seus locais de origem uma valorização dos saberes externos. Elas alertam para uma possível dominação cultural dos protagonistas dessa internacionalização ativa, pois eles concentram a imensa maioria dos estudantes internacionais. Assim, costumes e vivências locais passariam a ser reproduzidos em nível mundial.

Já aos países emergentes restaria a internacionalização passiva, ou seja, receber conhecimento dos países centrais. Aqui, percebe-se que há um criterioso processo de seleção entre o restrito número de intelectuais que merecem ter a experiência internacional, que não se restringe apenas à mobilidade, o processo passivo serviria para consolidar as diferenças socioeconômicas e culturais tanto nacionalmente quanto em nível global, entre as nações. Essa

experiência passa a ter um valor de troca, um diferencial competitivo, tanto para a pessoa que emigrou quanto para a organização na qual ela atua. Além disso, há o risco de ocorrer a chamada fuga de cérebros, em que o intelectual não retorna ao país de origem. Esse processo caracteriza uma das facetas da globalização hegemônica da qual nos falam autores como Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos (LIMA E MARANHÃO, 2009).

A autora, Morosini (2011) também explica a internacionalização por meio de categorizações, objetivando apresentar modelos que possam inspirar as instituições. A autora, que em 2006 elaborou um importante Estado do Conhecimento sobre a internacionalização, aborda modelos nas perspectivas de sistemas institucionais, além de identificar uma cronologia da cooperação acadêmica (da inicial à avançada). Os modelos podem ser Tradicional ou Horizontal, sendo opostos entre si. O primeiro seria aquele que está submetido às necessidades de mercado e visa a incrementar a competição capitalista nas instituições. Já o modelo Horizontal, tem como objetivo a consciência e solidariedade internacionais, como uma alternativa para os países latino-americanos. O foco dessa proposta seria a valorização do local, a partir dos processos internacionais.

Morosini (2011), analisa adicionalmente a cooperação internacional na pós-graduação brasileira. A cooperação inicial visaria à formação de recursos humanos, visto que a demanda de cursos de mestrado e doutorado era maior que a oferta. Em uma fase mais elaborada, ocorreria a cooperação internacional avançada, cujo mote seria a produção conjunta de conhecimento. A autora também analisa algumas tendências da cooperação acadêmica internacional para o Brasil, das quais se destaca a cooperação Sul-Sul.

Paralelamente à discussão acerca dos conceitos, a internacionalização se consolida – e se (re)define – no contexto da prática política (MIURA, 2006), onde os dirigentes da IES procuram a melhor maneira de contemplar o processo. Sua compreensão passa pela adequação de políticas públicas, pelo aparelhamento institucional e pela busca de um ponto de equilíbrio entre as perversidades e as possibilidades (SANTOS, 2015) que a globalização traz ao campo educacional.

Assim, diante desse apanhado teórico as abordagens servem para descrever e avaliar a maneira como a internacionalização está sendo implementada por países e instituições. Uma abordagem reflete os valores, prioridades e ações que são adotadas durante o processo de promoção e implementação da internacionalização. As abordagens não são fixas nem excludentes, ou seja, podem ser mutáveis dependendo dos diferentes estágios de desenvolvimento e, muitas vezes várias abordagens podem estar sendo utilizadas

simultaneamente por instituições ou países. Cabe lembrar que segundo Morosini (2011), não existe a abordagem correta, assim apresentamos quatro abordagens que têm sido utilizadas por diversos autores, De Wit (1995; 2005), Knight (2003; 2006), Van de Werde (1997):

- Abordagem baseada em atividades (*activity approach*): concebe a dimensão internacional em termos de atividades ou programas específicos, tais como: reformulação curricular, intercâmbios de estudantes e professores, assistência técnica e recepção de estudantes internacionais. lembrando que essa abordagem foi utilizada como sinônimo de educação internacional nos anos 80 e 90 do século passado (DE WIT, 2011).
- Abordagem baseada em competências (*competency approach*): compreende o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores nos estudantes, professores e pessoal administrativo, tornando-os mais conscientes das diferenças culturais e preparando-os à exposição internacional. A questão principal desta abordagem é como a geração e transferência de conhecimento podem auxiliar a desenvolver tais competências no público envolvido com a educação superior. Neste sentido, o desenvolvimento de programas e currículos internacionais não é uma mudança sem objetivos claros, mas um meio através do qual desenvolvem-se as competências para o mercado de trabalho internacional.
- Abordagem cultural (*ethos approach*): relaciona-se com as teorias de Desenvolvimento Organizacional que discutem a criação de uma cultura (valores, normas, crenças) ou clima organizacional para apoiar a implementação de um determinado quadro de princípios e objetivos (HUDZKI, 2011). Esta abordagem enfatiza o caráter imprescindível da criação de uma cultura organizacional que valorize as perspectivas e iniciativas internacionais e interculturais (BARTEL, 2003).
- Abordagem de processo ou estratégia (*process approach*): focaliza a sustentabilidade da dimensão internacional. A ênfase recai tanto nos aspectos organizacionais quanto nas políticas e procedimentos relacionados à integração da dimensão internacional/intercultural no ensino, pesquisa e serviços prestados pela instituição. Portanto, incorpora vários elementos das abordagens anteriores, centrando-se no desenvolvimento de uma estratégia integrada que incorpore atividades e resultados.

Knight (2008) complementa as abordagens tradicionais descritas anteriormente de acordo com a reformulação que realiza no conceito de internacionalização. A autora assume que os diferentes níveis nacional/setorial e institucional adotarão diferentes abordagens para atender aos desafios impostos pela internacionalização (Quadros 3 e 4), são:

Quadro 3 – Abordagens para a Internacionalização no Nível Nacional - Setorial

Abordagem	Descrição
Programática	Internacionalização de ensino superior é vista em termos de fornecedores de programas que facilitam instituições e indivíduos a ter oportunidades para se engajar em atividades internacionais tais como mobilidade, pesquisa e redes de trabalho.
Razões	Internacionalização da educação superior é apresentada baseada nos motivos (os por quês) que a tornam importante para o ensino superior.
Ad hoc	Internacionalização da educação superior é tratada como uma reposta reativa ou feita sob medida para lidar com as novas oportunidades apresentadas pela oferta, mobilidade e cooperação internacional na educação pós-secundária.
Políticas	Internacionalização da educação superior é descrita em termos das políticas que enfatizam a importância da dimensão internacional ou intercultural na educação pós-secundária. As políticas podem ser de variados setores, por exemplo, educação, relações exteriores, ciência e tecnologia, cultura ou comércio.
Estratégicas	Internacionalização da educação superior é considerada o elemento chave da estratégia nacional para alcançar os objetivos e as prioridades domésticas e internacionais de um país.

Fonte: Knight (2004)

Quadro 4 – Abordagens para Internacionalização no Nível Institucional.

Abordagem	Descrição
Atividade	Internacionalização é descrita em termos das atividades tais como estudo no exterior, programas acadêmicos e curriculares, redes de trabalho e ligações acadêmicas, desenvolvimento de projetos e instalação de parte do campus fora do país
Resultados	Internacionalização é apresentada na forma de resultados esperados tais como competências dos estudantes, maior número de acordos internacionais e parceiros ou projetos conjuntos.
Razões	Internacionalização é descrita com respeito às motivações primárias ou razões que direcionam a instituição à dimensão internacional. Isso pode incluir padrões acadêmicos, geração de ganhos financeiros, diversidade cultural e desenvolvimento de estudantes e pessoal administrativo.
Processual	Internacionalização é considerada um processo quando uma dimensão internacional é integrada no ensino, aprendizagem e funções de serviços da instituição.
Interna (at home)	Internacionalização é interpretada como a criação de uma cultura ou clima no campus que promova e apoie o entendimento internacional-intercultural e focalize sobre as atividades baseadas no campus.
Externa (cross-border)	Internacionalização é vista como oferta de educação trans-fronteira para outros países através de uma variedade de modos de oferta (face a face, à distância, e-learning) e através de diferentes acordos administrativos (franchising, twinnings e branch campuses).

Fonte: Knight (2004)

Muitos autores descrevem as razões para que as instituições incorporem a dimensão internacional em suas atividades como sinônimo de motivo. As razões devem tentar responder a seguinte pergunta: Por que as instituições de ensino superior, os governos nacionais, os órgãos internacionais e o setor privado estão envolvidos nas atividades de internacionalização das IES?

Portanto, é importante conhecer as motivações (razões), pois diferentes motivos (econômicos e políticos; culturais e educacionais) levam a diferentes meios usados pelas IES e, consequentemente a diferentes resultados esperados. Há uma diversidade de grupos estratégicos – *stakeholders* - (governo, setor privado, setor educacional) envolvidos com a educação superior e que as razões entre e dentro dos próprios grupos podem ser modificados com o tempo além de terem hierarquia de prioridades diferentes.

De Wit (2005) tece algumas considerações a respeito da necessidade de se considerar diferentes razões para a internacionalização. Para ilustrar, segue a composição dos diferentes grupos de *stakeholders*: governo (entidades regionais – ex. União Europeia e organismos internacionais – ex. Nações Unidas); setor privado (companhias multinacionais, fundações e companhias locais e nacionais) e setor educacional (nível institucional, os acadêmicos e seus departamentos e os estudantes). Portanto, as razões não obrigatoriamente têm que coincidir entre os *stakeholders*, a razão de desenvolvimento pessoal para um estudante é diferente da razão por segurança nacional para o setor de governo que é diferente do argumento apresentado pelo mercado de trabalho para uma companhia privada ou multinacional.

As razões têm uma forte influência sobre a internacionalização da educação superior, porém a questão do "por que" está em muitos casos não explicitamente formulada. Ou, como Miura (2006) explica para o caso de algumas instituições brasileiras, as razões são descritas em termos gerais, tais como "melhorar a qualidade da educação" ou "aumentar as chances no mercado de trabalho" e, desta forma, não podem ser mensuradas.

Dentro do nível institucional (como a universidade é o foco principal desse trabalho), pode-se destacar:

- Mobilidade e intercâmbio para estudantes e professores;
- Ensino, colaboração e projetos de pesquisa;
- Padrões acadêmicos e qualidade;
- Desenvolvimento curricular;
- Conhecimento internacional e intercultural;
- Visibilidade institucional;
- Questões regionais e de integração;

- Recrutamento estudantil (MIURA, 2006)

De acordo Morosini (2008, p. 291) as IES devem tomar a iniciativa de internacionalização tendo como base as recomendações da Associação Internacional de Universidades (IAU), ligada à Unesco através da

> [...] formulação de políticas institucionais e, especificamente, de currículos para a formação de cidadãos internacionais e de garantia da qualidade no processo de internacionalização; expansão dos fluxos de internacionalização para as regiões subdesenvolvidas baseada em códigos de ética internacionais e no desenvolvimento de parcerias entre iguais; remoção de obstáculos à mobilidade e o aproveitamento de professores aposentados no processo; e necessidade de fóruns para a discussão.

Diante desse contexto, é necessário identificar o motivo, ou seja, a razão para o desenvolvimento do processo de internacionalização nas instituições, para que posteriormente se desenvolva estratégias que atendem a essa demanda de maneira eficiente, facilitando o desenvolvimento de ações que integrem valor as instituições. Stallivieri (2017, p. 25) afirma que a definição clara de estratégias de internacionalização, "facilita o avanço de ações proativas com vistas à busca de resultados concretos, de ganhos institucionais e de desenvolvimento equitativo". Para isso, cada instituição deve observar o princípio de sua autonomia, de acordo com os objetivos e razões definidos e consensuais por parte da comunidade acadêmica.

Segundo Knight (2004), as estratégias de internacionalização podem ser consideradas programáticas e/ou organizacionais, adotadas ao nível institucional, e podem ser decorrentes do crescimento da internacionalização das IES. Elas se tornam importantes para as instituições que querem desenvolver processos de internacionalização, de maneira que, a ausência delas pode acarretar num obstáculo para que esse processo se desenvolva.

As estratégias pragmáticas (programas acadêmicos, atividades relacionadas à pesquisa, relações exteriores – doméstico e *cross-border* – e atividades extracurriculares) estão mais voltadas para a dimensão internacional do currículo, harmonização de créditos e acordos internacionais de pesquisa. Já as estratégias organizacionais (governança; operações, serviços e recursos humanos) estão relacionadas às políticas de internacionalização e com as razões e objetivos na missão das IES. Assim, é possível verificar a existência de uma interrelação entre as estratégias apresentadas e as razões e motivações acadêmicas abordadas anteriormente. Outras estratégias utilizadas para o processo de internacionalização podem ser consideradas bases para o "planejamento da estruturação organizacional e apoio às ações", garantido a ocorrência das etapas até a sua completa finalização através da "reforma curricular, pesquisas

conjuntas, acordos internacionais, intercâmbio de estudantes e professores", considerados pontos essenciais para a internacionalização de uma instituição (MIURA, 2006).

Entretanto é importante verificar que, a formulação dessas estratégias, políticas, programas e planejamentos de internacionalização não garante a efetividade desse processo, já que essas estratégias podem significar apenas uma simples formalização das ações que estão sendo desenvolvidas por parte das IES. Porém, a ausência delas pode ser considerada um obstáculo para a internacionalização, razão pela qual, é preciso que os atores envolvidos estejam comprometidos com esse processo. Nessa perspectiva, as instituições têm buscado se adaptar a essa nova realidade, visando ainda os benefícios que o processo de internacionalização pode trazer por meio da consolidação de um modelo acadêmico que seja capaz de se harmonizar mundialmente (LIMA E MARANHÃO, 2009).

Esse processo pode permitir também que as instituições se apropriem desses benefícios, na qual podem ser destacados:

- Melhoria na qualidade e no conceito dos cursos;
- Maior autonomia e captação de recursos;
- Enriquecimento cultural;
- Aperfeiçoamento de docentes e discentes;
- Ampliação e divulgação de pesquisas;
- Aumento da competitividade;
- Adequação aos padrões de qualidade no âmbito internacional;
- Melhoria nos planos e políticas institucionais e;
- Fluência linguística em outros idiomas (MIURA, 2006)

Desta forma, as instituições precisam ser motivadas para se apropriarem desses benefícios, promovendo uma melhor convivência entre os atores envolvidos nesse processo e influindo positivamente na vida acadêmica das universidades como um todo. Nesse sentido, outros benefícios ainda podem ser considerados para as IES, como: redução nas carências de ofertas de intercâmbio em instituições estrangeiras; maior incentivo para manter a credibilidade dos serviços educacionais, e educação de alto nível, com formação de parcerias em cooperação com instituições internacionalmente reconhecidas, dentre outros.

É necessário ressaltar que diante desse cenário, o mercado de trabalho vem se apresentando cada vez mais competitivo e necessitando de profissionais capacitados, com o conhecimento acerca de outros idiomas e maior sensibilidade e tolerância às diferentes culturas

existentes no mundo. Assim, o conhecimento de outras culturas e idiomas, principalmente da língua inglesa, pode ser considerado um benefício de suma importância para que um profissional possa se inserir nesse mercado.

Dessa maneira, o domínio da língua inglesa é imprescindível por ser a língua mais utilizada nos padrões acadêmicos internacionais, vista como a linguagem da comunicação nos dias de hoje, e considerada como segunda língua em diversos países. Razão que justifica sua ampla apreensão, considerando ser um dos investimentos que visam ao objetivo de inserção dos alunos no mercado educacional e profissional transnacional (BARTEL, 2003).

De qualquer modo, o objetivo da inserção internacional não deve ser apenas o currículo mais internacionalizado nem um aumento na mobilidade acadêmica por si mesma. Em vez disso, é importante garantir que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo cada vez mais multicultural. Com base nisso, a real compreensão dessa dimensão internacional precisa estar integrada às principais funções do ensino, da pesquisa e da produção do conhecimento, e embora haja diversos benefícios para a internacionalização, manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas intrinsecamente envolvidas nesse processo.

A eminência desses riscos vem acirrando inclusive as discussões sobre a importância da internacionalização na educação superior, no sentido também de evitar a perda de força de trabalho, já que muitas vezes profissionais são tentados a migrar para outros países em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho para o desenvolvimento de suas carreiras.

Assim, alguns riscos também podem ser visualizados no processo de internacionalização, como:

- Educação vista apenas como um grande negócio;
- Postura colonizada e imitativa dos padrões americanos;
- Fuga de cérebros (brain drain);
- Problemas de identidade cultural;
- Inadequação dos conteúdos da formação adquirida no exterior pelos estudantes brasileiros e;
- Má gestão do processo de internacionalização por parte das instituições (MIURA, 2006)

Além desses riscos, é preciso considerar também alguns obstáculos que devem ser levados em conta para a devida efetivação do processo de internacionalização, a saber:

- Ausência de políticas públicas;
- Monitoramento e avaliação das atividades;
- Falta de recursos financeiros;
- Falta de iniciativa federal mais abrangente;
- Ausência de sensibilização por parte da comunidade acadêmica;
- Inexistência de estratégias claras para a internacionalização e;
- Barreiras de comunicação em língua estrangeira (KNIGHT, 2004).

Knight (2004) considera ainda que a maioria desses obstáculos que inibem o processo de internacionalização é consequência de fatores relacionados aos aspectos organizacionais das IES. Logo, é preciso que as instituições estejam comprometidas com esse processo no sentido de desenvolverem políticas formais de internacionalização por meio dos seus setores, principalmente o de relações internacionais. A ausência de uma política formalmente institucionalizada esbarra na alta administração por meio da qualificação do seu quadro de servidores que dão suporte a essas atividades. Nesse aspecto, caso não haja uma formação adequada e sólida, esses servidores podem deixar de exercer suas funções com a mudança da gestão, impedindo um maior qualificação e desenvolvimento das suas habilidades técnicas.

Sendo assim,

> [...] a descontinuidade nos trabalhos, resultantes da mudança dos gestores das assessorias, coordenações, diretorias ou secretarias de relações ou de cooperação internacional, a existência de pessoal fixo e qualificado de apoio às suas atividades, acrescidas pela ausência de políticas duradoras de caráter institucional se referem, em muitos casos na baixa qualidade dos resultados obtidos (LAUS, 2012, p. 125).

Essa carência de apoio técnico pode dificultar a implementação de programas e estratégias de internacionalização, impedindo o desenvolvimento de uma gestão e uma equipe de trabalho com as qualificações necessárias ao exercício das funções e, ainda, pode gerar falta de interesse em investimentos e captação de recursos. Outro obstáculo a ser destacado trata da transferência de créditos em relação à mobilidade discente, já que deveria haver uma padronização do sistema de educação superior para que esses estudantes não fossem prejudicados.

Assim, diante de tais aspectos, as políticas, razões e estratégias de internacionalização possibilitam às universidades a formação de recursos humanos qualificados e avanços científicos. “A expectativa geral amplamente compartilhada é de que a internacionalização contribuirá para a qualidade e relevância do ensino superior em um mundo mais interligado e

interdependente" (KNIGHT, 2008, p. 09). Entretanto, em conformidade com a autora, entende-se que o processo de internacionalização precisa ser revisto e constantemente avaliado.

1.3 Interculturalidade e internacionalização do currículo nas universidades brasileiras

Enfrentar o novo com o novo! Assim, Sousa Santos (2011), explora o tema ao problematizar em A Universidade No Século XXI, os problemas, soluções e caminhos das Universidades levando em consideração as transformações globais ocorridas nas últimas décadas. Desde o fim da Guerra Fria novas pautas e atores fundamentaram as transformações dentro e fora dos Estados Nacionais. Temas como meio ambiente, movimentos sociais, direitos humanos, questões raciais e de gênero, conflitos regionais emancipatórios, entre outros, se alinhavam com o fortalecimento do papel das cidades, ONGs, Organizações Internacionais etc. O Estado deixava de ser o único ator relevante no cenário internacional e os assuntos em pauta não mais estavam centralizados em disputas territoriais e de segurança, mais isso de forma alguma diminuía o poder como meio e fim dos interesses estatais. Mudaram as estratégias, mas não os interesses. E assim, ao se utilizarem técnicas de convencimento suaves ao invés do uso bruto da força, ao se conceber novas e diferentes formas de dominação e obtenção de poder, o *Hard Power* estava cedendo espaço ao fortalecimento do *Soft Power* nas estratégias políticas.[7]

Nesse Contexto, mas sem aprofundar em todos os pontos de transformação global, cabe neste trabalho destacar o fortalecimento da internacionalização da educação superior como parte da missão social da Universidade a partir do século XX. Resultantes da Reforma de Córdoba de 1918, inspirado pelo movimento pelos direitos humanos na universidade norte-americana e pelas mobilizações estudantis de maio de 1968 no continente europeu, as instituições de educação superior nos últimos anos reconhecem cada vez mais a necessidade do ajuste dos planos acadêmicos à valorização do conhecimento como vetor de desenvolvimento humano, econômico e social, (ZABALZA, 2002).

No Brasil, foi Anísio Teixeira o precursor da referida reflexão:

[7]Joseph Nye é um estudioso das Relações Internacionais que defende a ideia de que o conceito de poder está ligado a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para conseguir o que se quer. Segundo ele, há três maneiras de se fazer isto: uma delas é ameaçá-los com galhos; a segunda é comprá-los com cenouras; e a terceira é atraí-los ou cooperar com ele para que queiram o mesmo que você. Se você conseguir atraí-los a querer o que você quer, te custarão muito menos cenouras e galhos. Neste aspecto, o *Hard Power* utiliza a coerção, enquanto o *Soft Power* tem contornos culturais fortes porque está embasado no campo das ideias. (NYE, 2004)

> Sobre o papel da Universidade e sua relação com a ciência e com a cultura, tendo chegado a formular propostas concretas: já em 1931/35, como Diretor da Instrução Pública e Secretário de Educação no Rio de Janeiro, então capital do país, e que resultou na criação da Universidade do Distrito Federal; e em1950/60,como Secretário-Geral da Campanha de Aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (CAPES) ao organizar e promover a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação, já numa perspectiva de inserção na universidade brasileira. Defendeu a necessária unidade e amplitude de objetivos para garantir as portas abertas dos estudos superiores aos estudantes. Para ele tanto a produção cientifica como a independência de uma nação desenvolvida requer a educação geral para todos e aprofundada para os talentos privilegiados para a produção de novos conhecimentos. Sua visão avançada de concepção universitária antecipou temas ainda hoje em debate como a autonomia e a democratização do acesso à universidade pública, (RIBEIRO, 2003, p. 124).

Diante destes desafios, crescia a necessidade urgente de validação de uma Universidade Nova no Brasil. Assunto discutido e trazido à tona em movimentos de reforma universitária, através de inspirações acadêmicas, ideologias e interesses. Não se trata apenas de discutir a autonomia administrativa e as questões financeiras, mais que isso, é necessário repensar a Universidade como espaço de emancipação social e promotora de equidade. Este novo modelo de Universidade apresenta uma

> Proposta de Bacharelados Interdisciplinares (BI) que reúne na mesma modalidade de curso de graduação características como: ampliação de conhecimentos e competências cognitivas dos estudos superiores; flexibilização do currículo com componentes optativos; dispositivos para integrar conteúdos disciplinares; e adiamento de escolhas profissionais precoces. É formado por quatro componentes: a Formação Geral (FG), obrigatória; a Formação Diferencial, com optativos para todos, áreas e níveis, que contribuem para escolhas maduras de carreiras profissionais; os cursos de Formação Profissional (FP) são também optativos, mas somente para alunos que concluíram o FG do BI correspondente que podem optar por essa como uma das vias de acesso, ou seja, o bom desempenho na etapa anterior, (RIBEIRO, 2003, p. 150).

Além da ideia dos créditos interdisciplinares, a formatação de parâmetros mais diversificados, estes renovados espaços de ampliação do saber, permitiriam maiores possibilidades de mobilidade entre discentes e docentes. É por meio dessa compreensão que a Universidade deve, efetivamente, se transformar e fazer parte de um projeto coerente de reformulação nacional.

> A maneira mais respeitosa de trazer a Universidade para perto do povo é fazendo muito bem o que ela sabe de fato fazer. Nesse aspecto, constato que, apesar de crises, problemas e obstáculos, a instituição universitária efetivamente incorpora a missão de produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura. Bem se justifica priorizar a excelência e a competência, pois de nada adiantará à Universidade ser pública, aberta e bem-intencionada se for improdutiva, medíocre e desvalorizada, (BOAVENTURA, 2012, p.A2).

Nesse contexto de transformações históricas e a partir das ideias de Darcy Ribeiro, a Nova Universidade ganhou mais amplitude em suas discussões originárias. Dando sequência às discussões sobre esta proposta,

> A internacionalização do ensino superior pode ser um caminho para o desenvolvimento social com justiça e bem-estar em vez de instrumento político e ideológico utilizado para abrir novos mercados econômicos. É chegada a hora de construir um tipo diferente e renovado de instituição universitária, capaz de atuar como instrumento eficiente de internacionalização da educação superior, orientado para o desenvolvimento com justiça e bem-estar social. Por trás da multiplicidade de temas e questões, de argumentos e personagens, escrevo enfim sobre o vínculo que nos une, o pacto que nos sustenta, nesta invenção que se chamou de Universidade, (MIURA, 2006).

A concepção de que a internacionalização da educação superior é um caminho para o desenvolvimento social ultrapassa os objetivos imediatistas baseados em interesses políticos e econômicos de alguns grupos. Neste ponto, o pensamento de Knight (2004) se alinha ao papel da universidade como espaço de transformação social, assunto já analisado por Sousa Santos (2013), sendo um dos modelos possíveis para viabilizar os procedimentos institucionais de efetiva internacionalização universitária.

Não basta acompanhar os editais de projetos internacionais e promover o intercâmbio entre estudantes e professores. Para que as Instituições se conectem de forma sustentável e equitativa gerando efetivos resultados para todas as partes envolvidas, é importante levar em consideração as diferenças e semelhanças culturais existentes entre as suas respectivas sociedades. Reconhecer e respeitar estas características é algo fundamental para que os resultados se desdobrem em atividades eficazes e eficientes para a transformação social. Para isso, as relações culturais devem ser observadas como fatores relevantes para as conexões universitárias. Sem essa percepção não é possível conceber a ideia de integração interculturalmente eficiente.

Segundo esta linha de compreensão, Sáez (2006, p. 109) afirma que,

> A interculturalidade é um dos termos chave no âmbito educativo atual. Essa afirmação pode ser demonstrada não pela sua presença real nas salas de aula, mas pela sua presença em fóruns onde se definem quais são os temas educativos supostamente relevantes: as revistas de investigação e os encontros científicos. [...] A importância atual do termo vem dada por diversos fatores. De forma não exaustiva, pode-se dizer que, em primeiro lugar, a interculturalidade é um movimento social crítico frente à desigualdade; em educação, é uma das formas de atenção à diversidade, um dos elementos chaves da legislação educativa. Em segundo lugar, a relevância deste conceito provém do fato social da introdução nas aulas de "certos aspectos da variável cultural, como variável representativa da diversidade". Em terceiro lugar, a interculturalidade é parte de um debate mais amplo no qual se está reconsiderando as

> fronteiras nacionais diante da globalização dos mercados e o surgimento de novas formas de relação entre os indivíduos devido tanto a uma mobilidade crescente como a um dos meios de comunicação onipresentes, (SÁEZ, 2006, p. 109).[8]

Eis mais um desafio para as universidades na contemporaneidade: internacionalizar sem perder suas características culturais. Como preservar a cultura local sem anular a diversidade? É fundamental criar diferentes meios de convivência cultural e democrática potencializando este desafio como algo imprescindível para a efetividade das ações internacionais. Não existe cooperação internacional sustentável entre universidades sem a compreensão da relevância da interculturalidade nestas ações. As atividades de intercâmbio solidário só se tornam possíveis com a existência de políticas de convivência e com respeito à relevância da multiculturalidade presente no contexto internacional. A multiculturalidade caracteriza a coexistência de diferentes culturas em uma mesma sociedade, mas é a interculturalidade que torna possível a produtividade dessa convivência.

É necessário compreender que a cultura, assim como o planejamento institucional, são fatores fundamentais para o bom desempenho das ações internacionais nas Universidades. Trata-se de ampliar, de forma estratégica, a sensibilidade dos atores para lidar com o aparelho espiritual das sociedades: valores, identidade, hábitos, crenças, leis e tudo que der o tom particular de cada sociedade. São essas sociedades que, politicamente organizadas, constituem os Estados Nacionais e suas Instituições. Assim, como são esses Estados que viabilizam políticas favoráveis e inclusivas de articulação internacional para o seu povo.

Em um ambiente efêmero e de ágil comunicação como o cenário contemporâneo, a cultura pode facilitar ou dificultar o relacionamento entre os Estados. Por isso, as questões culturais transversalizam as políticas externas dos Estados e, portanto, são imprescindíveis para a concretização das ações de internacionalização universitária. Sejam elas utilizadas para evolução social, como ferramentas de interesses políticos, e/ou como justificativa para diferentes estratégias que busquem a manutenção ou ampliação do poder nacional.

A internacionalização universitária é um instrumento de ampliação do conhecimento e o conhecimento é a via, o caminho efetivo, para o desenvolvimento sustentável. Porém, para ser efetiva e funcional, a internacionalização universitária precisa ser influenciada e influenciar a política do Estado, além de acompanhar de forma dinâmica as transformações do panorama mundial.

[8] As citações de SÁEZ (2006) são traduções livres do autor deste estudo.

Importante ressaltar que a universidade deve acompanhar o desenvolvimento global, mas não se limitar a isso. Ela precisa funcionar como um instrumento de transformação constante, um espaço direcionador para novas realidades levando em consideração as características e os interesses da sociedade local. Esse novo modelo renovado de instituição universitária é uma necessidade, e estar alheio a isso é acomodar os centros de saber ao papel de instrumento de interesses pontuais, tirando da universidade a sua real fundamentação. (MÉZÁROS, 2008)

A Universidade No Século XXI, assunto defendido por Sousa Santos (2011), entre outros, surge do questionamento com relação ao preparo das Instituições para lidar com os desafios da conjuntura contemporânea. No Brasil, essas questões são ainda mais complexas. Temas como a interdisciplinaridade, autonomia e etnodiversidade ampliam a concepção de reforma universitária para um projeto de superação do modelo existente. A transformação em seu sentido pleno. Nesse sentido, a universidade que se desenha deve promover a inclusão social e desenvolvimento humano de forma sustentável, estar integrada ao sistema geral de formação sem perder sua autonomia pedagógica e validar um projeto coerente de internacionalização institucional e acadêmica.

Entende-se que para formar sujeitos autônomos e multireferenciados existe um longo processo e isso inclui diversas variáveis. Seguindo o foco dessa pesquisa, é indispensável compreender a internacionalização como um dos elementos estratégicos para formação plena do indivíduo. Todavia, em um cenário em que as universidades podem funcionar como instrumento de manutenção ou ampliação de poder (*Soft Power*), a interculturalidade se fortalece como um elo responsável de conexão para a efetiva integração entre povos, viabilizando o pleno desenvolvimento de suas respectivas sociedades**.**

Transitar e conviver confortavelmente com cidadãos que falam outras línguas e que originam de diferentes culturas é uma característica cada vez mais valorizada e deve ser pensada como parte integrante dos diferentes ambientes de ensino e das diferentes formas de ensinar. Os conceitos de língua e cultura estão totalmente interligados, é impossível trabalhar com uma delas sem que a outra esteja presente (SÁEZ, 2006).

De acordo com a reflexão “ a língua não existe separada da cultura” (SAPIR, 1921 apud SÁEZ, 2006, p.79), ou seja, a reflexão volta-se para que forma de cultura deve-se trabalhar, principalmente em ambientes formais de ensino geral ou de ensino de línguas estrangeiras, bem como nos ambientes educacionais que objetivam a formação de cidadãos globalmente competentes.

Ao analisar a movimentação acadêmica, identifica-se, de imediato, que a presença de pesquisadores e discentes internacionais contribui plenamente para uma oxigenação no comportamento acadêmico, o que beneficia todos os envolvidos. Esse contato beneficia a ampla e constante discussão não somente sobre o objeto da pesquisa, mas, fundamentalmente, como cada povo, de acordo com a sua cultura, analisa e entende o fenômeno estudado.

De acordo com a Unesco (1998),

> é uma busca constante pela verdade, pelo belo e pelo justo em locais de todos os tipos e em épocas nunca idênticas. É uma herança que não se deve listá-la como um bem precioso; é também um patrimônio que deve ser difundido de forma mais ampla e feita para dar fruto, a fim de avançar com a busca do universal através desta pluralidade de formas. Ciência, educação e cultura são indissociáveis.

A internacionalização curricular é garantida por meio da leitura de autores de outras nacionalidades, da inclusão de estudos de casos que ocorrem em outros países, e da análise de situações e de problemas resolvidos com o olhar de outra cultura. Esses são elementos diferenciais para os currículos, que já identificam ganhos com sua internacionalização.

Tal afirmação é reiterada pelas discussões provocadas pela Unesco quando afirmam que, ao se referir à educação para o século 21, junto com a mobilidade acadêmica, a internacionalização do ensino superior cada vez mais tratará do currículo e dos programas. A primeira tarefa é desenvolver a consciência da natureza transnacional (sub-regional, regional, internacional e global) da maioria dos problemas com que a humanidade se depara no presente e infundir esta consciência e uma abordagem internacional adequada na busca de sua solução nos currículos e programas existentes

A internacionalização curricular passa a ser um dos elementos mais importantes da internacionalização, elemento esse ainda pouco explorado, especialmente no Brasil, o que requer imediata atenção dos dirigentes institucionais e dos educadores. Paralelamente aos ganhos elencados, e no cerne de tudo isso, está o ganho individual de cada professor, de cada pesquisador, de cada gestor ou de cada aluno. É inquestionável o crescimento profissional que cada um adquire com uma experiência internacional, seja ela vivida no exterior, seja convivendo com pessoas de outras nacionalidades no próprio campus universitário.

A possibilidade de aprender e de adquirir conhecimentos sob outra ótica – tendo a oportunidade de ouvir outras opiniões, presenciar outras manifestações culturais e enriquecer a capacidade linguística – seguramente faz a diferença no potencial do conhecimento adquirido.

A pesquisa de Lima e Maranhão (2009) identifica que os estudos sobre internacionalização têm avançado sobre as dimensões da educação superior explorando suas implicações sobre as políticas de governo, o planejamento estratégico, a gestão institucional e

a qualidade da duração que, por sua vez envolve a internacionalização dos currículos e do papel das línguas e da cultura como via possível para avançar nesta direção. As autoras defendem que, ao longo dos anos de globalização, não houve apenas mudanças no panorama educacional, mas surgiram novos termos e terminologias.

Desta forma, as questões e os impactos da globalização deveriam ser vistos pelas instituições como um contexto no qual o planejamento dos programas e currículos viessem a funcionar de forma proativa. A expectativa de uma educação que possa responder a esses efeitos contextuais e os serviços prestados pelo sistema educacional deveriam estar voltados para a preparação de graduandos de forma que eles venham a compreender criticamente as questões globais e seus efeitos locais sobre as pessoas e comunidades. Como muito bem sinaliza Santos (2015), viver e trabalhar em um mundo onde as fronteiras nacionais são permeáveis, as informações e as ideias fluem em uma velocidade relâmpago, onde as comunidades, culturas, línguas, atitudes e valores teriam, através da internacionalização, uma expectativa par atingir objetivos e resultados positivos. A esse respeito é preciso levar em conta que as transformações no âmbito acadêmico só seriam possíveis com o empreendimento de ações que promovessem a disseminação do conhecimento, considerando que sua produção depende da interação humana.

A internacionalização pelo currículo é um tema de interesse crescente, e constitui-se como um campo de estudo a ser melhor definido. Os descritores "internacionalização do currículo" e "currículo internacionalizado" estão presentes em grande número nas buscas na *internet*, encontram-se também relacionados a blogs, vídeos e discussões, porém uma análise mais aprofundada revelou a falta de clareza sobre o seu significado (LEASK, 2015). A partir do estudo da literatura sobre internacionalização destacamos alguns dos termos usados com mais regularidade e que nos auxiliam a expressar a abordagem utilizada neste trabalho. São eles: Internacionalização do Currículo, Currículo Internacionalizado.

Internacionalização do Currículo é entendido como processo que inclui todas as partes do currículo e no qual está implícita a dinâmica relação entre ensino e aprendizagem (LEASK, 2015).

O Currículo Internacionalizado vem sendo definido como o produto da Internacionalização do Currículo, ou seja, distinguem-se meios e fins. Segundo Leask,

> (...) um currículo internacionalizado irá envolver os estudantes com pesquisas internacionalmente informadas e com a diversidade linguística e cultural, além de desenvolver, propositadamente, suas perspectivas interculturais e internacionais como cidadãos e profissionais globais (LEASK, 2009, p. 209).

Assim, o termo Currículo Internacionalizado se confunde, às vezes, com Currículo Intercultural, temos que, na opinião de Leask (2015), envolvem conceitos complexos e sujeitos a ambiguidades. A autora sugere que sejam tratados como sinônimo, porém, mesmo assim, precisam ser melhores e discutidos. Com base em Knight, a autora afirma que cada indivíduo é culturalmente único, que as interações humanas são interações entre culturas, logo, também o currículo é, em certa medida, currículo intercultural, uma vez que "intercultural" está contido no conceito de internacionalização assim como em seus objetivos.

O processo de Internacionalização do Currículo busca, entre seus objetivos, superar barreiras e contemplar paradigmas marginalizados. Leask (2015) chama atenção ao cuidado, para que a internacionalização do currículo não resulte em um currículo homogeneamente globalizado que incremente forças e privilégios de grupos e de conhecimentos dominantes. Segundo a autora, apesar do aumento no número de instituições de ensino superior que reconhecem o valor do currículo como elemento definidor do processo de internacionalização, é necessário, por parte da instituição como um todo, o reconhecimento da importância dos debates sobre os aspectos contemplado no currículo e aqueles que ocupam as margens do currículo. Para Leask (2009) não se trata de negar o fato de que exista em cada disciplina um paradigma dominante, trata-se de diversificar o currículo incorporando abordagens que sejam mais adequadas a cada contexto e, portanto, adotar perspectivas de escolas, autores, culturas e línguas as mais diversas.

O processo de Internacionalização do Currículo inclui a dinâmica relação entre ensino e aprendizagem em todas as suas partes, incluindo aspecto formal, informal e oculto. Leask (2015) esclarece esses conceitos da seguinte maneira:

- Currículo formal corresponde às partes explícitas no currículo, suas etapas e atividades a serem cumpridas no decorrer do programa.
- Por currículo informal entende-se os serviços e atividades que não fazem parte do currículo formal, mas servem de suporte para o desenvolvimento dos objetos de aprendizagem. Podem estar incluídas desde as práticas de monitorias até atividades sociais.
- O currículo oculto corresponde às várias mensagens não intencionais, implícitas e escondidas que são passadas aos estudantes, mesmo aquelas inconscientes. Exemplo disso pode ser encontrado na seleção de textos utilizados nos planos de aula, pois nela está contida a mensagem sobre quais conhecimentos contam e aqueles que, teoricamente, parecem não contar.

Currículo formal, informal e oculto trabalham juntos, de forma interativa e conectada. Juntos constroem as experiências de vida dos estudantes na sua totalidade. Podem, portanto, constituir-se como elemento limitante ou como um enorme espaço de oportunidades de aprendizagem.

Tendo esclarecido as noções apresentadas acima, podemos, apoiados em Leask (2015), descrever o conceito de Internacionalização do Currículo como um processo que engloba ensino e aprendizagem em seus componentes formais, informais e ocultos. Conforme a autora, o processo prevê:

> [...] a incorporação de dimensões internacionais e interculturais no conteúdo do currículo, bem como dos processos de ensino e aprendizagem e dos serviços de suporte de um programa de estudo (LEASK, 2009, p. 209).

O currículo internacionalizado deve focar em desenvolver habilidades que instiguem o estudante, o pesquisador a refletir criticamente sobre as próprias competências interculturais e sobre a sua capacidade de agir e de resolver problemas futuros, para assim promover a formação de profissionais e cidadão global. A defesa da inclusão de perspectivas interculturais para o campo do currículo está em linha com as novas e crescentes exigências de um mundo sempre mais conectado e interdependente.

CAPÍTULO II - BASES CONCEITUAIS DO ESTUDO: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS RS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO"

Neste capítulo, busco apresentar a Teoria das Representações Sociais com ênfase nas abordagens e processos que constituem as bases fundantes deste estudo. Para tal, iniciamos com um breve histórico da construção da Grande Teoria, situamos as três abordagens: sociogênese, estrutural e societal com destaque para os processos de ancoragem e objetivação como forma de entender a natureza do pensamento social na construção de RS's e sua possível aplicação no processo de institucionalização de uma política de internacionalização na UNEB.

2.1. A teoria que instigou a inspiração

Na contemporaneidade, vivemos em um período no qual a informação é facilmente acessada, em que há inúmeras possibilidades de escolhas para se trabalhar com os conhecimentos dentro das IES, mas que requer uma postura e esforço intelectual para refletir sobre educação enquanto fenômeno psicossocial da realidade social em que vivemos. Entendendo-a assim, ela – a educação – nos responsabiliza, como pesquisador a analisar o processo pelo qual esse fenômeno se transforma, desde objeto social representado até objeto de estudo reificado cientificamente.

Isso exige uma apreensão de conhecimentos nos mais diversos campos dos saberes, o que é peculiar na educação. Por isso, Charlot (2006, p. 9) situa a ciência da educação como um campo de saber fundamentalmente mestiço, pois nele "se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos, e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos".

Com o intuito de refletir sobre essa inserção, a educação nesse contexto pressupõe uma multiplicidade de mundos, ou seja, são vários sistemas de referência, pontos de vista ideológicos e vozes, ora concordantes, ora concorrentes, sobre o mundo que nos cerca, assim, também devemos considerar que, nesse embate de vozes, há estratégias discursivas que prevalecem. É justamente nesse pensar que vislumbramos caminhar dentro dos estudos das RS, de forma a compreender os sistemas de interpretação de como os indivíduos sentem, pensam e agem sobre o objeto social – "internacionalização" na educação superior.

Compreendemos a importância desse estudo sob a TRS, visto que nas Ciências Sociais em geral e mais especificamente em Educação, muitos estudiosos têm dedicado suas pesquisas às inúmeras e diferentes trajetórias sociais e culturais que constituem as interpretações de

mundo, e que regem e justificam atitudes, crenças e valores dos sujeitos. Nessa perspectiva, buscamos refletir sobre os elementos que estruturam as possíveis RS sobre a internacionalização da educação superior, a fim de dialogar com parte da complexidade existente.

Perante esse delineamento investigativo, buscamos fundamentos sobre o fenômeno representacional em Moscovici (2007, 2013), Jodelet (2001, 2005), Jovchelovitch (2011), Sá (1998), Abric (1998, 2002, 2003), Alves-Mazzotti (2008), Bomfim (2004), Crusoé (2004), entre outros autores que também contribuíram nessa caminhada.

2.2. Breve histórico da TRS e seu desenvolvimento

Em 1961, Serge Moscovici, um jovem pesquisador francês de origem romena, publicou nas editoras universitárias da França os resultados de uma vasta pesquisa de opinião francesa sobre a psicanálise. Esta pesquisa, conduzida como parte de uma tese em psicologia, enfoca a maneira pela qual o público em geral se apropriou de conceitos psicanalíticos. Com este trabalho, intitulado *La Psychanalyse, Son image et Son public*, o autor estabeleceu as bases de sua TRS. Para fazer isso, ele se baseia em uma antiga noção – a de representação coletiva – proposta pelo sociólogo francês Emile Durkheim em 1898. Esse conceito foi provavelmente o fenômeno mais marcante das ciências sociais na França, no início do século XX.

No entanto, Moscovici desenvolve esse trabalho e desperta o interesse de um pequeno grupo de psicólogos sociais interessados em reviver a noção de representação, como: ABRIC, (1976), CODOL, (1970), FLAMENT, (1971), entre outros, onde eles veem a possibilidade de enfrentar problemas de sua disciplina em um espírito novo e original. O conhecimento, a relação entre o pensamento e comunicação e a gênese do senso comum formaram os elementos de um novo programa agora familiar. Desde o surgimento da noção de RS, o conceito sofreu muitas metamorfoses que lhe deram cores e formas diferentes.

Segundo, Moscovici (2007), o sociólogo Durkheim (1898) é o primeiro a explicar os mais variados fenômenos da sociedade, definindo uma dupla separação. Primeiro, as representações coletivas separam-se das representações individuais. Ou seja, os propósitos de cada indivíduo são extremamente variáveis, transitórios, efêmeros e constituem um fluxo contínuo, enquanto, que as representações coletivas estão situadas fora de se tornar e são impessoais. Então, as representações individuais subjugaram a consciência individual enquanto

as representações coletivas encontraram terreno na totalidade da sociedade. Tais representações são, portanto, homogêneas e compartilhadas por todos os membros da sociedade. Sua função é preservar o vínculo que os une, prepará-los para pensar e agir de maneira uniforme.

É por todas essas razões que eles são coletivos, que persistem ao longo do tempo através das gerações e que exercem nos indivíduos uma forte restrição cognitiva. Para Durkheim, o objetivo é claro "o pensamento coletivo deve ser estudado em si e por si mesmo. Trata-se de fazer das formas e dos conteúdos das representações um domínio próprio para reivindicar e provar a autonomia do social". E esta tarefa segundo ele, está na psicologia social, ainda em formação, e cujo objeto parece mal definido.

Para sintetizar as transformações do conceito de representações coletivas para o conceito de representações sociais, Moscovici (2013, p.49) diz:

> [...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em instrumentos explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo "social" em vez de "coletivo".

No entanto, o longo do início do século XX, foi sobretudo que a sociologia, a antropologia e a etnologia, que utilizaram da noção de representação, de maneira predominantemente descritiva, estudando as diferentes representações coletivas de comunidades culturais ou étnicas. No início dos anos de 1960 que, perseguindo intuições de Durkheim e com base nas sugestões da psicologia da criança (PIAGET, 1932) e da psicologia clínica (FREUD, 1908), Moscovici (1961) compromete-se a elaborar uma psicologia social das representações.

Considerando-se que as concepções de Durkheim (1898) deixam relativamente pouco espaço para a questão das interações entre o indivíduo e o coletivo, ele sugere substituir a noção de representação coletiva, a noção mais restrita de representação social. Nas próprias palavras do autor, trata-se de "transferir para a sociedade moderna uma noção que parecia reservada às sociedades tradicionais, em resposta à necessidade de fazer da representação uma ponte entre o mundo individual e o mundo social, para associá-lo então à perspectiva de uma sociedade em mutação" (MOSCOVICI, 1989, p. 82).

Essa evolução é feita por duas mudanças fundamentais em relação às concepções de Durkheim (1898). Por um lado, o autor considera que as representações não são produtos de

uma sociedade como um todo, mas que são produtos dos grupos sociais que constituem essa sociedade. Por outro lado, enfocará os processos de comunicação, considerados como explicativos do surgimento e transmissão de RS's. O primeiro ponto permite um pensamento social que permanece sob as determinações das estruturas da sociedade, mas também pelas inserções de indivíduos dentro dessas estruturas. Assim, pode-se explicar o fato de que existem diferentes RS do mesmo objeto em uma determinada sociedade.

O segundo ponto nos permite conceber que através de comunicações – e processos de influência, padronização e conformidade que os acompanham – crenças individuais podem levar ao consenso, ao mesmo tempo em que as crenças coletivas são impostas ao indivíduo.

No entanto, a noção de RS ainda terá que passar por um período de latência antes de mobilizar a vasta corrente de pesquisa que conhecemos. A implantação da teoria só poderia realmente ocorrer após a remoção de vários obstáculos epistemológicos, o mais importante dos quais era o domínio do modelo behaviorista, que negou qualquer validade à consideração dos fenômenos mentais e sua especificidade. O declínio do behaviorismo e o surgimento do "novo visual" nos anos 70 e depois o cognitivismo nos anos 80, permitiram enriquecer significativamente o paradigma "estímulo-resposta" (S-R).

Esse desenvolvimento permitiu que os estados psicológicos internos, concebidos como uma construção cognitiva ativa do ambiente e dependente de fatores individuais e sociais, fossem criativos no processo de desenvolvimento de comportamentos. É exatamente isso que Moscovici (1969, p.9) expressa afirmando que "a representação determina tanto o estímulo quanto a resposta, em outras palavras, que não há desconexão entre os universos externo e interno do indivíduo ou do grupo".

Três anos antes da obra que inauguraria a TRS, Fritz Heider já havia formulado uma psicologia voltada para o pensamento social do cidadão comum. Heider (1958) procurava entender, assim como Moscovici (1969), como as pessoas comuns construíam um conjunto de teorias sobre a vida social, a partir das quais poderiam interpretar os acontecimentos sociais e reagir a elas. Nesse sentido, como o fenômeno psicossocial da internacionalização é recente na UNEB, a partir de como os gestores e docentes sentem, pensam e agem sobre esse objeto, é possível interpretar acontecimentos e elaborar teorias sobre uma política de internacionalização. Logo, entendemos representação como um conjunto organizado de conhecimento, mais precisamente, uma RS pode ser descrita como um conjunto de elementos (informação, opiniões, crenças, etc.) entre os quais os indivíduos estabelecem relacionamentos. Nesta perspectiva, as

RS’s são estruturas cognitivas, e por serem sociais, são estruturas cognitivas compartilhadas (MOSCOVICI, 1984).

Ao dar continuidade aos trabalhos de Moscovici, Denise Jodelet (2001, p.22) caracteriza as representações sociais como:

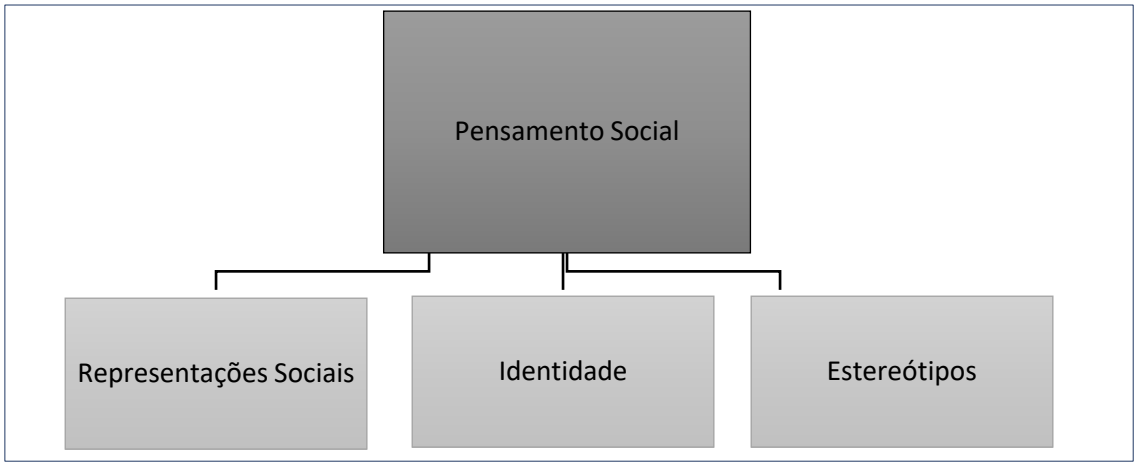
> uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com o objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso comum ou ainda ingênuo, natural esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, e tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. Geralmente, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais.

Jodelet (2001, p.25) pontua que “[...] ao tornar a TRS mais heurística para a prática social e para pesquisa”, ocorre uma maior aproximação do objeto de pesquisa e do sujeito que a ele está relacionado. Dessa forma, as RS’s na teoria moscoviciana estão mais próximas dos seus contextos originais de constituição e estão muito mais veiculadas ao cotidiano das pessoas.

A autora define que as RS’s são formas de conhecimento prático, que se inserem mais especificamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Segundo ela, tal privilégio já pressupõe uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que, essas abordam o conhecimento como saber formalizado. Já os estudos em RS’s focalizam um saber gerado com base na comunicação da vida cotidiana, que apresenta uma finalidade também prática empenhada em orientar posturas e comportamentos em situações sociais.

Uma teoria composta e desenvolvida entre dois séculos, com contextos sociais e históricos distintos e que foi revelando, ao longo deste tempo, não só o seu fôlego, como também a sua capacidade de sobreviver às vicissitudes da realidade imposta aos pesquisadores em exercício.

Figura 1 - Modelo de articulação psicossocial para o fenômeno estudado



Fonte: Mendonça (2017).

2.3. Abordagens e processos que orientam as RS para apreender o objeto social: "internacionalização"

Quatro orientações teóricas podem ser consideradas três abordagem da TRS: sociogênese, estrutural e societal, mas nesse estudo traremos à luz as duas primeiras. A fundante, proposta por Moscovici (1984) e comumente conhecida como sociogenética e difundida por Jodelet (1989). Descreve a gênese do desenvolvimento das RS onde sempre coincide com o surgimento de uma situação inovadora, um fenômeno desconhecido ou um evento incomum. Esse novo fenômeno implica que a informação sobre ele é limitada, incompleta e amplamente dispersa nos diferentes grupos sociais implicados pelo surgimento desse objeto[9]. Esse, por sua vez, desperta ansiedade, atenção ou perturba o curso normal das coisas. Portanto, motiva uma intensa atividade cognitiva que visa compreendê-lo, controlá-lo e até mesmo defendê-lo[10] e provoca uma multiplicidade de debates e de comunicação interpessoal e midiática. Desta forma, o compartilhamento de informações, crenças, hipóteses ou especulações leva ao surgimento de posições majoritárias nos diferentes grupos sociais. Este consenso emergente é facilitado pelo fato de que os indivíduos processam informações sobre o objeto ou situação seletivamente, com foco em um aspecto particular de acordo com as expectativas ou política de grupo[11] .

[9] O que Moscovici chama de dispersão da informação.
[10] Agora denominado como fenômeno de pressão na inferência.
[11] Surgimento da imagem ou foco.

O desenvolvimento gradual de uma representação, que é realizada espontaneamente, baseia-se, portanto, em três ordens de fenômenos: a dispersão da informação, o foco e a pressão na inferência. Mas esses fenômenos se desenvolvem no pano de fundo de dois processos principais definidos por Moscovici (1984): ancoragem e objetivação, onde a primeira completa o processo da segunda.

A ancoragem é concebida como e onde o novo objeto encontrará seu lugar no sistema pré-existente de pensamento de indivíduos e grupos. De acordo com um modo elementar de produção de conhecimento que repousa sobre o princípio da analogia, o novo objeto será assimilado a uma categoria já conhecida e familiar. Ao mesmo tempo, ele irá juntar-se a uma rede de significado a partir da qual o objeto será avaliado. A hierarquia de valores específicos para os diferentes grupos constituirá uma rede de significado a partir da qual o objeto será localizado avaliado. O objeto será, portanto, interpretado de maneira diferente de acordo com os grupos sociais. Além disso, esta interpretação estende-se a tudo o que concerne a este objeto. Cada grupo social vincula o objeto à sua própria rede de significados, garantindo sua identidade. Desta forma, um conjunto muito vasto de significados coletivos do objeto é constituído. Assim, também, o objeto se torna um mediador e um critério de relações entre os grupos. No entanto, e este é um aspecto essencial da ancoragem, essa integração da novidade em um sistema de normas e valores já presentes individualmente não é isenta de dificuldades. Como resultado desse contato entre o velho e o novo, uma mistura de inovação, devido à integração do objeto previamente desconhecido até agora, e da persistência, esse objeto vem reativar as estruturas de pensamento costumeiras para incorporá-lo. Logo, é possível que gestores e docentes elaborem sentidos diferentes para o objeto social “internacionalização” e que nessa rede de significados o pensamento desses sujeitos estará ancorado sempre em algo que lhe é familiar.

Já a objetivação refere-se à maneira pela qual o novo objeto, através de comunicações sobre ele, é rapidamente simplificado, imaginado e esquematizado. Por um fenômeno de construção seletiva, as várias facetas do objeto são extraídas de seu contexto e classificadas de acordo com critérios culturais (todos os grupos não têm acesso igual às informações relativas ao objeto) e critérios normativos (reteve apenas o que é consistente com o sistema de valores do grupo). Os vários aspectos do objeto são, assim, destacados do campo ao qual eles pertencem, apropriados pelos grupos que, projetando-os em seu próprio universo, podem controlá-los melhor. Esses elementos selecionados formarão o que Moscovici (1984) chama de núcleo figurativo, isto é, um conjunto imagético e coerente que reproduz o objeto de maneira concreta e seletiva. Ao penetrar no meio social das comunicações, generalizando-se

coletivamente, essa esquematização do objeto substitui a própria realidade do objeto e torna-se "naturalizado". A representação é então constituída e assume o status de evidência. Constitui uma "teoria autônoma" do objeto que servirá de base para a orientação de julgamentos e comportamentos sobre ele. Por esse processo, entendemos teoricamente que diferentes imagens serão construídas pelos sujeitos desses grupos sociais e podem nos permitir apreender pistas interessantes para contribuição de uma política de internacionalização na UNEB.

Acrescentamos, finalmente, que quando os processos de objetivação e de ancoragem chegarem ao fim, as representações serão organizadas de acordo com três dimensões que também são elementos de sua análise ou comparação. A informação corresponde ao conteúdo das representações, podendo esta última ser mais ou menos numerosa e diversificada. O campo designa a organização e a hierarquia da informação contida em uma representação, ou seja, duas representações podem ter o mesmo conteúdo, no entanto, organizadas e hierarquizadas diferentemente. Finalmente, a atitude refere-se à polarização dos conteúdos de uma representação, falamos então de representações positivas e negativas.

Nesta base teórica geral do processo de gênese das RS's desenvolveu-se uma ampla corrente de estudos, iniciada principalmente pelos trabalhos de Jodelet (1989), essa corrente enfoca o estudo descritivo das representações sociais como sistemas de significados que expressam a relação que indivíduos e grupos possuem com seu ambiente.

Considerando que é, sobretudo, na interação e no contato dos discursos que circulam no espaço público que as representações são forjadas, esta corrente está interessada, em primeiro lugar, na linguagem e na fala a partir de dois ângulos complementares. Por um lado, as representações sociais são abordadas como inscritas na linguagem, ou seja, as palavras que usamos para evocar o mundo ao nosso redor estão imbuídas das crenças que mantemos sobre ele.

Chegamos ao ponto em que se torna necessário dar contornos mais claros ao conceito da representação social e, nesse sentido, Moscovici (1978, p.26) nos apresenta a seguinte definição em poucas palavras "a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos". A representação social constitui-se, segundo ele, num novo status epistemológico e, como tal, por um lado, requer mais tempo histórico para se solidificar, e, por outro lado, ainda tem de arcar com a resistência de diferentes setores da área acadêmica.

Por essa abordagem, buscaremos entender como os participantes do estudo constroem suas RS sobre "internacionalização", e quais as associações que eles fazem para ancorar esse

fenômeno psicossocial como objeto socialmente representado até a sua transformação em imagens (foco). Essa abordagem se complementa pela abordagem estrutural que busca o conteúdo das RS pela sua organização e hierarquia.

Com base no processo de objetivação descrito anteriormente a abordagem estrutural estudada por Jean-Claude Abric (1976) e Claude Flament (1989) se concentra mais no conteúdo das representações, sua organização e dinâmica. Eles propõem uma abordagem chamada Teoria do Núcleo Central (TNC) que contribui em grande parte esclarecer a lógica sociocognitiva que sustenta a organização geral das RS's. Lembrando que, na ocasião de suas famosas observações, mostrou que entre os sete traços de caráter propostos aos sujeitos para avaliar a imagem de um parceiro, um deles (quente-frio) desempenhou um papel central e central no processo, pois só ele determinou a percepção dos outros de uma forma significativamente maior do que todos os outros.

Inspirado por este resultado, Abric (1976) irá propor ir além do quadro puramente genético do conceito de núcleo figurativo para dar-lhe um papel preponderante em qualquer representação constituída. A base da teoria do núcleo central considera que no conjunto de elementos cognitivos que compõem a representação, alguns desempenharão um papel diferente dos outros. Esses elementos, do núcleo central, intermediários e periféricos que estruturam e organizam uma RS. Essa estrutura, organizada e hierarquizada, gera um campo representacional que adquire um significado e um valor específico para os indivíduos.

O sistema central estrutura os elementos cognitivos relativos ao objeto e é o fruto dos determinismos históricos, simbólicos e sociais particulares aos quais os diferentes grupos sociais estão sujeitos. É caracterizado por duas propriedades fundamentais. Em primeiro lugar, apresenta uma grande estabilidade e, como resultado, garante a permanência e durabilidade do desempenho. Em outras palavras, é o sistema central que suporta qualquer coisa que possa de alguma forma afetar a base geral da representação. É também o lugar do consenso da representação. Assim, constitui a base comum e coletivamente compartilhada da representação. Ele permite que cada membro do grupo veja as coisas da mesma maneira, e é através dele que a homogeneidade do grupo é definida em relação a um dado objeto de representação. Graças a ele, os membros do mesmo grupo podem se reconhecer, mas também diferenciar os membros dos grupos vizinhos e, assim, contribuir, em grande medida, para a identidade social.

Segundo Flament (2001), os elementos intermediários e periféricos permitem o funcionamento da representação como uma grade de decodificação para situações sociais encontradas pelos indivíduos. Se o núcleo central pode ser entendido como a parte abstrata da

representação (MOLINER, 1988), os outros sistemas podem de ser entendido como sua parte concreta e operacional.

Do ponto de vista epistemológico, a abordagem estrutural constitui um importante ponto de inflexão para a teoria das RS's. Primeiro, porque fornece aos pesquisadores uma estrutura conceitual para estudar representações estabilizadas em vez de representações em formação. Nesta perspectiva, as RS's construídas sobre "internacionalização" não são mais simples universo de opiniões, mas sim universos estruturados sobre o conteúdo. Por outro lado, a abordagem estrutural fornece um quadro de análise que capta a interação entre o funcionamento individual e os contextos sociais em que o indivíduo evolui. Por fim, por propor conceitos formalizados, a abordagem estrutural possibilitará a formulação de hipóteses sobre a adaptação sociocognitiva dos atores sociais frente às mudanças em seu ambiente. E tudo isso pode nos permitir entender como os gestores e docentes tem se comportado frente ao processo de construção de uma política de internacionalização na UNEB.

Por sua condição histórica, nossa escolha principal reside em olhar as representações sociais pela lente dos conceitos principais baseado na grande TRS e, complementada, pela abordagem estrutural da TNC.

CAPÍTULO III - IMAGENS MANIFESTOS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO"

Nesse capítulo explico e justifico a minha postura epistemológica e descrevo o percurso da investigação com base na proposta teórico-metodológica das RS's, tendo como abordagens norteadoras: a processual e estrutural. Nesse sentido a nossa proposta é teórico-metodológica que objetiva analisar o processo e o conteúdo das RS's sobre o objeto – "internacionalização" a fim de apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior. Para tal, descrevo e justifico o lócus, dos sujeitos participantes, os instrumentos de colheita de informações, os métodos e técnicas de análise do material empírico necessários à realização desse estudo, finalmente apresento os resultados e discussão.

3.1. Postura epistemológica do pesquisador frente ao objeto social estudado

O estudo das representações sociais se constitui como um grande campo de investigação em diferentes abordagens nas Ciências Sociais e Humanas e tem se mostrado um instrumento teórico e metodológico interessante para estudos no âmbito da abordagem psicossocial (CRUSOÉ, 2004). Nesse contexto, Bomfim (2004), entende que tais estudos ocupam um lugar importante e buscam explicar a relação entre as produções mentais e as dimensões materiais e funcionais da vida dos grupos, acrescentando ainda que a representação social é parte do cotidiano e um produto da comunicação e da linguagem, constituindo-se numa organização de imagens. De acordo com a TRS as origens do pensamento social dependem das relações entre os grupos. Nesta linha argumentativa, grupos e indivíduos estão sempre num campo de forças definido pela ideologia dominante De acordo com a TRS as origens do pensamento social dependem das relações entre os grupos. Nesta linha argumentativa, grupos e indivíduos estão sempre num campo de forças definido pela ideologia dominante

De acordo com a TRS as origens do pensamento social dependem das relações entre os grupos. Nesta linha argumentativa, grupos e indivíduos estão sempre num campo de forças definido pela ideologia dominante (MOSCOVICI, 1984). Logo, conhecer o pensamento social dos gestores e docentes, implica em entender os processos que fazem com o conhecimento do senso comum possa ser socialmente estabelecido como realidade operativa.

Para Moscovici (1982) o conhecimento é social, enquanto processo e produto que não se distinguem nesta perspectiva, logo a nossa escolha pelas abordagens complementares: processual e estrutural. Enquanto processo ele é social na medida em que é compartilhado nas interações sociais e, enquanto produto porque são representações de um sujeito sobre um objeto marcado pelas referências ao pertencimento grupal; sendo parte integrante das identidades sociais (ABRIC, 1994; CRUSOÉ, 2004).

Sá (1998) sustenta que a teoria das representações sociais não privilegia nenhum método de pesquisa em especial. A adoção de diferentes quadros teóricos de referência nas teorias complementares resulta em opções preferenciais por diferentes métodos, de modo que o campo como um todo não se vincula exclusivamente a nenhum deles, esquematizado da seguinte forma: para a abordagem processual correspondem, sobretudo, os métodos qualitativos e para a abordagem estrutural predominam os métodos quantitativos.

Portanto, esse estudo se apresenta em três vertentes que, segundo Lefevre (2012), foco: 1) no processo de formação e a transformação das RS's; 2) nos elementos constituintes das RS's do objeto; 3) nas RS's como orientadoras de práticas para uma política de internacionalização. Sendo uma proposta teórico-metodológica embasada na TRS e na TNC farei uso dos métodos e das técnicas de colheita e análise de informações inerentes a essas teorias.

3.2. Percurso metodológico da investigação

Nos estudos envolvendo o pensamento do senso comum a respeito de objetos sociais, muito se tem discutido a respeito das abordagens metodológicas mais coerentes. O método escolhido pode fazer emergir ou imergir a complexidade de um objeto social, isto porque, além das características dos participantes, a forma de pesquisar também interfere no resultado obtido (SÁ, 1998). Esta pesquisa é do tipo qualitativa de natureza exploratória com colheita de informações por meio de documentos, entrevista semi-estruturada e questionário TALP. Classifico o estudo de exploratório haja vista o pouco conhecimento acerca do fenômeno da internacionalização da educação superior, bem como pela necessidade e desejo de avançar na compreensão dessa temática, contribuindo para sua maior visibilidade. Por sua vez, as pesquisas qualitativas se caracterizam, conforme explanam Bogdan e Biklen (1994, p.16), como estudos que "privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação". Dessa forma, os significados são de vital importância neste tipo

de investigações, tendo em vista que o foco central da pesquisa qualitativa está sobre as representações, experiências e interpretações que os sujeitos da investigação fazem acerca de um determinado fenômeno psicossocial.

3.3. Lócus, constituição e características dos sujeitos participantes

Figura 2 – Foto UNEB

Fonte: Portal UNEB, 2019

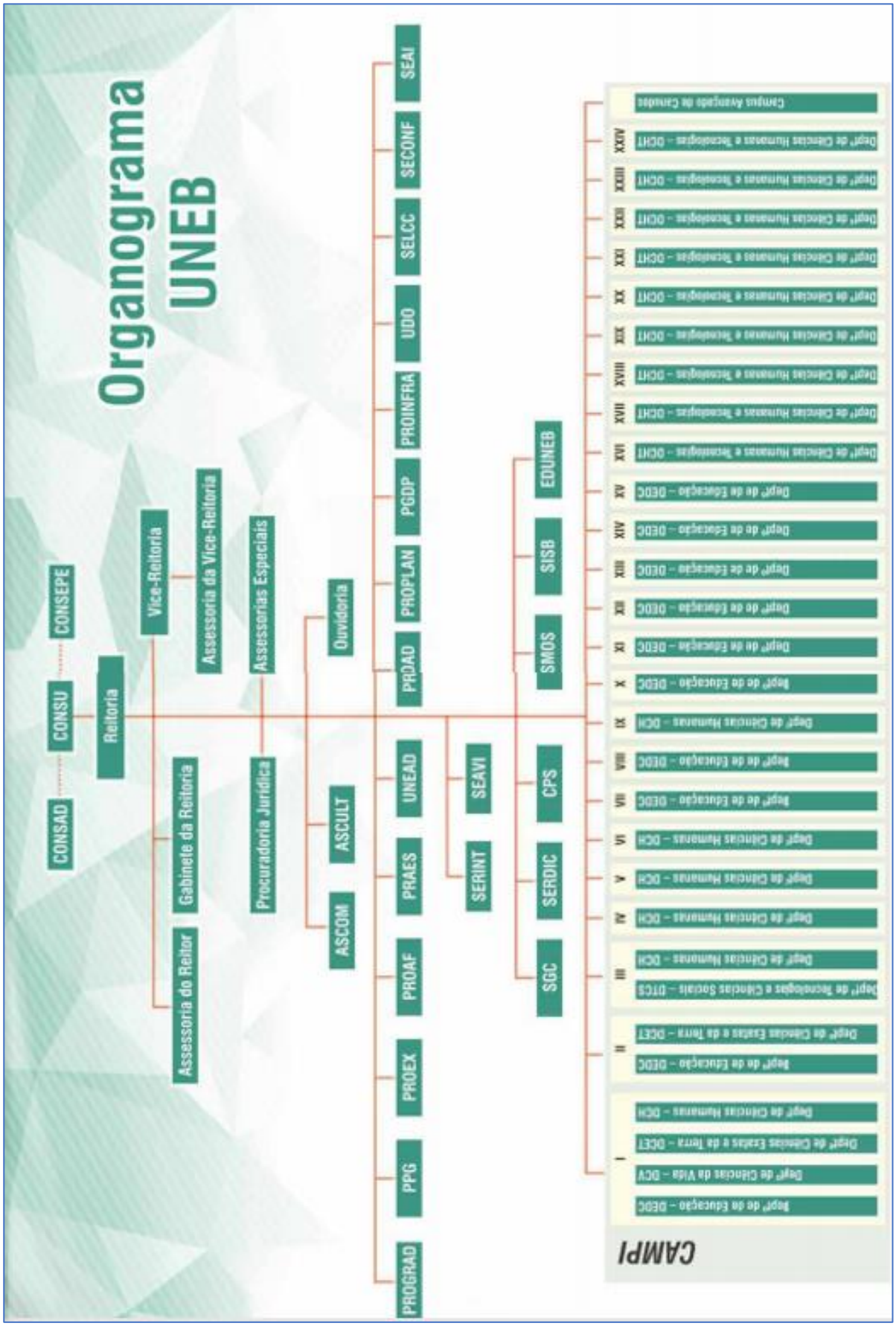
Diante do exposto, a pesquisa será realizada em alguns *campi*, mencionados mais a frente da UNEB, instituição pública de ensino superior de característica autárquica, criada pela Lei Delegada nº 66, de 1º de junho de 1983 e reestruturada pela Lei Estadual nº 7176, de 10 de setembro de 1997. Mantida pelo Governo do Estado da Bahia através de sua Secretaria de Educação, ela é considerada a maior instituição pública do Estado da Bahia. Possui estrutura de multicampia com presença geográfica em todas as regiões do Estado e sedes em 24 municípios do estado através de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas.

Cabe destacar a característica multicampi da UNEB à medida que a gestão de sua internacionalização requer abrangência de todas as suas unidades, circunscritas geograficamente em todas as regiões do Estado. Quanto a isso, Fialho (2012), pondera que a complexidade do modelo de universidade multicampi muito se assemelha à dinâmica de internacionalização universitária por envolver questões relativas ao rompimento das barreiras do tempo e espaço em vista dos processos de produção e socialização do conhecimento científico e tecnológico. Nesse sentido, a vasta interiorização da UNEB pode atuar em favor de

seu processo de internacionalização à medida que requer a gestão de um modelo educacional interligado que necessita funcionar em harmonia no conjunto de suas ações e relações. No contexto global atual, em que a cooperação internacional e a integração intercultural são características inerentes à contemporaneidade, o modelo multicampi ressalta as potencialidades do processo de internacionalização.

A instituição dispõe, atualmente, de mais de 150 opções de cursos presenciais e a distância, distribuídos nos níveis de graduação e pós-graduação e, este último, disponível nas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu* (UNEB, 2018). Sua estrutura organizacional é compreendida por 3 (três) órgãos deliberativos da Administração Superior, 1 (uma) Reitoria, 11 (onze) Pró Reitorias, 5 (cinco) Secretarias Especiais e 2 (duas) Assessorias. Em seu sítio institucional, o organograma é apresentado conforme segue.

Figura 3 - Organograma da UNEB



Fonte: PROPLAN 2019

A partir do projeto de gestão UNEB Democrática e de Qualidade 2014 – 2017, surge a Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT), substituindo a Assessoria para Cooperação Internacional (ASSECI), com a missão de "criar e fomentar a política de internacionalização, através de cooperação e intercambio científico, tecnológico, cultural, e acadêmico" (UNEB, 2018). A SERINT é, então, incumbida do objetivo de fomentar essa política "através das relações de cooperação, mobilidade e intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico com outros países, atendendo ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e ao plano da nova gestão (UNEB, 2018). Ela conta com um Secretário Especial de Relações Internacionais, um assessor de Relações Internacionais, uma coordenação de Mobilidade e Intercâmbio Estudantil, uma coordenação de acordos e convênios, 6 (seis) colaboradores.

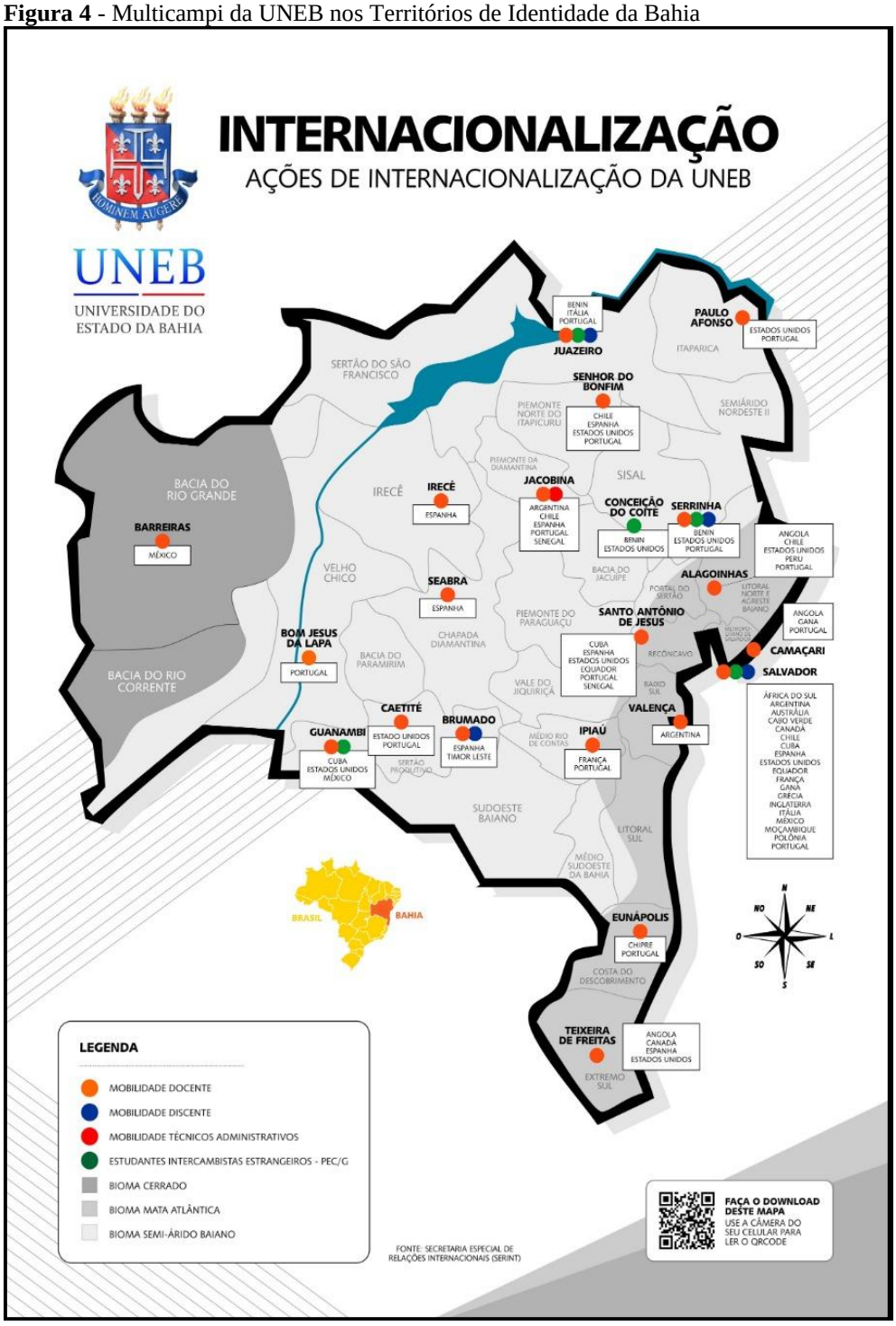
No Plano de Desenvolvimento Institucional de 2013 – 2017, a UNEB reconhece a importância do desenvolvimento das ações e políticas de internacionalização ao considerar que estes têm importantes fatores nas avaliações acerca da qualidade da educação por partes dos órgãos oficiais, assim como ao enfatizar que a "internacionalização é fator extremamente relevante para a oxigenação das relações universitárias no mundo globalizado" (UNEB, 2013, p.37). Nisto, a instituição reafirma seu compromisso com o fortalecimento das ações e o fomento da política de internacionalização, especialmente nas áreas de mobilidade e cooperação internacional.

Atualmente, detectamos 43 acordos-convênios de cooperação internacional em seu sítio institucional, com parceiros em mais de 15 países espalhados pela América do sul, América Central e América do Norte, além de Europa e África (UNEB, 2019), (**Anexo 1).**

Considerando a representatividade por região, áreas do conhecimento e cursos, escolhemos no mínimo um campus por regiões e que apresentam ao menos um curso de graduação e pós-graduação (Figura 1). Região da Mata Atlântica: Campus I - Salvador: Departamento de Ciências da Vida (2 PG e 6G), Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (2PG e 7G), Departamento de Educação (5PG e 4G), Departamento de Ciências Humanas (1PG e 7G) e Campus II –Alagoinhas (1PG e 3G). Região do Semiárido, Campus III – Juazeiro: Departamento de Tecnologias e Ciências Sociais e Departamento de Ciências Humanas (3PG e 5G), Campus IV – Jacobina, Departamento de Ciências Humanas (1PG e 5G) Campus V – Santo Antônio de Jesus, Departamento de Ciências Humanas (2PG e 4G) e Campus VI - Caetité, Departamento de Ciências Humanas (1PG e 5G) e Campus XIV - Conceição do Coité, Departamento de Educação (1PG e 4G); Então temos 2 regiões, 7 *campi,*

19 cursos de pós graduação e 50 de graduação, nas áreas das Ciências Humanas, Exatas, Tecnológicas e da Vida. Para além, inserimos a SERINT com os seus gestores e colaboradores. Conforme a figura abaixo.

Figura 4 - Multicampi da UNEB nos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SERINT 2019

Em ciências sociais em uma perspectiva interpretativa/qualitativa, entendemos a dificuldade em estabelecer critérios de homogeneidade para a seleção dos participantes, como

aqueles das amostras estatísticas. Nesse sentido, buscamos uma amostragem teórica, que é formada por aqueles informantes em potencial e que aceitem a participar espontaneamente do estudo. Dado a intenção de reconstruir a multiplicidade dos discursos existentes no campo social estudado, a seleção dos sujeitos participantes está em conformidade com Lefevre (2012), levar em conta a quantidade, variabilidade e qualidade dos sujeitos a serem entrevistados, em termos da possibilidade de fornecerem dados ricos, interessantes e suficientes para compor e reconstruir o discurso do sujeito coletivo. Nesse sentido, o estudo empírico foi feito junto aos pró-reitores, gestores – em especial do órgão gestor de relações internacionais - e coordenadores dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). A amostragem é do tipo não probabilística (PIRES, 2008), pois esses informantes em potencial e que aceitem participar da pesquisa assinando o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) **(Apêndice 1).** A amostra final se constituiu em 5 (cinco) pró-reitores, 1 (um) secretário de Relações Internacionais e 14 (quatorze) coordenadores de programas de pós-graduação, e o primeiro contato, enquanto participantes da pesquisa, se deu por meio de carta de apresentação por meio eletrônico **(Apêndice 2).** A adoção de siglas foi de extrema necessidade para, parcialmente, manter o anonimato do entrevistado.

3.4. Instrumentos de colheita de informações e técnicas de análise das informações

Após verificar que na pesquisa em RS aplicadas à educação, vários métodos e técnicas são necessários para entender a complexidade do objeto de estudo e constatar que as investigações desenvolvidas pelo GIPRES e outros pesquisadores têm-se utilizado vários instrumentos para coletar dados, tais que questionários, mapas mentais, desenhos, fotografias, videografias, entrevistas individuais e entrevistas em grupos. Para apreensão do conteúdo das RS's faremos uso do questionário da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) e para complementar nós escolhemos a entrevista semi-estruturada individual como instrumento central onde o conteúdo manifesto será analisado.

Estes dois instrumentos podem facilitar a compreensão de como se forma o pensamento social de sujeitos participantes sobre "internacionalização".

3.4.1 Técnica da Associação Livre de Palavras – TALP

Para realização desta Etapa metodológica nos ancoramos à Teoria do Núcleo Central (TNC), como um desdobramento teórico complementar mais enfático com relação à dimensão cognitivo-estrutural das RS da grande teoria.

Essa etapa também se justifica pelo fato de que a TNC contribui para que a TRS se torne mais heurística para a prática social e para a pesquisa na medida em que permite compreender melhor características contraditórias que as RS apresentam ao considerar que elas possuem, ao mesmo tempo, características de um sistema central e de um sistema periférico (SÁ, 1998). Esse instrumento pode proporcionar maior conhecimento sobre como os atores sociais desse estudo, percebem a política de internacionalização, considerando os elementos mais ou menos relevantes, em níveis de importância para UNEB.

O Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) **(Apêndice 3)** foi proposto por Vergès (1992) em seus estudos de RS associados aos conceitos de meio ambiente e natureza. Esse teste consiste em apresentar uma palavra geradora às pessoas e solicitar que produzem expressões ou adjetivos que lhe venham à mente. Nesta pesquisa sua aplicação se deu no mesmo dia e antes a entrevista.

O Teste de Associação Livre de Palavras nos forneceu a frequência e hierarquização, assim partimos de um termo indutor, palavra-estímulo, a fim de estabelecer associações livres. Dessa forma, solicitamos aos participantes que registrassem cinco expressões que lhe venha imediatamente à mente ao ouvirem o termo "internacionalização da educação superior" e, em seguida, foi solicitado que os mesmo enumerassem de um a cinco, sendo 1- a mais importante de todas; 2- extremamente importante; 3- muito importante; 4- importante e 5- a menos importante, a fim de apreender a hierarquização e palavras candidatas ao núcleo central das RS.

As evocações advindas deste instrumento constituíram um arcabouço de respostas e um *corpus* para análise. Assim, obtivemos um total de 20 (vinte) amostras realizadas pelos gestores e docentes da UNEB, cada qual com as cinco palavras indicadas hierarquicamente. Desta forma, utilizamos o método de tratamento de dados proposto por Vergés (1992) que combina a frequência de evocação das palavras com a ordem em que estas são evocadas pelos participantes da pesquisa a fim de se efetuar o levantamento dos elementos do núcleo central e do sistema periférico. Para tanto, as seguintes etapas foram obedecidas (ABRIC, 2003): categorização de palavras/expressões; cálculo da frequência das categorias e cálculo da Ordem Média de Evocação (OME). Dessa forma, após a categorização das palavras evocadas, realizamos de cada uma das categorias semânticas aptas à análise, o cálculo a seguir:

$$OME = \frac{(f1 * 1)+(f2*2)+(f3 *3)+(f4 *4)+ (f5 *5)}{\Sigma f}$$

Vale discriminar:

OME = Ordem Média de Evocação

f1* 1 = número de evocações para determinada hierarquia vezes a hierarquia, ou grau de importância atribuído ao termo evocado e assim sucessivamente até a quantidade de hierarquia considerada;

Σf = somatório da frequência total para determinado termo, considerando-se todas as hierarquias.

Procedemos aos cálculos para todas as frequências e hierarquias e apresentamos o Quadro 5. que demonstra a combinação da frequência de citação com a ordem de evocação das expressões, de acordo com o nível de maior à menor importância, associadas com o conceito socialmente representado.

Quadro 5 - Quadro de Palavras Evocadas

Nº	**Evocação**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**f**	**OME**
1	Intercâmbio e Interculturalidade	14	6	12	0	1	32	2,0
2	Conhecimento	4	15	0	0	8	23	3,2
3	Cooperação e Convênios	9	6	2	0	2	19	1,9
4	Globalização	0	0	12	13	1	16	5,8
5	Formação	3	0	0	0	0	3	6,0
6	Institucional	2	0	0	0	0	2	6,0
7	Solidariedade	1	0	0	0	1	2	3,0
8	Necessidade	1	0	0	0	1	2	3,0
9	Hibridização	0	0	0	0	1	1	1,0
Total de Palavras Evocadas							**100**	**31,9**
Média							**11,1**	**3,5**

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Tendo em vista que a partir da sexta evocação a frequência de palavras caiu para duas, desconsideramos os resultados a partir daí por entender que apenas duas frequências não representam o grupo, ou seja, baixas frequências de evocação representam, em sua maioria, pensamentos individuais e não do grupo. Com a frequência média (11,1) e a OME (3,5) definidas, foi montado o Quadro 6:

Quadro 6 – Quadro de quatro casas das evocações livres de gestores e docentes para o termo indutor "internacionalização".

Elementos Centrais f igual ou maior a 11 OME menor que 3,5			**Elementos Intermediários I f igual ou maior a 11 OME maior e igual a 3,5**		
	f	**OME**		**f**	**OME**
Intercâmbio/Interculturalidade	32	2,9	Globalização	16	5,8
Conhecimento	23	3,2			
Cooperação e Convênios	19	1,9			
Elementos Intermediários II f menor que 11 OME menor que 3,5			**Elementos Periféricos f menor 11 OME maior e igual a 3,5**		
	f	**OME**		**f**	**OME**
Solidariedade	2	3,0	Formação	3	6,0
Necessidade	2	3,0	Institucional	2	6,0
Hibridização	1	1,0			

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Assim, a composição dos elementos centrais no quadrante superior esquerdo abrange termos relacionados às formas como os gestores e docentes percebem, de maneira generalizada, a internacionalização. As palavras desse quadrante estão ali localizadas não apenas pela frequência com que foram ditas, mas, também, pela hierarquia a qual foi categorizada pelos participantes, sendo que neste quadrante estão as palavras mais frequentes e com maior nível de importância definido por eles. O "H" entre parênteses, acompanhado pelo número correspondente, indica hierarquia que os gestores e docentes legaram a palavra evocada em nível de importância, sendo 1 – o mais importante e 5- o menos importante, conforme dito.

Dessa forma, as palavras Intercâmbio/Interculturalidade (H1); Conhecimento (H1; H2) e Cooperação e Convênio (H1; H2) estão dentre as mais evocadas e também dentre as julgadas mais importantes e que fazem parte como tendência ao núcleo central. Esse resultado nos apresenta que apesar da palavra Globalização (H3; H4) fazer parte das representações sociais desses participantes sobre internacionalização, ela não faz parte do núcleo central e sim como Elemento Intermediário I do segundo quadrante superior. O terceiro quadrante, Elementos Intermediários II, composto pelas evocações Solidariedade (H1; H5); Necessidade (H1; H5) e Hibridização (H5) apresenta o quadro de evocações consideradas importantes em nível de hierarquia, contudo perdem pela baixa frequência o que indica que elas se distanciam das representações sociais do grupo.

No quarto e último quadrante, definido como Elementos Periféricos, estão às evocações menos frequentes, portanto, são as mais distantes do Núcleo Central. Entretanto se apresentam importantes: Formação (H1) e Institucional (H1) para os gestores e docentes. Isto demonstra o

papel desses elementos em proteger o núcleo central quando a cooperação e convênio desencadeiam as ações de intercâmbio e a difusão do conhecimento no processo de formação dos sujeitos nas instituições.

A seguir veremos o último instrumento de coleta de dados para, enfim, partirmos para o capítulo correspondente à apreensão das representações sociais dos gestores e docentes sobre o objeto "internacionalização".

3.4.2 Entrevistas semi-estruturadas

Em relação as entrevistas, Amado (2017) afirma que a entrevista tem por objetivo obter informações dos entrevistados a respeito de um determinado assunto ou problema. Apesar de ser o método mais utilizado em pesquisas do tipo qualitativa, Creswell (2012) destaca algumas de suas limitações como, por exemplo, o fato de fornecer informações filtradas pelos entrevistados, a presença do pesquisador pode interferir nas respostas e o fato de as pessoas não serem igualmente articuladas e perceptivas.

Quanto a questão da presença do pesquisador e sua possível interferência a perspectiva da entrevista como evento de intercâmbio dialógico é a que orienta o presente estudo. Ornellas (2011, p.12) concebe a "entrevista como evento de intercâmbio dialógico – que pode promover reformulação metodológica capaz de enriquecer a prática de pesquisa e construir novas situações de conhecimento". A entrevista deve ser concebida como um evento comunicativo pleno, dialógico e complexo. Isso, por sua vez significa reconhecer a entrevista como resultado de um contexto complexo no qual o uso da linguagem vai além do fato de expressar informações, mas sim trata-se de um produto que surge da interação entre entrevistados e entrevistador (ORNELLAS, 2011).

Desse modo a entrevista semi-estruturada reconhece a participação ativa do pesquisador no momento da entrevista como também permite que o entrevistado tenha maior liberdade no fluxo de resgate das informações, já que segundo Amado (2017) o entrevistador utiliza apenas um guia flexível de tópicos a serem abordados no momento da entrevista.

Esse dispositivo consta de dois blocos e quatro questões: O primeiro bloco, com duas questões, busca entender a natureza do pensamento social por meio dos processos de ancoragem e objetivação das RS's construídas sobre "internacionalização". O segundo bloco, com duas questões, visa identificar as práticas sociais exercidas a partir do pensamento social construído sobre "internacionalização" (**Apêndice 4**).

Para as entrevistas, propomos aqui um exercício descritivo-interpretativo com o intuito de possibilitar ao leitor visualizar de maneira clara o campo da pesquisa. Dessa forma, para análise do material coletado através das entrevistas, utilizaremos a análise de conteúdo, será de valia o método de Bardin (2016), este designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Nesse momento, a autor indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: a pré-análise, que envolve a leitura "flutuante", ou seja, um primeiro contato com os documentos submetidos à análise; a exploração do material, na qual emergem as unidades de codificação, ou seja, as categorias em razão de características comuns e classificação semântica agrupadas pelo sentido das palavras expostas; e por fim o tratamento dos resultados – a inferência e interpretação. Calcados nos resultados brutos, vamos além do conteúdo manifesto dos documentos e os tornamos significativos ao passo que segundo o autor, nessa fase interessa ao pesquisador o conteúdo latente e o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido.

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Por outro lado, Bardin (2016, p. 56) afirma que "os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes".

Assim, entrevistamos: 1 (um) pró-reitor/a de Pesquisa e Pós-Graduação, 1 (um) pró-reitor/a de graduação, 1 (um) pró-reitor/a de assistência estudantil, 1 (um) pró-reitor/a de extensão, 1 (um) pró-reitor/a de ações afirmativas, 1 (um) secretário de Relações Internacionais e 14 (quatorze) coordenadores dos Programas de Pós-Graduação espalhados pelos diversos Campi. A adoção de siglas será de extrema necessidade para, parcialmente, manter o anonimato do entrevistado.

Estão descritas no capítulo seguinte, ao tratar da representação social sobre "internacionalização" sob a ótica do discurso.

CAPÍTULO IV - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GESTORES E DOCENTES DA UNEB SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO"

Neste capítulo, retomaremos os resultados da análise da OME proposta por Pierre Vergés (1992), associada aos resultados das imagens sobre a ótica das palavras, em uma abordagem da TALP e trazendo o núcleo figurativo. Em seguida essas imagens serão sobrepostas àquela do discurso, vamos identificar e analisar o conteúdo das RS de gestores e docentes sobre a "internacionalização" e apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na UNEB. Espera-se, desta forma, atingir os objetivos específicos desta investigação. Esse resultado servirá de base para apreendermos pistas que contribuam para reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior.

4.1. Imagem da "internacionalização" sobre a ótica das palavras

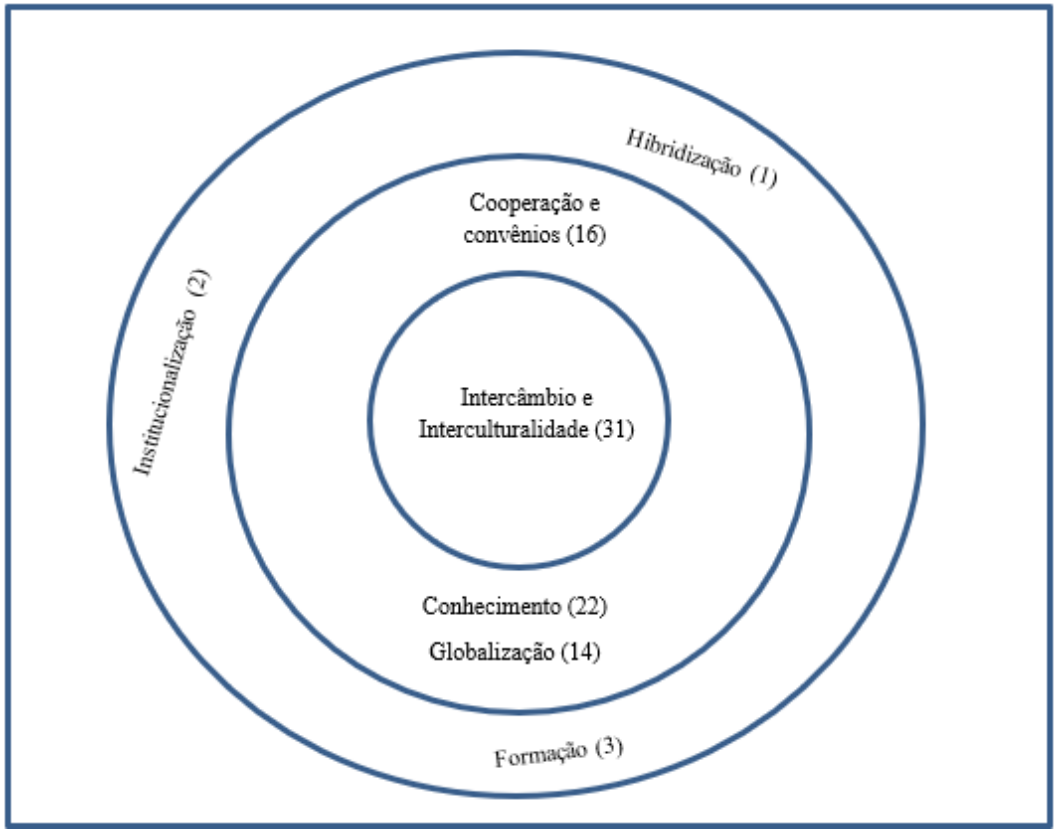
Com o intuito de identificar e compreender as representações sociais sobre "internacionalização", na realidade da Universidade do Estado da Bahia, utilizamos da TALP.

Jodelet (2001) versa que a necessidade de informação necessária sobre o mundo no qual estamos inseridos se apresenta na medida em que precisamos dessas informações para nos relacionar com ele, seja para compreendê-lo, dominar ou nos ajudar a ele, e dessa maneira, identificar e resolver as questões que nos são apresentadas. Assim, com o objetivo de analisar as possíveis representações sociais que povoam o trabalho psíquico e cognitivo construído pelos gestores e docentes sobre "internacionalização", trazendo ressonâncias nas suas vivências profissionais, apresentamos agora algumas das observações por nós verificadas.

A respeito do material recolhido, utilizando a TALP com o mote indutor "internacionalização da educação superior", constatamos após o processamento que foram evocadas um total de 100 palavras, sendo que desse total 17 foram distintas entre si.

Optamos por representar, através da figura a seguir, a imagem cognitiva que emerge quando se estrutura as representações sociais de gestores e docentes sobre "internacionalização", Essa figura nos expõe os elementos do núcleo central, elementos intermediários e periféricos, conforme abordagem estrutural de Abric (2003) descrita no capítulo teórico e metodológico dessa dissertação.

FIGURA 5 - Imagem da “internacionalização" sob a ótica das palavras.



Fonte: Elaboração do autor (2019)

A figura acima representa a organização e estrutura das RS sobre “internacionalização” cujos elementos estão integrados ao núcleo central, intermediários e periféricos. Segundo Abric (1998), para localizarmos uma RS de um dado grupo de sujeitos sobre um determinado objeto, é preciso identificar os elementos centrais que constituem e dão significação à representação. A TRS nos permite apreender as categorias atributivas que nos induzem a entender o pensamento social dos sujeitos a partir do conceito que eles constroem sobre o objeto representado. Nesse sentido, as palavras “intercâmbio e interculturalidade” (31) como tendência ao núcleo central, “conhecimento” (22), “cooperação”, “convênio” (16) “globalização” (14) como elementos intermediários e, finalmente, os periféricos constituídos pelas palavras “formação” (3) “institucionalização” (2) e “hibridização” (1). Esses resultados se aproximam daqueles que foram apresentados no quadro de quatro casas de Vergès (1992), quando pelo núcleo figurativo das RS, os gestores e docentes pensam o fenômeno da internacionalização a partir da mobilidade acadêmica desencadeada pela cooperação e convênios que, por sua vez, pode contribuir a produção e difusão do conhecimento globalizado. Para corroborar com esse pensamento, Laus (2012) afirma que a internacionalização é composta pelos diálogos da instituição com outros entes além das fronteiras nacionais nas áreas

de ensino, pesquisa e extensão, a depender do contexto onde ocorre, isso significa conceber que a internacionalização também é única e não é um fenômeno estático, devendo ser, por isso, (re)planejada, (re)executada e (re)monitorada constantemente.

Para além de intercâmbio e interculturalidade, outros elementos são revelados, como: conhecimento, cooperação e convênio e globalização que são ancorados como aqueles que protegem esse núcleo central. Isto implica em objetivar que os indivíduos dessa pesquisa sentem, pensam e agem sobre o objeto social – "internacionalização" como a promoção do intercâmbio acadêmico internacional de docentes e discentes e desdobrem em atividades eficazes para transformação social. Para isso, as relações culturais devem ser observadas como fatores relevantes para as conexões universitárias.

Ainda respaldados nos constructos de Abric (1998), podemos dizer que uma RS de um determinado objeto da realidade, de um determinado grupo social, é constituída por um sistema interno duplo. O sistema central, ligado às questões históricas, ideológicas, sociais, normativas e valorativas da sociedade, que definem a organização e o significado das representações, e o sistema periférico, que está em volta do núcleo central, permite a integração de experiências, mais individualizadas; concretiza, regula e defende a representação social.

Segundo Sá (2002), o sistema periférico representa as individualidades, permite a interação de experiências e histórias individuais, ou seja, é menos consensual se comparado ao sistema central, que é mais duro e resistente as mudanças, sendo também pouco sensível a um contexto mais imediatista.

Por outro lado, o conhecimento, na enunciação de uma forma diferente de conhecimento profissional, o qual faz parte do cotidiano e da história das pessoas, na sociedade e nas ações associadas a esse conhecimento, como conhecer, despertar, pesquisar, refletir indicam que é possível notar que não há somente um fluxo de informações e de elementos entre as representações sociais desse grupo, mas também diferenças que revelam a presença de distintas imagens sobre a "internacionalização".

Ao se basear no entendimento de que o núcleo central está ligado aos valores, normas e memórias de um grupo, como também à natureza e à história do grupo em suas relações sociais (ABRIC, 2003), pode se dizer que a centralidade de intercâmbio e interculturalidade recebe influências das práticas sociais experenciadas pelo grupo, pois sugerem o fenômeno psicossocial da internacionalização, campo para o desenvolvimento. Lembremos que as representações sociais são definidas como formas de compreender e comunicar as coisas do mundo. São ideias, imagens, valores, crenças, etc. criadas pelo indivíduo e que influenciam o

pensamento, contribuindo para que se possa interpretar as experiências vividas, com isso, possibilitar tomadas de decisão.

4.2. Imagem da internacionalização sobre a ótica do discurso

De maneira imbricada, após a identificação e análise do conteúdo das RS, na perspectiva da abordagem estrutural, lembramos que pelos objetivos buscamos: analisar o processo das representações sociais construídas pelos gestores e docentes sobre "internacionalização" e apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior. Esta analise deu-se pelo método e técnica de Bardin (2011) e em duas etapas: na primeira, pelas categorias teóricas a priori definidas pelos autores De Wit (2005), Knight (2006), Miura (2006), Laus (2012), Lima e Maranhão (2009), Morosini (2011) e Stallivieri (2009), as quais servem para descrever e avaliar a maneira como a internacionalização está sendo implementada por Instituições de Educação Superior. Na segunda, pelas categorias emergentes do discurso, a posteriori, corroboradas pelo diálogo dos autores que pesquisa a internacionalização sob a abordagem da TRS.

Para tal, entrevistamos 20 pessoas (gestores e docentes) na Universidade do Estado da Bahia, nos *campi* de Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Serrinha, Conceição do Coité, Jacobina e Santo Antônio de Jesus para que fosse possível atender diversas áreas de conhecimento. Portanto, o recorte para escolha destes *campi* seguiu o parâmetro de ser um *campus* por região e que apresenta ao menos um curso de graduação e pós-graduação.

As entrevistas foram gravadas e tiveram de 10 a 17 minutos de duração. As entrevistas foram transcritas e posteriormente os dados foram organizados e após aplicada a metodologia definida, realizando as análises, extrações e filtros.

Em seguida, fizemos outra análise do conteúdo do discurso a partir das categorias emergentes das falas dos gestores e docentes, as quais servem para apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na UNEB.

O roteiro da entrevista semi-estrururada foi elaborado em dois blocos com duas questões para cada um com o objetivo de analisar o processo das RS construídas pelos gestores e docentes. Assim, no primeiro bloco **Natureza do pensamento social sobre "internacionalização",** perguntamos o que eles entendem por internacionalização? E o que eles pensam sobre a internacionalização na UNEB? No segundo bloco, **Práticas sociais**

exercidas a partir do pensamento social construído sobre "internacionalização," questionamos sobre as ações de internacionalização realizadas e como elas mobilizam o processo de instituição da política de internacionalização?

4.2.1. Natureza do pensamento social sobre "internacionalização"

Sobre o que eles entendem por internacionalização, no contexto ao qual se desenvolve o processo de internacionalização em instituições de ensino superior, os vinte respondentes apontam para uma multiplicidade de olhares acerca desse fenômeno na educação superior. Assim, o quadro 7 apresenta o pensamento deles em articulação com as abordagens sobre internacionalização definidas pelos autores citados.

Quadro 7 - Abordagens sobre a Internacionalização segundo os gestores e docentes N=20

Unidade de Codificação	Elementos – fragmentos das falas	Qtd.
Atividade	**Internacionalização:** aproximação entre universidade no processo de mobilidade internacional possibilita a imersão de docentes e discentes outras realidades. É a constituição de um processo formativo através de uma rede de pensamento, ideias e conhecimentos no campo científico, acadêmico e tecnológico. **Internacionalização da educação superior:** cooperação acadêmica internacional como um conjunto de atividades realizadas entre instituições universitárias que, por meio de múltiplas modalidades, implica uma associação e colaboração sobre temas de política e gestão institucional. As trocas realizadas entre as instituições no campo da pesquisa são fundamentais para o enriquecimento social das instituições e em busca de um objetivo comum, que é o conhecimento.	**10**
Resultados	**Qualificação** das experiências de formação de estudantes no contexto da universidade através de parceiros e projetos internacionais; **Elaboração,** um maior número de acordos; **Contribuição** para a interculturalidade.	**08**
Razões	**Criação** estratégias e definição de captação de recursos e garantir financiamentos de projetos, credenciamento de programas e cursos. **Troca** de experiências intelectuais, acadêmicas e culturais; **Valorização** de saberes e **complementação** desses saberes com outras realidades, novas tecnologias.	**04**
Processual	**Melhor processo** de ensino, pesquisa e extensão na educação superior; **Consideração do conjunto** de políticas e programas que as universidades e governos implementam para responder ao fenômeno da globalização que afeta as instituições de ensino superior.	**02**
Interna (at home)	Exigência da agência fomentadora Capes para que as universidades construam redes de trocas e experiências através de uma cultura que apoie o entendimento internacional da política de internacionalização	**01**

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Tomando como base as informações apresentadas no quadro 7, é possível visualizar 5 (cinco) categorias de análises levantadas pelos gestores e docentes da UNEB, de acordo com Knight (2008), essas abordagens complementam as abordagens tradicionais, que foram mencionadas, anteriormente, no referencial teórico, assumindo ainda que os diferentes níveis nacional\setorial e institucional adotarão diferentes abordagens para atender aos desafios impostos pela internacionalização. As abordagens refletem os valores, prioridades e ações adotadas durante a promoção e implementação da internacionalização. Cabe lembrar que não existe a abordagem mais correta e que várias abordagens podem ser adotadas simultaneamente pelas IES, portanto, não são excludentes (MOROSINI, 2011). Salientamos que nesse estudo, pela frequência das respostas, enfatizamos as abordagens adotadas pelo nível institucional, pois as entrevistas foram realizadas na Universidade do Estado da Bahia, especificamente com os gestores e docentes dos programas de pós-graduação cujos refletem algum grau de inserção internacional.

Dentre elas, observamos que nos discursos dos gestores e docentes da UNEB, destacam-se: a) abordagem de atividade; b) de razões; c) de resultados; d) processual; e, e) interna. Assim, a maioria (22 tendências) pensa a internacionalização com ênfase nas atividades, razões e nos resultados. Para eles a internacionalização fomenta atividades que enfatizam a mobilidade acadêmica, envolve razões como criação de estratégias que definam a captação de recursos e garantias de financiamentos para projetos, credenciamento de programas e cursos.

Para ilustrar essa análise trazemos o excerto[12] abaixo:

> "(...)entendo que internacionalização da educação superior se dá através da cooperação acadêmica internacional como um conjunto de atividades realizadas entre instituições universitárias que, por meio de múltiplas modalidades, implica uma associação e colaboração sobre temas de política e gestão institucional. As trocas realizadas entre as instituições no campo da pesquisa são fundamentais para o enriquecimento social das instituições e em busca de um objetivo comum, que é o conhecimento. Ou seja, ninguém faz nada sozinho e isso é necessário no campo do ensino, pesquisa e extensão." (P19, 2019).

Desta forma, a abordagem de atividades é percebida claramente, pois focalizam as ações relacionadas ao intercâmbio de estudantes e formação de redes de trabalho para o desenvolvimento de parcerias em projetos de pesquisa.

[12] Para preservar a identidade dos participantes utilizamos a identificação alfanumérica, por ser essa mais objetiva e não ser sugestiva, como no caso da utilização de nomes fictícios e mesmo das variáveis analisadas no presente trabalho. O ano de 2019 refere-se à data em que foi realizada a entrevista. Quanto à utilização de alguns símbolos adotados nas falas dos participantes, o uso de reticências indica pausa curtas, as reticências entre parênteses correspondem às pausas longas, momentos de silêncio.

A abordagem de resultados é apresentada sob a forma dos benefícios esperados do processo institucionalizado de internacionalização, tais como: melhoria nas competências dos estudantes e professores; maior número de acordos internacionais firmados pela SERINT e possibilidades de contatos com parceiros para desenvolver a inserção internacional.

A abordagem de razões relaciona-se com as motivações principais que direcionam os esforços à internacionalização: melhoria nos padrões acadêmicos relacionado ao ensino e pesquisa; promoção da exposição cultural dos estudantes de graduação e amadurecimento intelectual em pesquisa para os estudantes de pós-graduação. A fala deste participante ilustra essa análise:

> ”a gente tem agora, alguns alunos da graduação que vão para o exterior, agora mesmo temos uma demanda de alunos da cidade Guanambi que precisam ir para o chile e que a gente está com dificuldades por conta do calendário acadêmico do pós greve, mas temos ações celebradas com os estudantes da graduação, que foram para as universidades de Portugal e tenho ciência de estudantes de pós-graduação do PPGEDUC que passaram meses estudando no exterior, espero que outros programas de pós, possam enviar seus discentes e que essas ações sejam estendidas ao pós-doc dos nossos docentes.” (P10, 2019)

Por conseguinte, para eles, os resultados do processo de internacionalização serão apresentados, a partir de acordos, de parceiros e projetos internacionais que permitam a qualificação de experiências de formação de estudantes no contexto da universidade e da interculturalidade. Mas, ponderam eles, é preciso melhorar o processo de ensino, pesquisa e extensão na educação superior e considerar o conjunto de políticas e programas que as universidades e governos implementam para responder ao fenômeno da globalização que afeta as instituições de ensino superior.

Além do benefício cultural, mediante a exposição do indivíduo a uma nova cultura, novas tradições, costumes e ideias, tem um ganho de aprendizado acerca de diferentes modos de se administrar uma ciência. Assim a experiência internacional proporciona uma troca de modelos de organização e de gerência de pesquisas, por exemplo, formando o nosso pesquisador por meio desse choque de culturas e logo, o ganho da administração.

Os resultados, a partir do pensamento social dos gestores e docentes, apontam para a necessidade de uma política de internacionalização institucionalizada na/da UNEB, ilustrado pela fala de uma Pró-Reitora quando ela verbaliza sobre a estratégia de internacionalização da pós-graduação que deve ser focada, basicamente, em três elementos: a) mobilidade de alunos e professores; b) projetos conjuntos de pesquisa ; e c) efetivação de convênios que visem o duplo-diploma. Além disso, ela esclarece que pretende trabalhar esses pontos com o atual Secretário de Relações Internacionais da UNEB. De acordo com ela:

> "(...) quando olhamos a estratégia para internacionalização [da UNEB], há uma enorme sinalização, por parte dos discentes da pós-graduação, para que a frente de trabalho seja em três elementos: mobilidade discente; a outra é a realização de projetos de pesquisa em colaboração, inclusive garantido essa mobilidade, envolvendo professores e alunos nesses projetos de pesquisa em conjunto com pesquisadores de instituições estrangeiras. Sei que isso acontece de maneira tímida por parte de alguns docentes e grupos de pesquisas, mas precisamos de melhor promoção desta comunicação e o terceiro ponto é a questão do duplo diploma. (...) é preciso avançar nessa direção, mas para que possamos avançar estamos na fase de formalização, através do órgão responsável, o CONSU, e assim ter um projeto de internacionalização para toda a universidade." (P07, 2019)

A esse discurso, acerca da formalização e efetivação de um documento que institucionalize sua dimensão internacional e proponha diretrizes para sua atuação, observamos, indicativos de clarificação em seus objetivos e interesses para a internacionalização que direcionam esse processo, como menciona o excerto:

> "(...) política institucionalizada de internacionalização que se encontra em discussão, ainda não foi efetivada, nem formalizada pelo CONSU (...), mas a expectativa que a após aprovação pelos órgãos competentes, a universidade tenha mais claro quais são as ações que ela deve seguir , o que vai priorizar, quais as áreas do conhecimento que ela pode trabalhar com as universidades do exterior(...), se vai priorizar determinados países ou continentes (...), essa clareza pode fazer com que a comunidade volte os olhos para determinados planos e perfis de determinadas universidades, ações conjuntas de projeto de pesquisa e isso pode contribuir nesse sentido. A institucionalização é muito importante pois evita que a universidade faça sua internacionalização apenas focada em ações isoladas(...)" (P11, 2019)

A partir dos discursos, advogamos que internacionalização necessita transcender a forma reativa no contexto institucional para alcançar o nível estratégico em que servirá para elevar a qualidade da educação superior e contribuir para o desenvolvimento das sociedades por meio da estratégia de produção e difusão do conhecimento. Ponderamos, assim, os argumentos de Miura (2006) e Morosini (2011) de que a internacionalização não é e não pode ser diminuída a uma atividade fim e evidenciamos a necessidade de que tal compreensão possa se encontrar enraizada na política institucional para desenvolvimento da internacionalização no contexto da UNEB.

De maneira geral, os gestores e docentes entrevistados acreditam que a institucionalização do processo de internacionalização é um processo necessário e fundamental para o avanço do conhecimento e para melhoria dos cursos e programas da universidade. No entanto, prevalece a percepção de que tem faltado uma melhor divulgação de tal política na UNEB – suas diretrizes, por exemplo – para as suas unidades. Além disso, é necessária uma definição mais clara acerca do que a universidade considera como "internacionalização" para que sua política seja, efetivamente, institucionalizada e para que haja um direcionamento de esforços da comunidade unebiana nesse sentido. De acordo com a fala:

> "(...) bom, eu vejo, ou melhor, escuto falar sobre esse processo de internacionalização já faz 02 anos, porém ela precisa ser melhor divulgada dentro da universidade, precisa ter mais visibilidade, comunicação mais efetiva. Ao meu ver quer ser plural, mas precisa mostrar o caminho com mais clareza (...) é sabido que as políticas dentro do escopo do governo, faz questão de ressaltar ações que restringe muito a possibilidade de estabelecermos práticas de internacionalização, como iremos internacionalizar se nós não temos programas para acolhimentos estrangeiros, nem boas estruturas e condições para nossos próprios estudantes e nem mesmo para os docentes existe um fluxo de missões internacionais, isso se torna muito difícil..." (P02, 2019)

Tal contexto expressa uma fragilidade da dimensão da consciência em favor da internacionalização na UNEB. Essa dimensão é crítica, pois, conforme destacado por Stallivieri (2009), é a cultura organizacional que irá permear todas as etapas do modelo de internacionalização, de modo que seus valores estejam enraizados em todas as áreas e dimensões do processo.

Dentre os principais benefícios advindos do processo de internacionalização, os sujeitos desta investigação destacam o avanço do conhecimento e o entendimento cultural e a inserção da UNEB no cenário internacional (reputação da universidade). De acordo com Miura (2006), além da troca do conhecimento, a internacionalização pode contribuir para a expansão do horizonte acadêmico e cultural de docentes e discentes. Os intercâmbios proporcionam aos indivíduos o desenvolvimento de competências interculturais para trabalhar em diferentes contextos culturais. Além disso, este processo contribui para a formação de vínculos entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros – questão das redes de trabalhos. Decorrente das ações de internacionalização há considerável aumento do prestígio do programa o que proporciona outros ganhos, como a facilidade de captação de recursos junto às agências de fomento e o aumento da procura do programa por parte de professores estrangeiros.

Dentre os fatores destacado no processo de internacionalização da universidade, os docentes, através dos seus grupos de pesquisas, têm ocupado lugar de destaque. Os professores constroem contatos com os professores de sua área no exterior, o que facilita a criação de acordos de cooperação de pesquisa e a realização de publicações conjuntas, por exemplo, ou proporcionam maior intercâmbio entre os alunos das unidades. Como ressalta na fala:

> "(...) quando falamos em parceria de pesquisa, ou pesquisa em rede, sabemos que muito se dá devido iniciativa de um professor que realizou alguma atividade no exterior e através dos seus contatos pessoais que continua com aquele relacionamento e assim consegue desenvolver algum tipo de pesquisa, ou seja, isso acontece de maneira informal e na maioria das vezes não passa pela secretaria institucionalizada da UNEB... está aí uma questão que precisa ser trabalhada pela atual gestão." (P15, 2019)

Apesar de não haver uma política de internacionalização formalizada e institucionalizada por parte da UNEB, após aplicada a metodologia definida, realizando as

análises, extrações e filtros, foram encontradas algumas ações de internacionalização desenvolvidas pela UNEB.

4.2.2. Práticas e política de internacionalização exercidas na UNEB

Ao questionarmos sobre as ações de internacionalização realizadas e como elas mobilizam o processo institucionalizado de uma política de internacionalização na UNEB, percebemos que os gestores e docentes destacam, na sua maioria, oito ações que podem possibilitar esse processo (Quadro 8).

Quadro 8 - Ações de Internacionalização UNEB

Realização de acordos e convênios internacional
Participação de grupos e projetos de pesquisa em parceria com instituições estrangeiras
Publicações em periódicos de circulação internacional
Publicação de artigos, revistas e periódicos de língua inglesa e espanhola
Participação de docentes em comitês organizadores de congressos internacionais
Organização/participação de congressos, simpósios e workshops internacionais
Mobilidade discente in e out
Recebimento de bolsas e recursos financeiros de órgãos internacionais (ex: GCUB)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Dentre tais ações, um ponto bem enfatizado é a celebração e formalização de acordos e convênios com instituições estrangeiras. A assinatura de acordos é percebida como uma ação significativa para o processo de institucionalização da internacionalização. Os convênios existentes são, normalmente, gerenciados por docentes, cabendo à SERINT o apoio na fase preliminar, assessorando na elaboração dos documentos, e, posteriormente, no acompanhamento das atividades de ensino e pesquisa. Porém, a SERINT não possui controle sobre todos os convênios existentes na UNEB. Muitos dos acordos realizados pelas unidades são informais, o que poderia ser um obstáculo ao processo de internacionalização da universidade. De acordo com o excerto:

> "(...) existem muitos convênios formalizados [na UNEB], mas existem muitos que são informais, que são realizados entre os professores. E estes convênios informais acabam não passando pela secretaria responsável. E este é um fato que precisa ser mudado, acho que precisa existir um controle. Se queremos encarar a internacionalização como um desafio, um objetivo, eu acho que tudo isso tem que ter

> um controle; não importa se o acordo resultou do contato de um docente com outro docente estrangeiro" (P15, 2019)

Destacam-se a realização de parceiras através dos grupos de pesquisa, por parte do corpo docente, a participação em congressos internacionais e a publicação de artigos em periódicos internacionais. De acordo com a fala:

> (...) talvez essa seja uma visão particular, mas pelo que tenho conversado com outros docentes, acredito que as publicações são o carro chefe das ações de internacionalização aqui na UNEB, principalmente nos periódicos europeus, percebo que essas publicações têm aumentado por esses anos". (P01, 2019)

Nesse mesmo sentido, as publicações em periódicos internacionais foram importantes para a evolução na nota do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduC – que teve um aumento do nível 4 (quatro) para o nível 5 (cinco). Segundo o conteúdo do discurso P9 "a produção intelectual do grupo foi considerada muito boa pelos avaliadores e as publicações do último triênio foram excelentes, publicações *Qualis* A ou B e também com *Qualis Internacional* A, além disso, foi observado que alguns docentes têm participação como palestrantes e coordenadores de congressos internacionais".

A internacionalização possui uma ligação estreita com a questão da produção e publicação de artigos em revistas indexadas pela CAPES, ou seja, pesquisa e publicação são partes integrantes da vida acadêmica. Contudo, externam também alguns desafios e dificuldades para se construir as capacidades para se adequar as novas demandas.

É mister que a Capes também é considerada um dos principais catalisadores da internacionalização. Em sua avaliação quadrienal, a Capes exige que os cursos de pós-graduação brasileiros tenham certo grau de inserção internacional para que lhes sejam atribuídas as notas 6 e 7. Assim, percebe-se que a Capes tem estimulado a internacionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil. A avaliação tem privilegiado as ações de internacionalização dos cursos, especialmente as publicações.

Por outro lado, os sujeitos ressaltaram as dificuldades impostas pelo governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação, com relação a liberação de professores para participar de eventos e congressos no exterior. Sendo isso entendido como um dos grandes obstáculos, foi enfatizado a burocracia envolvida nos procedimentos de liberação dos docentes para esses tipos de eventos acadêmicos, é percebido como um processo moroso, gerando um desconforto quando os docentes têm que explicar para o convidado internacional as razões da declinação ao convite. Esse excesso de burocracia envolvido nos processos de liberação para o

exterior tem gerado reclamações por parte do corpo docente. A seguir apresentamos alguns dizeres para exemplificar:

> "(...) é uma questão bem complicada, frente a determinadas exigências, vou pontuar bem aqui as questões que a gente vivencia, por exemplo o governo do estado limita nossa mobilidade, a mobilidade docente, para que a gente participe de eventos no exterior ou que passamos determinado tempo em instituição estrangeira fazendo pesquisas, numa missão de docência, é necessário que se tenha uma autorização do governador e tem sido um dos grandes obstáculos, tem dificultado mesmo..." (P20, 2019)

> "(...) aqui ainda enfrentamos muitas dificuldades, ou seja, acredito que isso ocorra devido a falta da compreensão política do que é esse processo, não dentro da administração da universidade e sim dentro do escopo do governo, então hoje o governo faz questão de ressaltar ações que restringe muito a possibilidade de nós [docentes] estabelecermos práticas de internacionalização com outras instituições estrangeiras, nós não somos liberados por esse, temos incentivos financeiros para nada, ou seja, como iremos internacionalizar? isso se torna muito difícil..." (P18, 2019)

> "(...) Algo complexo, difícil e quase impossível... precisa de um profissionalismo institucional para pensar em uma ação necessária para manter a universidade com uma "expertise" voltada para esse processo, o governo do estado bloqueia a nossa saída para qualquer tipo de evento internacional, auxílio financeiro nenhum para que possamos desenvolver boas práticas de internacionalização ... é difícil" (P04, 2019)

> "(...) já adianto que o grande entrave para a consolidação desse processo é decorrente das barreiras impostas pelo governo estadual, se as políticas de estado fossem mais democráticas já estaríamos em outro patamar nesse quesito do compartilhamento de saberes internacionalmente..." (P06, 2019)

Segundo De Wit (2011), a ausência de estratégias organizacionais tais como: a) falta de recursos humanos capacitados; b) inexistência de um sistema de equivalência de créditos e c) a inexistência de infra-estrutura para recepção de professores e estudantes estrangeiros acarreta vários entraves ao processo de internacionalização. Os próprios docentes têm criado estratégias e obtido recursos de fontes alternativas para suprir essa ausência organizacional.

Outro aspecto abordado com relação as ações de internacionalização desenvolvidas pelas unidades da UNEB, refere-se à mobilidade discente acadêmica, que aponta um fluxo baixo de alunos para o exterior, tanto discente da graduação, como da pós-graduação, isso tem ocorrido de maneira bastante tímida. Os sujeitos desta investigação mencionam que os discentes da UNEB permanecem pouco tempo nas universidades estrangeiras, o que não caracteriza como intercâmbio de fato e sim como inserção internacional, pois em muitos casos eles vão participar de palestras e visitas nas universidades estrangeiras. Porém existe esforços sendo realizados para enviar discentes ao exterior por meio de editais específicos, através de programas que possuem orçamentos próprios e recebem inscrições de candidatos através de chamadas e editais

públicos via portais específicos, como o programa do *Erasmus Mundus*, da Comissão Europeia. A fala seguinte exemplifica essa situação:

> "(...) é a oportunidade que os alunos tem de experenciar outras atividades em outras culturas e voltar, sobretudo para nossa universidade para ser multiplicadores desse processo durante o seu retorno, mas isso não acontece com frequência, os pouquíssimos alunos que se deslocam ao exterior geralmente são para visitas e palestras nas instituições estrangeiras, o interessante de estar nessas universidades é o desenvolvimento do pensamento mais crítico e isso se acontece no contato diário por mais de três meses inseridos no contexto da instituição..." (P13, 2019)

Outro fator de impedimento é a ausência de domínio da língua inglesa por parte dos discentes, o que compromete significativamente as relações interpessoais e consequentemente as profissionais. Esse impedimento é realçado na fala P05 (2019) "...eu cito aqui na UNEB os vários cursos de letras como inglês, espanhol e francês e não vejo nenhum tipo de ação desses cursos voltada para o que concerne a internacionalização dentro da graduação ou da pós, não há uma troca".

Figura 6 – Pensamento social sobre "internacionalização"

Fonte: Elaborado pelo autor

O pensamento social sobre internacionalização, alimenta a TRS quando esse fenômeno psicossocial (internacionalização institucionalizada) parte do conhecimento prático, do senso comum, construído por gestores e docentes sobre o objeto representado. Logo, as ideias, opiniões e crenças sobre esse objeto traduzem-se em trocas, experiências, enriquecimento social importantes na universidade como forma de visibilidade e comunicação efetiva,

transversalizando-se nas publicações internacionais. Este como um saber formalizado e conhecimento se aproxima dos contextos originais e cotidianos da vida desses sujeitos e que se apresenta também nas suas práticas sociais empenhada em orientar posturas e comportamentos sobre a internacionalização institucionalizada que veremos a seguir.

4.3. Possibilidade de uma política institucionalizada de internacionalização na/da UNEB

Nessa secção, discutiremos as RS construídas sobre "internacionalização", pelos gestores e docentes da UNEB, a fim de aprender pistas orientadoras para o fortalecimento de uma política institucionalizada de internacionalização na educação superior. Para tal, recorremos às bases fundantes da teoria, como abordagem estrutural utilizada para apreensão dos elementos das RS e a abordagem processual para explicar como eles constroem essas RS pelos planos (ancoragem e objetivação). Esse caminho percorrido confirma que o conteúdo dessas representações é proveniente de diversos instrumentos de coleta de dados (CRUSOÉ, 2004).

Visando atender a discussão proposta, faremos uma interlocução com o discurso dos autores referenciados nesta pesquisa, aproximando-os com os conceitos de internacionalização. Esta pesquisa situa-se no campo da Educação na contemporaneidade cuja inspiração epistemológica está nas bases teóricas da TRS (as origens do pensamento social dependem das relações entre os grupos) e das abordagens nas Ciências Sociais e Humanas.

Nesse contexto, os resultados demonstram que as RS sobre "internacionalização" se fundam sobre o conteúdo organizado no **intercâmbio e interculturalidade** que se estrutura na **cooperação e acordos** capazes de produzir e difundir **conhecimentos.** Essas representações construídas em processo são ancoradas nos saberes desses gestores e docentes, a partir das relações e práticas sociais estabelecidas através de suas percepções formadas com seus grupos sociais. Portanto, é possível explicar o processo de internacionalização com o objetivo de demonstrar a importância de uma política que exerça força no direcionamento institucional visando alcançar os parâmetros delineados pelos órgãos responsáveis para que as IES sejam consideradas internacionalizadas.

Esses resultados nos permitiram apreender 8 pistas que se estabelecem nas abordagens processual, programática, interna, estratégica, resultados e atividade, distribuídas nos níveis institucional e setorial que podem possibilitar em ações e metas a curto, médio e longo prazo

para o fortalecimento de uma política de internacionalização institucionalizada na/da UNEB (Quadro 9).

Quadro 9 - Pistas e abordagens para pensar uma política de internacionalização na/da UNEB

Pistas	Abordagens	Nível
Melhorar o processo de ensino, pesquisa e extensão na educação superior;	Processual	Institucional
Considerar o conjunto de políticas e programas que as universidades e governos implementam;	Programática	Setorial
Esclarecer e definir um conceito coletivo de "internacionalização" para a universidade;	Interna	Institucional
Transcender a forma reativa no contexto institucional para alcançar o nível estratégico;	Estratégica	Setorial
Formalizar convênios mais específicos, por meio de ações e metas;	Resultados	Institucional
Fomentar a produção e publicação de artigos em revistas internacionais indexadas pela CAPES;	Atividade	Institucional
Fomentar a mobilidade discente na graduação e pós-graduação;	Atividade	Institucional
Criar uma política linguística institucionalizada.	Atividade	Institucional

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Seguem as pistas adquiridas e que serviram de pano de fundo para identificar que, antes de qualquer coisa, é importante saber quais as razões, motivações, estratégias e benefícios institucionais para a internacionalização, bem como, estar ciente dos riscos e obstáculos advindos desse processo. Nesse sentido, o conceito de internacionalização é enfatizado pelo aspecto afetivo da necessidade e solidariedade de se constituir cooperação e convênios que permitam o intercâmbio e a interculturalidade e a difusão do conhecimento; gestores e docentes pensam que a cooperação e convênios são os mais importantes para a internacionalização; aplicabilidade de práticas sociais que permitam a operacionalização desses protocolos na educação superior; O intercâmbio e a interculturalidade influenciam na formação dos sujeitos nas instituições de ensino superior; práticas sociais na educação superior que levem em consideração os saberes dos sujeitos (professores, técnicos e estudantes); As políticas de internacionalização são informais, e não com base em um planejamento estratégico por parte da instituição; O processo de internacionalização ocorre principalmente a partir de ações individuais por parte do corpo docente e, finalmente, as demandas de internacionalização são influenciadas principalmente pelas políticas nacionais de pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação, desenvolvida como uma pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia, ao seio do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade, buscou ao longo desta investigação, responder aos três objetivos específicos traçados, a saber: (a) discutir, à luz dos autores, sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras no contexto das globalizações; (b) analisar o conteúdo e o processo das Representações Sociais construídas pelos gestores e docentes sobre "internacionalização"; (c) apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior.

Assim, no processo de operacionalização dos mesmos envolveu, primeiramente, a discussão teórica em torno do contexto de desenvolvimento do processo de internacionalização na sociedade contemporânea brasileira, as bases conceituais sobre as quais esse processo vem se constituindo e suas formas de implementação no nível institucional. Em seguida, através da pesquisa empírica, investigamos na UNEB, considerando a perspectiva de gestores e docentes, assim como as políticas para internacionalização expressas em documentos oficiais. Considerando a emergência da temática internacionalização no cenário das políticas nacionais da educação superior, intencionamos que este estudo possa oferecer subsídios para a construção de uma política de internacionalização institucionalizada na IES estudada, em harmonia com seus objetivos e prioridades institucionais.

Embora ressalte o desenvolvimento da internacionalização mediante a abordagem por processos, de modo a evidenciar seu caráter transversal e envolver todos os atores institucionais, torna-se evidente o foco na abordagem de atividades, em especial envolvendo a mobilidade acadêmica internacional. Seu processo de internacionalização ainda se configura de maneira reativa ou passiva, como uma resposta a fatores internos e externos.

No geral, a pesquisa de campo foi realizada com muito sucesso. As 20 entrevistas foram realizadas em um período de 3 meses. O pesquisador obteve cooperação e apoio no agendamento das entrevistas. A dificuldade encontrada foi no agendamento das entrevistas com 02 (duas) pró-reitoras e 03 (três) coordenadores de programas de pós-graduação, mesmo com insistente procura – via telefone, e-mail e até mesmo pessoalmente – não recebi respostas, não sendo possível realizar as entrevistas. Assim, procuramos outros docentes que poderiam contribuir fortemente com a pesquisa. Entende-se que a dificuldade no agendamento das

entrevistas, especialmente com as pró-reitoras, deveu-se ao fato da pesquisa de campo ter sido realizada em um período crítico para os seus departamentos.

Em relação aos documentos oficiais e/ou diretrizes analisados, procurei acompanhar aqueles que orientavam as políticas de internacionalização. Como a internacionalização é uma prática em ebulição nas universidades, tais documentos e diretrizes nem sempre são acessíveis de forma transparente, pois eles mesmos podem estar em um processo de construção. Dessa forma, a aparente invisibilidade pode não significar ausência de políticas. Isso significou, ao longo da pesquisa, entender que as orientações institucionais a respeito de suas políticas de internacionalização estão disponíveis em diferentes formatos.

Desafios para implantação de uma política de internacionalização

As fragilidades sinalizadas nesse processo têm relação direta com a motivação de todos os atores envolvidos, sendo necessária a implantação de uma cultura institucional entre os servidores como um todo, no que tange ao processo de internacionalização. Para isso, os desafios para a implantação da política de internacionalização podem ser caracterizados por ações contínuas que dependem do estabelecimento de objetivos institucionais, e consequentemente da tomada de decisões administrativas, financeiras e acadêmicas entre os diversos setores da instituição mais diretamente envolvidos nesse processo. Destaca sua baixa visibilidade internacional e falta de autonomia universitária em relação ao Governo do Estado como fragilidades de seu processo internacionalização.

Diante desse contexto, internacionalizar requer planejamento e investimento para que seja criada uma estrutura de apoio às atividades relacionadas às questões internacionais, a fim de possibilitar que a instituição se torne visível e respeitada para aperfeiçoar suas práticas, visando à consolidação de um ensino superior de qualidade e acessível a todos no mercado educacional internacional. Para isso, é necessário haver maior vontade política, por meio de objetivos claramente definidos e estratégias para a realização de ações com efetiva cooperação internacional. Sem isso, pode se constatar a inexistência de um processo de internacionalização.

Os resultados concluíram ainda que essa ausência de uma política de internacionalização devidamente formalizada e institucionalizada é considerada o maior obstáculo nesse processo, já que defini melhor as ações, direciona melhor os recursos financeiros, contribui para uma melhor operacionalização e para o desenvolvimento de diferentes estratégias de caráter internacional. A falta de uma política da Instituição acaba deixando a cargo dos gestores a

definição de como proceder. Isso traz vantagens e desvantagens. A vantagem é que permite ao gestor agir conforme as necessidades da sua pasta. As desvantagens são que não há uma uniformidade nas ações e que pode haver prevalência dos interesses pessoais dos pesquisadores e gestores, em detrimento dos interesses da instituição ou da sociedade.

Dentre os desafios podemos falar que o idioma apareceu como uma barreira à ampliação das ações internacionais, tanto no recebimento de alunos estrangeiros quanto no envio de estudantes ao exterior; há falta de atratividade da instituição, devido, especialmente à falta de infraestrutura; a legislação impede algumas ações da universidade para fortalecer a internacionalização, entre os pontos fracos relativos à internacionalização, apresentados no PDI, houve convergência no que diz respeito à escassa cultura do planejamento. Esse ponto pode ajudar a explicar a inexistência de uma política de internacionalização, mesmo no nível da prática.

Ainda assim, iniciativas de cooperação sul-sul foram percebidas, especialmente, no âmbito de programas governamentais, como o PEC-G.

Diante do exposto, a partir das pistas encontradas, salientamos como mister duas dimensões – teórica e política institucional, e quatro pilares do planejamento estratégico da SERINT, a saber: Visibilizar a Educação Superior e Internacional desenvolvidas pela UNEB envolvendo a Comunidade; ampliar e fomentar a política e a cultura institucional da internacionalização através do estabelecimento de redes de cooperação e da solidariedade; melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica por meio do intercâmbio e da mobilidade dos seus atores; desenvolver a formação continuada envolvendo a comunidade interna e externa.

Sugestões e recomendações para uma política de internacionalização institucionalizada

Na dimensão teórica, encontramos algumas lacunas conceituais existentes no campo dos estudos envolvendo a internacionalização da educação superior, emblemático e preocupante é o fato de que nenhum dos conceitos encontrados traga o debate acerca da democratização e suas interfaces com a internacionalização, o que torna possível a compreensão nas instituições de ensino superior. Paralelamente à discussão acerca dos conceitos, a internacionalização se consolida – e se (re)define – no contexto da prática política, onde os dirigentes da IES devem procurar a melhor maneira de contemplar o processo.

A complexidade com que se reveste esta temática na atualidade ao abranger fenômenos amplos e em constante mutação, ponderamos que este quadro tem, de fato, influenciado o processo de desenvolvimento da dimensão internacional na IES estudada, refletindo a falta de institucionalização que obscurece os rumos da internacionalização na UNEB. Assim, sugerimos fazer avançar o conceito de pensamento social na TRS na abordagem processual de Moscovici (1984) e Jodelet (1989), a fim de entender a relação entre cognição individual e social. Neste sentido, estamos propondo, fóruns de discussão sobre política de internacionalização institucionalizada envolvendo as pró-reitorias, departamentos e outros setores da governança para uma reflexão sobre a temática a fim de inspirar trocas, experiências, enriquecimento social importante na universidade como forma de visibilidade e comunicação efetiva sobre o pensamento e as ações em relação a internacionalização.

Já na dimensão da política institucional trazemos sugestões e recomendações, a partir de uma articulação entre as pistas extraídas das RS, construídas pelos gestores e docentes e os pilares da SERINT. Nesse sentido, o comprometimento com o processo institucional da política de internacionalização é evidenciado em termos de ações, atitudes e demandas, de forma que esse compromisso vem sendo construído à medida que seus atores se acercam da importância da internacionalização. Ações de conscientização estão sendo realizadas. Contudo, a necessidade de maior atenção por parte da alta gestão a respeito da estrutura de recursos humanos de sua Secretaria Especial de Relações Internacionais é destacada por docentes, assim como indícios da carência de estratégias institucionais que direcionem esse processo.

Mesmo com a descrição de diversas ações desenvolvidas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB durante toda a pesquisa, a internacionalização nessa instituição pode ser considerada incipiente, já que não existe uma política formalmente institucionalizada e um melhor planejamento estratégico por parte da instituição que trate mais especificamente desse tema e precisa ser caracterizado por ações contínuas, baseadas em estratégias definidas tanto pelos programas de graduação e pós-graduação quanto pela instituição como um todo. Desse modo, refletir sobre a instituição e os atores envolvidos passa pela clareza desses aspectos para a construção de uma política que atenda aos objetivos institucionais previamente estabelecidos pela comunidade acadêmica.

Portanto nos níveis setorial e institucional consideramos o conjunto de políticas e programas implementados pelo governo, na universidade, pela abordagem programática sugerimos e recomendamos a reformulação de currículos e a integração da dimensão internacional no projeto pedagógico, assim como apoio financeiro adequado e um sistema de

alocação de recursos específico que apoie prontamente este processo; pela estratégica, seria necessária uma definição mais clara acerca do que a universidade considera como "internacionalização" para que sua política fosse, efetivamente, institucionalizada e para que houvesse um direcionamento de esforços da universidade nesse sentido. Na ênfase institucional, para a melhoria do processo de ensino, pesquisa e extensão na educação superior; sugerimos e recomendamos colocar a política de internacionalização do ensino em prática, desenvolver o quadro de professores para se adaptar ao ensino intercultural e mudar as práticas de ensino e aprendizagem, elaborar uma estrutura para mudança do currículo e oferecer apoio aos estudantes; Para formalização de convênios mais específicos, por meio de ações e metas que tragam resultados significativos para a UNEB detecta-se a necessidade de investimento em recursos humanos qualificados, um Sistema Integrado de Informações capaz de armazenar e disponibilizar dados relevantes a respeito das ações de internacionalização das unidades e da UNEB como um todo, para garantir a sustentabilidade da internacionalização; Para o desenvolvimento de atividades que permitam a produção e publicação de artigos em revistas internacionais indexadas pela CAPES sugerimos diminuir a endogenia dos programas pela intensificação da mobilidade de seus professores para pós-doc ou pesquisas no exterior (contribui para criação de vínculos entre a UNEB e a instituição estrangeira) e o programa de duplo-diploma para conscientizar os estudantes a respeito da importância da experiência internacional tanto para o campo profissional quanto para o entendimento da diversidade cultural; a mobilidade discente na graduação e pós-graduação e a criação de uma política linguística institucionalizada, sugerimos e recomendamos a criação de um centro de idiomas, fomentando a proficiência em idiomas estrangeiros da comunidade acadêmica.

Ainda nesse sentido, refletimos sobre a importância do papel que vem sendo desempenhado por algumas associações nacionais que tratam de apoiar o desenvolvimento de aspectos emergentes da educação superior, em especial da temática da internacionalização de suas instituições associadas, a exemplo da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). Essas instituições, ao passo em que mobilizam os gestores institucionais para a urgência em promover o desenvolvimento de sua internacionalização, difundindo, de tal modo, essa cultura entre suas IES associadas, promovendo e, em alguns casos, financiando ações de internacionalização, atuam como basilares da inserção internacional na medida em que possibilitam o debate, a integração e a articulação interinstitucional.

Todavia, notamos a existência de um funcionamento solidário entre a SERINT e as Pró-Reitorias em relação ao desenvolvimento da internacionalização em sua transversalidade, assim como entre a UNEB e as diversas instituições públicas (estaduais e federais) e com associações nacionais citadas anteriormente (GCUB, ABRUEM e FAUBAI), embora sua internacionalização se encontre ainda em processo de desenvolvimento, tendo evidenciado fragilidades que comprometem a efetividade de suas ações, observamos que as bases organizacionais e de articulação intra e interinstitucional que estão sendo construídas refletem o potencial de sua inserção internacional no longo prazo.

Essas constatações não esgotaram o debate acerca do tema da internacionalização. Pelo contrário, suscitaram ainda mais curiosidade acerca desse processo recente, que ainda suscita muitas dúvidas, tanto na teoria como na prática. Estudos como este, que finda agora, são necessários para que as instituições aperfeiçoem suas práticas, visando à consolidação de um ensino superior de qualidade e acessível a todos.

Finalmente, uma futura pesquisa poderia contemplar, devido à escassez de dados estatísticos, a quantidade, as razões, e tipos de atividades desempenhadas pelos docentes e discentes, logo fica uma questão: Quais os impactos da implementação de uma política de internacionalização para a educação superior da/na UNEB, no período de 2014 a 2021? Essa investigação pode possibilitar um diagnóstico dos os impactos na institucionalização de uma política de internacionalização dessa IES, não há até o momento, nenhuma iniciativa no sentido de avaliar a qualidade e os impactos da internacionalização, tampouco avaliar as estratégias adotadas, de modo a demarcar as singularidades e potencialidades desse processo e promover o fortalecimento e a consolidação de sua inserção internacional.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean Claude. **A abordagem estrutural das representações sociais.** In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social.** 2.ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.

ABRIC, Jean Claude. A abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Orgs.). **Representações sociais e práticas educativas.** Goiânia: UCG, 2003. p. 35-57

ALTBACH, Phillip.; KNIGHT, Jane. **Globalization and the university and realities in unequal world.** Tertiary Education and Management. Kluwer Academic Publishers, v.10, 2004, p. 3-25.

ALVES-MAZZOTTI, A. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V.M. (Org). **Linguagem:** espaços e tempo no ensinar e aprender. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10., Rio de janeiro. Anais... Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

AMADO, João. **Manual De Investigação Qualitativa Em Educação.** Coimbra, 3º edição, 2017.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação superior em tempos de internacionalização: cinco mitos, nove enganos e cinco verdades. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. (Org**). Internacionalização da educação:** discursos, práticas e reflexos sobre as políticas educativas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo, Edições 70, 2016.

BARTELL, Marvin. **Internationalization of universities:** A university culture-based framework, High Education. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo**: ED. Pioneira, 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A Uneb e as territorialidades. Jornal A Tarde. Salvador-Ba, p.A2, 08 de junho de 2012.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. (Coleção Ciências da Educação). Portugal: Porto Editora, 1994.

BOMFIM, Natanael R. (2017) Campos E Abordagens da Pesquisa em representações e educação: desafios e perspectivas do GIPRES. In:_ **Representações, Educação E Interdisciplinaridade: abordagens teórico-práticas na interface entre identidades, territorialidades e tecnologias.** Curitiba: CRV.

BOMFIM, Natanael R. (2004) Représentations sociale de l'espace et enseignement, aprentissage de La géographie scolaire chez les élèves "favelados" d'une ville au nord-est Du Brésil. Tese de doutorado, Univerdidade do Quebec, Montreal, Canadá.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimento, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de Educação v. 11 n.31 jan-abr 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020.** v. 1. Brasilia: CAPES, 2010. Ministério da Educação, Brasília, 2004. Disponível em: http://www.capes.gov.br:\imagens\stories\download\livros-PNPG_Volume-1-Mont.pdf. Acesso em agosto 2019

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: metódos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed Porto Alegre (RS): ARTMED, 2010.

CRUSOÉ, Nilma M. C. (2004). **A teoria das representações sociais de Serge Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação.** Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, 2(2), 105-114.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado:** sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DE WIT, Hans. **Internationalization of higher education in Latin America:** a historical, comparative, and conceptual analysis. Westport: Greenwood Press, 2002.

DE WIT, Hans, Hans.; KNIGHT, Jane**. An internationalization model: Responding to new realities and challenges.** In: DE WIT, Hans et al. Internationalization of higher education in Latin America: The International Dimension. Washington: World Bank, 2005.

DOISE, Willem. **As representações sociais.** In: D. Jodelet (Ed.), As representações sociais. Paris: PUF, 1989, p. 220-238.

FLAMENT, C. (2001) **Estrutura e dinâmica das representações sociais**. In: Jodelet, D. (org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ.

GÁCEL-ÁVILA, Jocelyne. **La internacionalización de la educación superior:** paradigma para la cidadania global. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2003.

GATTI, Bernadete A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNES,1991.

GUIMELLI, Claude. **O pensamento Social**. 2004

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2000.

HOBSBAWM, Eric**. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDZKI, John. **Internacionalización integral: del concepto a la acción.** www.nafsa.orgcizn

JODELET, Denise. **(Org.) Representações Sociais: um domínio em expansão.** Trad.: Tarso Bonilha Mazzotti. Rio de janeiro: 2001, pp. 31-61.

JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do saber:** representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodeled: Definition, Approaches and Rationales.** Journal of studies in international education, v.8, n.1, 2004.

KNIGHT, Jane. **Trade in higher education services: the implications of GATS.** London: Observatory on Borderless Higher education, 2002. (www.obhe.ac.uk)

KNIGHT, Jane. Jane. Higher Education in Latin America: the international dimension. Journal of studies in international education, v.12, n.4, 2008.

KOK, John. **The internationalization of universities through the management of their intelectual capital.** Eslovenia, p. 381-9, 24 a 26 de nov. 2005.

LAUS, Sônia. P.: **A internacionalização da educação superior**: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2012.

LAUS, Sônia. P.; MOROSINI, Marília. C. Internationalization of Higher Education in Brazil. In: DE WIT, H. et al. **Higher education in Latin America:** the international dimension. Washington: The World Bank, 2005

LEASK, Betty. The process of internationalization of the curriculum. In: **Internationalizing the Curriculum**. Londres: Routledge, 2015. P. 41-51.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria**. Pesquisa de Representação Social: Um Enfoque Qualiquantitativo.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

LIMA, Manoelita. C.; MARANHÃO, Carolina. M. S. de A**. O Sistema de Educação Superior Mundial: entre a internacionalização Ativa e Passiva.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

MARRARA, Thiago**. A legalidade na relação entre Ministérios e Agências Reguladoras.** In: ARAGÃO, A.S. (org.), **O poder normativo das agências reguladoras.** Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 509-36.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital.** [tradução Isa Tavares]. - 2.ed. – São Paul: Boitempo, 2008.

MIURA, Irene K**. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília. **Estado do conhecimento sobre a internacionalização da educação superior – conceitos e práticas.** Revista Educar, n.28, 2006.

MOROSINI, Marília. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal.** *Educ. rev.* [online]. 2011, vol.27, n.1, pp.93-112. ISSN 0102-4698.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação social da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ORNELLAS, Maria. Lourdes. S**. (Entre)vista: a escuta revela**. Ed: EDUFBA, 2011.

ORTIZ, Renato**. Mundialização da Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIRES, AP. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Lapemère A, Mayer R, Pires AP (org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Ed. Vozes; 2008. p. 154-211.

RIBEIRO, Renato Janine. **Não há inimigo pior do conhecimento que a terra firme.** In: Tempo Social; Revista Sociologia USP, São Paulo, 11(1), 189-195, maio, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. **A universidade e a vida atual**: Fellini não via filmes. Rio de janeiro: Campus, 2003.

RODRIGUES, Maria Lucia**. Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

RUDZKI, Romuald**. The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice.** University of NewCastle upon Tyne, United Kingdom: 1998.

SÁ, Celso P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁEZ, Fernando Trujillo. **Cultura, comunicación y linguaje**: reflexiones para la enseñanza de la lengua em contextos multiculturales. Granada: Ediciones Magina, S.L.,2006.

SANTOS, Milton**. Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SEBASTIÁN, Jesús. **Cooperación e internacionalización de las universidades.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

SCHARDONG, Marina Mattioni. **Desafios à institucionalização da internacionalização na Universidade de Brasília.** Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre, 2017.

STALLIVIERI, Luciane. **Internacionalização e intercâmbio**: dimensões e perspectivas. Curitiba: Appris, 2017

SOUSA SANTOS, Boaventura de**. A Universidade do Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. **Anais.** Brasília: Unesco Brasil; Sesu, 2003.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Secretaria de Relações Internacionais (SERINT). **Relatório anual das ações da Secretaria de Relações Internacionais do ano de 2018**. Salvador, 2018b. Disponível em: <https://portal.uneb.br/serint/>. Acesso em: 30 agosto 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2022**. Salvador, 2018. Disponível em:<https://portal.uneb.br/proplan/wp-content/uploads/sites/64/2018/03/PDI_2017_2022-.pdf>. Acesso em: 30 agosto 2019

VAN DER WENDE, M. Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general. In: KÄLVEMARK, T.; VAN DER WENDE, M. (Eds). **National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe**. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGÉS, Pierre. **Aproche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales**. In C. Guimelli(Ed.). Structures et transformations des représntations sociales. Neutchâtel: Delachaux et Niestlé. 1994. P. 233-254.

ZABALZA, Miguel, A. **O ensino universitário: Seu cenário e seus protagonistas.** São Paulo: Artmed, 2002.

ANEXO 1: QUADRO DE ACORDOS INTERNACIONAIS DA UNEB

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

QUADRO DE ACORDOS INTERNACIONAIS DA UNEB

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95
SECRETARIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Resolução nº 1027/2014. D.O. 02/04/2014.

PAÍS	INSTITUIÇÃO	TIPO INSTRUMENTO	ABRANGÊNCIA / ÁREA DE CONHECIMENTO	ANO DE ASSINATURA	PRAZO DE VIGÊNCIA	PUBLICAÇÃO D.O.E.
ARGENTINA	Red Internacional de Educación para el Trabajo	Acordo de Cooperação Técnica Administrativa, Científica e Cultural entre a RIET e a UNEB	Geral / Educação para o Trabalho	2016	2021	05/08/2016
ARGENTINA	Universidad Nacional del Nordeste	Convênio Marco entre a UNNE e a UNEB	Geral	2016	2021	28/04/2016
CHILE	Universidad de Chile	Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional	Geral	2016	2021	07/06/2019
CHILE	Universidad de Santiago de Chile	Termo de Convênio Específico de Colaboração entre a Faculdade de Humanidades, Departamento de Educação da UdeSantiago de Chile e a UNEB	Específico	2015	2020	07/10/2015
CHILE	Pontificia Universidad Católica de Valparaíso	Términos del Compromiso Firmado entre la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso y UNEB	Específico / Projeto sobre políticas de educação	2015	2019*	17/07/2015
CUBA	Universidad de Artemisa	Termo de Convênio de Colaboração entre a Universidad de Artemisa e a UNEB	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
CUBA	Universidad de Camaguey	Termo de Convênio de Colaboração entre a Universidad de Camaguey e a UNEB (2014-2019).	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
CUBA	Universidad de Holguín	Termo de Convênio de Colaboração entre a Universidad de Holguín Oscar Lucero Moya e a UNEB (2014-2019).	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
CUBA	Universidad de La Habana	Convênio Marco de Colaboração entre a Universidad de La Habana e a UNEB	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
CUBA	Universidad Agraria de La Habana	Termo de Convênio de Colaboração entre a Universidad Agraria de La Habana e a UNEB	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
CUBA	Universidad de Matanzas	Termo de Convênio de Colaboração entre a Universidad de Matanzas e a UNEB	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
CUBA	Universidad de Pinar del Río	Termo de Convênio de Colaboração entre a Universidad de Pinar Del Río e a UNEB	Geral	2014	2019	20/12/2014 e 21/12/2014
ESPANHA	OBREAL	Acordo de Cooperação 574023-EPP-1-2016-ES-EPPKA2-CBHE-JP	Específico	2016	2019	08/12/2017
ESPANHA	Universidad de Cádiz	Convênio Marco de Colaboração entre a Universidad de Cádiz e a UNEB	Geral	2016	2021*	14/09/2016
ESPANHA	Universitat de les Illes Balears	Acordo de Cooperação Acadêmica, Científica e Cultural entre a Universidade das Ilhas Baleares (Reino de Espanha) e a UNEB	Geral	2015	2019*	07/10/2015
ESPANHA	Universidad de Málaga	Términos del Compromiso Firmado entre la Universidad de Málaga y UNEB	Específico / Projeto sobre políticas de educação	2015	2019*	10/07/2015
ESPANHA	Universidad de Salamanca	Convênio Básico de colaboração universitária internacional	Geral	2019	2023	07/06/2019
ESPANHA	Universidad de Salamanca	Acordo de Mobilidade de Estudantes	Específico de Mobilidade	2019	2023	07/06/2019
ESPANHA	Universidad de Santiago de Compostela	Protocolo de Cooperação Cultural, Científica e Pedagógica	Geral	2018	2022	10/08/2018
ESPANHA	Universidad de Santiago de Compostela	Acordo Específico de Intercâmbio de pessoal docente e investigador	Específico	2018	2022	10/08/2018

ESPANHA	Universidad de Santiago de Compostela	Acordo Específico de Intercâmbio de estudantes	Específico de Intercâmbio	2018	2022	10/08/2018
ESTADOS UNIDOS	Claflin University	Acordo Específico de Cooperação Internacional	Específico de Intercâmbio de Estudantes	2016	2021	20/04/2016
ESTADOS UNIDOS	Claflin University	Acordo de Cooperação Educacional, Cultural e Científica entre Claflin University e a UNEB	Geral	2015	2020	10/10/2015
ESTADOS UNIDOS	The University of Chicago	Acordo para cooperação internacional educacional	Geral / Departamento de Ciências Biológicas de Chicago	2017	2020	13/01/2018
ESTADOS UNIDOS	American College of Brazilian Studies - AMBRA	Termo de cooperação que entre si celebram o AMBRA e a UNEB	Geral	2017	2022	12/08/2017
ESTADOS UNIDOS	Southern University	Acordo Acadêmico Cultural e Científico entre a Southern University e a UNEB	Geral	2014	2019	01/12/2014
FRANÇA	Paris 8	Convênio de Cotutela Internacional de Tese entre a UNEB e a Universidade Paris 8	Específico / Doutorado com PPGEDUC	2016	2019	18/11/2016
GRÉCIA	Universidade do Egeu	Acordo Geral de Cooperação entre a UNEB e a Uaegean	Geral	2018	2023	04/04/2019
ITÁLIA	Universidade dos Estudos de Florença	Acordo de Colaboração Cultural e Científica	Geral / Departamento de Educação	2018	2025***	30/08/2018
ITÁLIA	Universitá degli Studi di Pádova	Termo de Cooperação que entre si celebram a Universitá degli Studi de Pádova e a UNEB	Geral	2018	2021	03/10/2018
ITÁLIA	Universitá degli Studi di Pádova	Protocolo Adicional entre a UNEB e a UNIPD	Específico / Mobilidade discente e docente.	2018	2021	03/10/2018
ITÁLIA	Universitá degli Studi di Pádova	Acordo de Cotutela de Tese de Doutorado	Específico / Cotutela de doutorado	2016	2021	04/08/2016
ITÁLIA	Universitá degli Studi di Pádova	Convênio de Cotutela de Tese de Doutorado	Individual / Cotutela de doutorado.	2016	2019*	04/08/2016
ITÁLIA	Università di Pisa	Acordo de Cooperação entre a Università di Pisa e a UNEB	Geral	2017	2022	13/05/2017
MÉXICO	Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior de la República Mexicana (ANUIES) e Grupo Coimbra Brasil (GCUB)	Convênio Específico para o Intercâmbio de Estudantes Brasil-México (BRAMEX)	Específico	2018	2022	abr/19
MOÇAMBIQUE	Universidade Pedagógica de Moçambique	Acordo Geral de cooperação acadêmica e científica	Geral	2018	2023	18/04/2018
MOÇAMBIQUE	Universidade Técnica de Moçambique (UDM)	Termo de cooperação que entre si celebram a UNEB e a Universidade Técnica de Moçambique (UDM)	Geral	2017	2022	02/12/2017
PERU	Universidad Nacional Mayor de San Marcos	Convênio Marco de Cooperação Acadêmica, Científica e Cultural entre a Universidad Mayor de San Marcos e a UNEB	Geral	2017	2022	31/05/2017
PERU	Universidad Nacional Mayor de San Marcos	Acordo de Cooperação entre a Universidad Mator de San Marcos, Faculdade de Letras e Ciências Humanas - Unidade de pós-graduação e a UNEB, Departamento de Educação do Campus II - Alagoinhas	Específico	2017	2022	31/05/2017
PORTUGAL	Universidade de Coimbra	Acordo de Cooperação entre a Universidade de Coimbra e a UNEB	Geral	2018	2023	28/04/2018
PORTUGAL	Universidade de Coimbra	Adenda ao Acordo Geral de Cooperação	Específico / GEPERCS e GEPII	2018	2023	28/04/2018
PORTUGAL	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	Protocolo de Colaboração entre a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e a UNEB	Geral	2017	2022	18/08/2017
PORTUGAL	Universidade da Madeira	Protocolo de Cooperação entre a Universidade da Madeira e a UNEB	Geral	2016	2021*	14/09/2016
PORTUGAL	Universidade Aberta	Protocolo de Cooperação Científica entre a UNEB e a Universidade Aberta de Portugal	Geral	2015	2019	12/09/2015
PORTUGAL	Universidade de Lisboa	Acordo Geral de Cooperação entre a Universidade de Lisboa e a UNEB	Geral	2015	2020	07/10/2015
PORTUGAL	Universidade Lusófona	Acordo Geral de Cooperação Acadêmica e Científica entre a Universidade Lusófona e a UNEB	Geral	2017	2022	01/09/2017
PORTUGAL	Universidade do Minho	Convênio de Cooperação Técnico-Científico-Cultural entre a Universidade do Minho e a UNEB	Geral	2015	2020	17/03/2015
PORTUGAL	Universidade do Porto	Acordo de Cooperação entre a Universidade do Porto e a Uneb	Geral	2014	2019	23/12/2014
PORTUGAL	Universidade do Porto	Adenda ao Acordo de Cooperação entre a Universidade do Porto e a Uneb	Específico / DCH	2014	2019	23/12/2014
REINO UNIDO	London South Bank University	Acordo de Cooperação entre a London South Bank University e a UNEB	Geral	2016	2019	15/06/2016

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Representações Sociais Sobre "internacionalização": Contribuição para uma Política Institucionalizada na Universidade do Estado da Bahia
PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Mateus Santos Souza
Instituição de vínculo do (a) pesquisador (a) responsável: Universidade do Estado da Bahia – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (Curso de Mestrado Academico)

EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA

Caro(a) senhor (a)..... está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **Representações Sociais sobre "internacionalização": Contribuição para uma Política Institucionalizada na Universidade do Estado da Bahia** de responsabilidade da pesquisador (a) **Mateus Santos Souza** discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo **investigar como o pensamento social de gestores, docentes e técnicos sobre o objeto social representado – "internacionalização" – pode contribuir para o fortalecimento dessa política na UNEB.** A orientação das atividades é feita pelo **Prof. Pleno Natanael Reis Bomfim**.

A realização desta pesquisa pretende contribuir para a discussão sobre a política de internacionalização institucionalizada do ensino superior na Universidade do estado da Bahia. O tema da internacionalização ainda gera mais perguntas do que respostas, mas percebe-se que o assunto é emergente.

A participação é voluntária, não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela e se dará por meio de resposta à entrevista, com uso do recurso de áudio gravação, para permitir uma transcrição fidedigna das falas, sendo que somente serão utilizadas na análise dos dados as falas previamente autorizadas. Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, caso queira o(a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisador (a) ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) e o Sr(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira é garantido ao participante da pesquisa o direito a indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a)

receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL : Mateus Santos Souza
Endereço: Rua Manoel Dutra, 595 **Telefone:** .(11) 963595062
E-mail: teutato1@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Prédio da Reitoria, 1° andar, Cabula, Salvador- BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2399 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP-End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **Representações Sociais Sobre Internacionalização Contribuição para uma política Institucionalizada na Universidade do Estado da Bahia** e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do participante da pesquisa

_____
Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

_____
Assinatura do professor responsável
(orientador)

APÊNDICE 2: CARTA DE APRESENTAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

CARTA DE APRESENTAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

Prezado Senhor,

Dirigimos a vossa senhoria para sondar a possibilidade de realização de pesquisa sobre a internacionalização das instituições de ensino superior. Pretende-se investigar como o pensamento social de gestores, docentes e técnicos sobre o objeto social – internacionalização - pode contribuir para o fortalecimento dessa política na UNEB.

A pesquisa vincula-se ao estudo desenvolvido por mim como exigência para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Estado da Bahia – UNEB, campus I, sob a orientação do Professor Pleno Natanael Reis Bomfim. O projeto está sob aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia. Em observância às diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS) do Brasil, a pesquisa atende às diretrizes no que se refere ao consentimento, sigilo e anonimato, benefícios e propriedade intelectual.

Os objetivos específicos que orientam essa investigação científica buscam discutir sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras no contexto das globalizações; analisar o processo e o conteúdo das representações sociais construídas pelos gestores e docentes sobre “internacionalização”; apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o tema, qualificar o fazer da graduação e pós-graduação no quesito da internacionalização, ampliar a

formação continuada de estudantes, professores(as), pesquisadores(as) e trocar experiências literárias. Assim, o estudo que enfatiza o tema da internacionalização da educação superior, busca contextualizar nos amplos processos de globalização que envolvem o mundo contemporâneo e compreender algumas das principais variáveis.

Sua participação, voluntária nesta pesquisa, se dará por meio de entrevista presencial, caso aceite participar, em local e horário a ser combinados. Você é livre para se recusar a respondê-las ou para interromper o processo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Atenciosamente,

Mateus Souza

APÊNDICE 3: TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO": CONTRIBUIÇÃO PARA UMA POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA -UNEB

TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS

Objetivo: analisar o conteúdo das Representações Sociais construídas pelos gestores e docentes sobre "internacionalização" por meio da verificação da organização e hierarquia dos elementos constitutivos.

Registre cinco expressões que lhe venha imediatamente à mente ao ouvirem a palavra "internacionalização"

[ ] _____
[ ] _____
[ ] _____
[ ] _____
[ ] _____

Agora, nos espaços entre colchetes, enumere de um a cinco, sendo 1- a mais importante de todas; 2- extremamente importante; 3- muito importante; 4- importante e 5- a menos importante.

APÊNDICE 4: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (PPGEDUC)

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO": CONTRIBUIÇÃO PARA UMA POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA -UNEB

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA

Objetivo: analisar o processo de construção das Representações Sociais sobre "internacionalização".

Nome:

Função:

Data:

1.1 Dados sobre os programas de curso e/unidade

Nota do programa:

Tempo de existência do programa:

Número de alunos:

Número de professores:

BLOCO I - NATUREZA DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE "INTERNACIONALIZAÇÃO".

1. O que você entende por internacionalização?
2. Como você pensa a internacionalização na UNEB?

BLOCO II - PRÁTICAS SOCIAIS EXERCIDAS A PARTIR DO PENSAMENTO SOCIAL CONSTRUÍDO SOBRE “INTERNACIONALIZAÇÃO”

1. Quais as ações de internacionalização são realizadas nessa unidade?
2. Na sua opinião, essas ações mobilizam o processo de instituição da política de internacionalização? Sim ou Não?

APÊNDICE 5: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PPGEduC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Representações Sociais sobre"internacionalização":Contribuindo para uma política institucionalizada na Universidade do Estado da Bahia

Pesquisador: MATEUS SANTOS SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 17312819.6.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.672.734

Apresentação do Projeto:

O projeto é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB de Salvador.

O estudo é qualitativo para entender os pressupostos da internacionalização do ensino superior. Entrevistará os pro-reitores e coordenadores da graduação e pós-graduação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

1. Investigar como o pensamento social de gestores, docentes e técnicos sobre o objeto social representado – "internacionalização" – pode contribuir para o fortalecimento dessa política na UNEB.

Objetivos secundários:

1. Discutir sobre a política de internacionalização nas universidades brasileiras no contexto das globalizações;
2. Analisar o processo e o conteúdo das Representações Sociais construídas pelos gestores e docentes sobre "internacionalização";
3. Apreender pistas de reflexão em torno da pertinência de sua utilização na construção de uma política de internacionalização institucionalizada na Educação Superior.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados dentro da eticidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com a Resolução 466/12 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos particpantes da pesquisa e as autorizações das instituições proponente e coparticipante.

O TCLE apresentado possui uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto na resolução 466/12 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de duvidas sobre o processo

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e

equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.17312819.6.0000.0057

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1366531.pdf	18/10/2019 11:22:48		Aceito
Outros	TERMO_DE_NAO_EXECUCAO_PESQUISA.pdf	18/10/2019 11:00:06	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO.pdf	18/10/2019 10:36:42	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	18/10/2019 10:34:36	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Outros	TERMO_AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL_COPARTICIPANTE.pdf	11/07/2019 11:26:05	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Outros	Curriculo_Sistema_Lattes.pdf	17/06/2019 17:40:26	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa_completo.pdf	17/06/2019 17:37:24	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Outros	termo_compromisso_pesquisador.pdf	17/06/2019 17:33:00	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Outros	termo_confidencialidade.pdf	17/06/2019 17:32:07	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Outros	declaracao_concordancia_desenvolvimento_projetodepesquisa.pdf	17/06/2019 17:31:07	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_assinada.pdf	17/06/2019 17:20:46	MATEUS SANTOS SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SALVADOR, 31 de Outubro de 2019

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br